



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS DE 2021

► COMENTÁRIOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

Prezados acionistas, A administração da TIM S.A. ("TIM S.A.", "Companhia" ou "TIM") apresenta o Relatório da Administração e Análise dos Resultados 2021, juntamente com as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas e com o Relatório dos Auditores Independentes para o exercício fiscal findo em 31 de dezembro de 2021.

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as normas brasileiras e internacionais de contabilidade (IFRS - *International Financial Reporting Standards*), conforme a regulamentação da Indústria de Telecomunicações. As informações operacionais e financeiras de 2021, exceto quando indicado de outro modo, são apresentadas em Reais (R\$), com base nos valores consolidados, e em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações.

► Perfil da Companhia

A TIM S.A. é uma sociedade de capital aberto, com ações listadas na Bolsa de Valores de São Paulo (B3) e ADRs (*American Depositary Receipts*) listadas na Bolsa de Valores de Nova Iorque (New York Stock Exchange - NYSE). Em 2021, a TIM confirmou a sua manutenção, pelo décimo quarto ano consecutivo, no seleto grupo de companhias que integram o portfólio ISE (Índice de Sustentabilidade Empresarial da B3), reforçando o seu compromisso com a sustentabilidade econômica, social e ambiental. Além disso, a TIM é listada desde 2011 no Novo Mercado, segmento reconhecido pelo mais alto nível de governança corporativa da B3 e a partir de 2021 passou a fazer parte dos índices S&P-B3 Brasil ESG, Refinitiv Diversity & Inclusion e Bloomberg Gender Equality Index. A TIM é controlada pela TIM Brasil Serviços e Participações S.A., uma subsidiária integral da TIM Brasil S.A. A TIM opera nos mercados de telefonia móvel, fixa, longa distância e transmissão de dados, em todo território brasileiro, e no mercado de ultra banda larga abrangendo alguns estados do país.

► 1. Mensagem da Administração

O ano de 2021 ainda foi fortemente impactado pela pandemia de COVID-19, que impôs grandes desafios à sociedade, com impactos para a saúde pública e econômicos. Em meio ao aumento da vacinação, surgimento de novas variantes de vírus, escalada da inflação e aumento dos juros, a TIM se mostrou resiliente para entregar resultados sólidos ao final de 2021, cumprindo com todas as metas estabelecidas junto a seus acionistas e ao mercado financeiro em geral.

► Evolução da Pandemia e a Dinâmica Macroeconômica

Ao longo do primeiro semestre, a economia brasileira vinha registrando recuperação a despeito da oscilação das condições sanitárias, e a consequente adoção de novas medidas restritivas entre março e abril. O impacto dessas restrições sobre a atividade econômica em geral e sobre a atividade da TIM se deu em magnitude significativamente menor do que em períodos similares em 2020. No segundo semestre, a vacinação da população se acelerou, mas a recuperação econômica continuou a se dar de forma heterogênea entre os diferentes setores. A aceleração da inflação com posterior início do ciclo de aperto monetário limitaram a melhora de dinamismo da economia. Para nós, esta situação se materializou principalmente no segmento de telefonia móvel pré-pago como consequência de uma disponibilidade de renda das famílias ainda bastante pressionada seja pela inflação, pelo endividamento e por um mercado de trabalho ainda vacilante.

► M&A e 5G: Transformações Setoriais e para TIM

Em 2021, grandes transformações setoriais tomaram forma e começaram a se materializar. De um lado, a transação de compra dos ativos móveis da Oi Móvel S.A. passou a ser analisada pelos órgãos reguladores setorial (Anatel) e de concorrência (CADE) que mesmo sem apresentar uma resposta definitiva dentro do ano indicavam uma definição logo no início de 2022. De outro lado, houve uma proliferação de iniciativas no setor de telecomunicações para explorar as oportunidades do serviço de ultra banda larga, seja através de parcerias com pequenos provedores, seja através da criação de infraestrutura de fibra ótica. Neste último caso, optamos por fechar um acordo com a IHS Brasil para a venda de 51% de um *fibero to fiber* recém criado com intuito de acelerar o desenvolvimento de sua cobertura dos serviços de FTTH (*Fiber-to-The-Home*). No segundo semestre do ano, ocorreu o leilão de frequências que previa a venda de lotes de espectro destinados às tecnologias 4G e 5G. Participamos de forma muito bem sucedida, adquirindo um conjunto de faixas de frequências que ajudarão na composição do nosso portfólio de espectro e evolução dos serviços com a implantação das novas redes 5G e reforço de capacidade na rede 4G.

► Resiliência em Face das Adversidades e Foco na Execução da Estratégia

O primeiro semestre foi marcado por uma recuperação mais pujante, mas conseguimos a despeito dos desafios do segundo semestre, manter um bom nível de crescimento anual de receita de serviços (+6% no 1º e +4% no 2º) para fechar o ano com crescimento de 2020. Esse desempenho foi puxado pelo segmento Pós-Pago que cresceu mais de 5% A/A, enquanto o Pré-Pago caiu em 2%. A banda larga residencial manteve o forte crescimento de aproximadamente 15% comparado a 2020. Nossas receitas com a Plataforma de Clientes somaram cerca de R\$ 120 milhões, multiplicando por 8 o número de 2020 e com grandes contribuições da parceria com o Banco CG e das iniciativas de Publicidade Móvel.

► **Uma Infraestrutura Robusta para Suportar uma Melhor Experiência para o Cliente**
O desenvolvimento da nossa infraestrutura é pilar fundamental da estratégia de melhoria da experiência dos clientes. Desta maneira, em 2021, demos ênfase em continuar evoluindo na qualidade dos nossos serviços através do fortalecimento da nossa rede e de nossos sistemas. Por mais um ano, a TIM assegurou a liderança em 4G, tendo a maior e melhor cobertura nesta tecnologia. Fechamos 2021 com mais de 4700 mil cidades e nos aproximamos cada vez mais da meta de cobrir todos os municípios do país até 2022. O ano de 2021 foi atestado mais uma vez como líder em disponibilidade 4G e melhor experiência de vídeo e vídeo-chamada pela OpenSignal. A cobertura de 4G superou 1700 cidades e lançamos tecnologia 5G DSS e fizemos pilotos com o *5G standalone*.

Na rede fixa, superamos a marca de 112 mil quilômetros de fibra ótica em *backbone e backhaul*, o que nos possibilitou conectar mais 1200 cidades com fibra ótica, expandimos também nossa cobertura do serviço de banda larga residencial da TIM Live, chegando a 4,2 milhões de domicílios em FTTH e 6,7 milhões de domicílios totais. Na frente de TI, avançamos no projeto *Jump to Cloud* para migrar todo o nosso *datacenter* para nuvem, melhorando a eficiência de custos. Este projeto, e outros com foco em digitalização tem impacto tanto nos custos da Companhia quanto na satisfação dos clientes.

► Eficiência e Geração de Caixa

Nossa cultura voltada para eficiência tem sido uma marca registrada da TIM na última década. Portanto em 2021, não foi diferente, apesar das pressões inflacionárias e da crise energética, conseguimos compensar uma boa parte desses efeitos com iniciativas voltadas a transformação digital e a cortes de custos mais tradicionais. O controle da inadimplência também contribuiu para o crescimento dos gastos fixa abaixo dos 5% e menos da metade da inflação oficial (IPCA, 10,06%). A sólida performance nas frentes operacional e financeira produziu, mais uma vez, o maior EBITDA da história da TIM, atingindo mais de R\$ 6,7 bilhões, com uma margem de 48,4% no ano e, também, um excelente nível de fluxo de caixa operacional em mais de R\$ 6 bilhões. Com isso, fechamos o ano com sólido aquecimento da atividade econômica do país. Isso fez com que as projeções de alta do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro para o período, atingissem o patamar de 4,50%, segundo o último relatório FOCUS¹ de 2021, em comparação a uma previsão de crescimento de 3,41%, no primeiro relatório FOCUS² de 2021.

A inflação, medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), fechou o ano de 2021 em 10,06%, maior inflação anual acumulada desde 1950. O IPCA registrado foi significativamente superior ao centro da meta, que era de 3,75% para o ano. Esse resultado foi influenciado principalmente pelo grupo Transportes, que na cesta dos itens avaliados apresentou a maior variação e fechou o ano com aumento de 21,03% e o maior impacto no acumulado do ano. Além dos Transportes, se destacaram os Itens Habitação e Alimentação e Bebidas. De maneira macro, a economia ainda sofre com a obstrução das cadeias de abastecimento no Brasil e no mundo, como consequência das medidas de combate ao COVID-19, causando ainda um forte choque na oferta de bens e serviços e, consequentemente, pressionando a inflação do mundo para cima.

Na frente cambial, o dólar americana apresentou forte valorização em relação ao Real em 2021, fechando o ano cotado em R\$ 5,57³, uma alta de 7,4%, depois de ter atingido R\$ 5,79³, em março deste ano, tendo apresentado forte oscilação ao longo do ano. Diante de um cenário de elevação do risco fiscal decorrente do agudo aumento dos gastos públicos decorrentes da pandemia, a paralisação das reformas fiscal e administrativa, contribuíram para uma forte oscilação cambial ao longo do ano. A balança comercial fechou o ano com um superávit de US\$ 61 bilhões⁴. O valor representou um crescimento de 21,1% em relação ao ano de 2020 e superou o recorde de US\$ 56 bilhões de 2017. O saldo positivo é resultado de US\$ 280,4 bilhões em exportações e US\$ 219,4 bilhões em importações. A exportação em 2021 cresceu 34% na comparação com 2020, enquanto a importação cresceu 38,2%. Quanto ao cenário internacional, também verificamos uma forte aceleração na vacinação contra a COVID-19 em grande parte do mundo, o que acarretou, igualmente, na diminuição das restrições de mobilidade e reunião de pessoas e, consequentemente, na retomada parcial da atividade econômica. Nos EUA e países desenvolvidos, o ano trouxe a inclusão como novidade nos relatórios econômicos, o que não acontecia há décadas. Especialmente nos EUA, o índice de preços ao consumidor atingiu 7% em 2021, a maior alta em desde 1982. O PIB dos países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) avançou 0,9% no 3º trimestre de 2021 em comparação com o trimestre anterior e retomou nível pré-pandemia. Devido à aceleração da retomada da atividade econômica, o FMI reviu sua projeção de crescimento da economia mundial em 2021 para 5,9%⁵.

2.1. Ambiente Macroeconômico

Apesar das expectativas positivas para o ano, 2021 foi, ainda, significativamente impactado pela pandemia do Coronavírus – COVID-19, que trouxe, além de um imensurável ónus humano, um expressivo ônus para atividade econômica do Brasil e do mundo. Após o início da vacinação em massa no mundo ainda no final de 2020 e com o avanço da vacinação no Brasil durante todo o ano de 2021, combinado com a consequente diminuição das restrições de mobilidade e uma expressiva redução na taxa de desemprego em novembro de 2021, ocorreu um reaquecimento da atividade econômica do país. Isso fez com que as projeções de alta do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro para o período, atingissem o patamar de 4,50%, segundo o último relatório FOCUS¹ de 2021, em comparação a uma previsão de crescimento de 3,41%, no primeiro relatório FOCUS² de 2021.

A inflação, medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), fechou o ano de 2021 em 10,06%, maior inflação anual acumulada desde 1950. O IPCA registrado foi significativamente superior ao centro da meta, que era de 3,75% para o ano. Esse resultado foi influenciado principalmente pelo grupo Transportes, que na cesta dos itens avaliados apresentou a maior variação e fechou o ano com aumento de 21,03% e o maior impacto no acumulado do ano. Além dos Transportes, se destacaram os Itens Habitação e Alimentação e Bebidas. De maneira macro, a economia ainda sofre com a obstrução das cadeias de abastecimento no Brasil e no mundo, como consequência das medidas de combate ao COVID-19, causando ainda um forte choque na oferta de bens e serviços e, consequentemente, pressionando a inflação do mundo para cima.

Na frente cambial, o dólar americana apresentou forte valorização em relação ao Real em 2021, fechando o ano cotado em R\$ 5,57³, uma alta de 7,4%, depois de ter atingido R\$ 5,79³, em março deste ano, tendo apresentado forte oscilação ao longo do ano. Diante de um cenário de elevação do risco fiscal decorrente do agudo aumento dos gastos públicos decorrentes da pandemia, a paralisação das reformas fiscal e administrativa, contribuíram para uma forte oscilação cambial ao longo do ano. A balança comercial fechou o ano com um superávit de US\$ 61 bilhões⁴. O valor representou um crescimento de 21,1% em relação ao ano de 2020 e superou o recorde de US\$ 56 bilhões de 2017. O saldo positivo é resultado de US\$ 280,4 bilhões em exportações e US\$ 219,4 bilhões em importações. A exportação em 2021 cresceu 34% na comparação com 2020, enquanto a importação cresceu 38,2%. Quanto ao cenário internacional, também verificamos uma forte aceleração na vacinação contra a COVID-19 em grande parte do mundo, o que acarretou, igualmente, na diminuição das restrições de mobilidade e reunião de pessoas e, consequentemente, na retomada parcial da atividade econômica. Nos EUA e países desenvolvidos, o ano trouxe a inclusão como novidade nos relatórios econômicos, o que não acontecia há décadas. Especialmente nos EUA, o índice de preços ao consumidor atingiu 7% em 2021, a maior alta em desde 1982. O PIB dos países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) avançou 0,9% no 3º trimestre de 2021 em comparação com o trimestre anterior e retomou nível pré-pandemia. Devido à aceleração da retomada da atividade econômica, o FMI reviu sua projeção de crescimento da economia mundial em 2021 para 5,9%⁵.

2.2. Particularidades do Setor de Telecomunicações

O setor de telecomunicações no Brasil é marcado pela grande concorrência e pela efetiva regulação da Agência Nacional de Telecomunicações, ANATEL, que tem a missão de "promover o desenvolvimento das telecomunicações do país, de modo a dotá-lo de uma moderna e eficiente infraestrutura de telecomunicações, capaz de oferecer à sociedade serviços adequados, diversificados e a preços justos, em todo o território nacional". O setor sempre foi impactado por uma acirrada competição no mercado brasileiro, verificada pela presença de ofertas mais agressivas sob o ponto de vista do conteúdo disponibilizado aos clientes e de uma redução no patamar dos preços praticados pelas operadoras de um modo geral, o que, de certa forma, limita a capacidade da Companhia de reparar aumentos de custos ou de propor a adesão a ofertas de maior valor, levando todo o setor de telecomunicações à uma certa degradação. Por outro lado, o ambiente altamente competitivo pode ter sido, em última análise, um dos gatilhos para a consolidação do mercado móvel, que se vislumbrava terminar 2022, com a concretização da venda da Oi Móvel, e consequente divisão dos ativos para os players remanescentes do setor.

Ao longo do ano de 2021, o setor continuou a sofrer os impactos oriundos da profunda crise causada pela epidemia COVID-19, e de todas as restrições destinadas a retardar sua propagação. Todavia, o setor manteve a tendência de crescimento no consumo de dados, exigindo das operadoras a capacidade de adaptação de suas redes, enfrentando o desafio de entregar uma infraestrutura cada vez mais robusta, em ambiente de maior racionalização dos investimentos, como projetos como a densificação de sites, o *refarming* de frequência e a agregação de portadoras em duas ou três frequências. Além disso, a TIM segue avançando nas iniciativas de compartilhamento focada no 4G e na transição de rede. Essa evolução da rede da Companhia permite a ampliação significativa do tráfego na rede 4G, que propicia aos seus clientes melhor experiência de uso, tanto em termos de performance, com maior velocidade de *download e upload* e menor latência, como em cobertura *indoor* e maior penetração. Essa demanda por evolução tecnológica e investimentos no setor tende a ser mantida, isso pode ser verificado, especialmente, considerando o leilão do 5G, que foi realizado no último trimestre do ano de 2021, e instituiu uma série de obrigações relacionadas à autorização do direito de utilização das frequências, o que, certamente, obrigará o setor a passar por um novo ciclo de investimentos. A implantação dessa nova tecnologia vai trazer avanços muito expressivos, possibilitando a geração de novos modelos de negócio, incentivando uma sociedade cada vez mais conectada, além de abrir caminho para a implementação de avanços em pesquisa e desenvolvimento.

Por fim, 2021 mostrou-se um ano no qual a demanda por Banda Larga Fixa se consolidou. Durante o ano, *players* menores lançaram suas Ofertas Públicas Iniciais ("IPOs") e fortaleceram seus posições financeiras para continuar crescendo. A Banda Larga Fixa é uma grande oportunidade no país por ainda ter baixa penetração fora dos grandes centros, mas, por outro lado, pode ser muito influenciada pela separação de empresas provedoras de serviços e *players* especializados. A TIM acredita que a separação de provedoras de serviços podem alugar infraestrutura das empresas especializadas buscando uma aceleração de crescimento.

► 3. Serviços TIM

3.1. Negócio
A TIM é reconhecida por sua forte marca e pela reputação de uma empresa inovadora e disruptiva, capaz de atender novos padrões de consumo ao mercado. A abordagem proativa permite à Companhia estar em uma posição de protagonismo na transformação do modelo de negócios nas telecomunicações. A mudança no perfil de uso dos clientes e o surgimento de novas tecnologias fomentam uma redefinição na indústria de telecomunicações, baseada no consumo de dados, conteúdos e serviços digitais.

O pioneirismo e a inovação nas ofertas são marcas da Companhia, que dispõe de um portfólio completo, tanto para clientes pessoas físicas como soluções corporativas para pequenas, médias e grandes empresas. Além dos tradicionais serviços de voz e dados, a TIM oferece o serviço de ultra banda larga fixa, TIM Live, e o serviço de banda larga fixa através da rede móvel, utilizando a tecnologia WTTx e 5G DSS, bem como segue em busca de novas fontes de receita, com iniciativas pioneiras em novas frentes de negócio, tais como serviços financeiro e monetização da base de clientes, *mobile advertising* e IoT.

Ainda no portfólio, a Companhia oferece uma série de conteúdos e serviços digitais em seus pacotes, aumentando as funcionalidades dos dispositivos móveis no cotidiano de seus clientes. A capacidade de gerir um portfólio completo e variado dá à TIM a possibilidade de ofertar pacotes customizados aos seus clientes e propor ofertas convergentes em determinadas regiões.

Demonstrando esse diferencial, em 2021, a TIM iniciou a primeira parceria entre uma empresa de telecomunicações e uma empresa de educação. Foram lançadas ofertas exclusivas para os clientes que se matricularem nos cursos oferecidos na plataforma e os clientes TIM passaram a receber descontos em cursos selecionados. Por sua vez, as ofertas lançadas em parceria com o CB Bank continuaram a agregar um diferencial ao portfólio, ao somar mais conveniência e adicionar novas experiências às ofertas dos planos Controle e Pós pago. Continuamos oferecendo aos clientes do plano TIM Black Família um *marketplace* para serviços de OTT, maior flexibilidade na escolha do conteúdo de entretenimento incluído no plano e o atendimento diferenciado do TIM Concierge. A inovação em ofertas e a consistência na operação têm garantido o diferencial do portfólio e uma pessoa de destaque na aquisição de novo clientes.

3.2. Estratégia

A estratégia adotada pela TIM para 2021 foi baseada em cinco frentes indicadas abaixo, cada uma das quais focada nas principais partes interessadas da Empresa (clientes, colaboradores e acionistas) e, juntas, visam redefinir a experiência do cliente e fazer da TIM a melhor escolha por valor no mercado, apoiada por sua posição como líder na ultra banda larga móvel e sua variedade de ofertas inovadoras:

- **Mover de volume para valor:** Melhorar e acelerar a transição de volume para valor, para sustentar o crescimento e a inclusão.
- **Melhorar a infraestrutura:** Precher o atual gap de infraestrutura com M&A, também promovendo o crescimento inorgânico e capturando potenciais sinergias;
- **Monetizar além do core:** Expandir novos fluxos de receita a partir de modelos de negócios alternativos, como serviços financeiros móveis, Educação, Saúde e publicidade digital móvel, visando a monetização da nossa base de clientes e avançando a plataforma de base de clientes através de ecossistemas e parcerias;
- **Aprimorar tecnologia e operações:** Implementar projetos transformacionais em infraestrutura (ex. 5G, ORAN, Cloud, *cloudification*) e abordar desafios estruturais e preparar nossa tecnologia e nossas operações para desenvolvimentos futuros; e
- **Explorar oportunidades de banda larga fixa:** Capturar oportunidades de crescimento do mercado de ultra banda larga com novos modelos financeiros e de negócio.

Todos os cinco pilares estratégicos mencionados acima estão diretamente relacionados ao nosso compromisso com a experiência do usuário, que é um dos nossos três pilares de fundação da marca TIM (incluindo também inovação e a qualidade), além de estarem voltados para o fortalecimento do nosso core e na construção do futuro da companhia.

Ao longo do ano de 2021, para implementação dos pilares estratégicos mencionados acima, a TIM direcionou esforços por meio de dois habilitadores transformacionais: (i) Impulsionar **eficiências disruptivas** por meio da digitalização, automatização e novos modelos operacionais, aliviando habilidades e o aprimoramento de capacidades; e (ii) Fortalecer e consolidar a **proposta de ESG** fazendo uma transformação positiva. Este é o principal objetivo da estrutura proposta, na qual o cliente é o centro de tomada de decisão.

► 4. Recursos Humanos

A Diretoria de Recursos Humanos está estruturada com o propósito de assegurar as melhores práticas relativas à gestão de pessoas para suportar o processo de evolução da Companhia, alinhadas com as transformações tecnológicas e desafios de negócio, que incluem o compromisso com a sustentabilidade e a valorização da diversidade e inclusão.

Contar com um time engajado é fundamental para superar desafios e conquistar melhores resultados. Na TIM, a relação de transparência e respeito com todos os níveis fortalece o orgulho de pertencer e a clareza sobre nosso direcionamento. Esses fatores são diferenciais no desenvolvimento da nossa marca empregadora. Em 2021, tivemos uma adesão de (97% na Pesquisa de Clima e Engajamento, confirmando a consistência desse processo como um dos mais importantes para se ouvir as pessoas e dar oportunidade de contribuir para a evolução da nossa empresa.

O resultado da Pesquisa de Clima e Engajamento de 2021 foi 83% (1pp/2020), colocando a TIM 10p.p. acima do Mercado de Telecom Global da Mercer, consultoria parceira responsável pela metodologia e aplicação da pesquisa. Os principais destaques ficam para a consistência no programa de aculturação em Diversidade & Inclusão (mantida em 95%), o aumento na atuação da liderança no desenvolvimento dos times, através de feedback (84% (+3pp), tolerância ao erro (85% (+2pp), coerência na avaliação de desempenho (83% (+3pp) e prática do reconhecimento financeiro e não financeiro (71% (+2pp), em coerência com a revisão das competências da liderança e inclusão, alinhamento aos cinco pilares trabalhados na empresa: Experiência, Raça, pessoas com deficiência, pessoas LGBTQI+ e gerações.

4.1. Pessoas

A TIM encerrou o ano de 2021 com 9.337 funcionários em todo Brasil. Esses colaboradores, com suas histórias e conhecimento, representam o capital intelectual da Companhia e atuam como motores para o desenvolvimento do negócio.

Aproximadamente 70,4% dos colaboradores possuem ensino superior completo ou frequentam a universidade (92% de conclusão de curso). Os números e resultados mostram que a TIM possui um quadro diversificado e altamente qualificado de colaboradores para atender os desafios da Companhia. A força de trabalho é complementada por 216 estagiários e 128 jovens aprendizes.

4.2. Desenvolvimento e Treinamento

Os colaboradores da TIM têm acesso a uma oferta de treinamento e desenvolvimento bem estruturada para evoluir dentro da companhia e construir uma carreira de sucesso. A TIM investiu mais de R\$ 10 milhões em treinamento e desenvolvimento dos seus colaboradores em 2021.

Para além das carreiras dos seus colaboradores, a TIM identifica e monitora o desempenho individual para agir às atividades com mais assertividade. A Companhia avalia a dedicação e o desempenho diferenciado dos seus profissionais por meio de diferentes ferramentas de gestão de performance, e encoraja e proporciona oportunidades de desenvolvimento e aprendizagem.

Aqui na TIM, ao longo do ano de 2021, em continuidade ao plano iniciado em 2020, tivemos como foco apoiar a evolução e a transformação da empresa rumo ao modelo de digital TELCO, com foco específico no desenvolvimento das *new capabilities*, necessárias para alcançar os objetivos do plano estratégico e industrial da companhia. Ao longo de 2021, a TIM implementou diversos programas e iniciativas para gerar e suportar o desenvolvimento das pessoas nas competências necessárias para alcançar as estratégias do negócio:

► **Novo Processo de Gestão de Desempenho:** A TIM completou seu ciclo de gestão de desempenho 2020/21, envolvendo mais de 7.700 colaboradores com algumas novidades importantes como a inclusão de novos públicos (equipe de Vendas e Atendimento, Estagiários), com uma abordagem profundamente customizada. O foco da avaliação está relacionado ao modelo de competência, bem com a capacidade em fazer acontecer. A implementação de uma nova plataforma de Gestão de Desempenho, customizada para proporcionar a melhor experiência digital aos colaboradores, também foi uma novidade.

► **Soluções Digitais de Desenvolvimento da Liderança:** Durante este ano, a TIM lançou duas soluções inovadoras para desenvolver nossos líderes: o Programa E-Coaching e o Mentoring Executivo, mais de 350 líderes experimentaram uma solução digital de desenvolvimento, customizada para suas próprias necessidades.

► **Gestão de Sucessões:** A continuidade do mapeamento de sucesso foi realizada este ano para garantir a aceleração do desenvolvimento e a prontidão para cargos mais críticos da alta administração e posição de executivos.

► **Mentoria empresarial para mulheres:** em julho de 2021, a TIM, juntamente com um número crescente de grandes empresas, criou uma iniciativa para acelerar o desenvolvimento de carreiras das mulheres. A iniciativa está inserida no Projeto "Mulheres Positivas", que tem o escopo mais amplo de viabilizar o acesso das mulheres ao mercado de trabalho brasileiro. Em 2021, foram desenvolvidas 2 ondas de mentoria, envolvendo 149 mulheres.

Os principais programas e iniciativas de treinamento estão listados abaixo:

► **Journey: Workshops Institucionais de compliance:** todos os colaboradores participam de cursos sobre as principais questões institucionais e de compliance, como ética, direitos humanos, políticas de sustentabilidade e meio ambiente, saúde e segurança, transparência da informação e anticorrupção, alinhadas às diretrizes do Grupo e às leis internacionais e nacionais.

► **Digital Learning Roadmap:** a nova plataforma de formação online "Talent Hub Aprendizagem" inclui roteiros individuais e coletivos para a aprendizagem digital. O roteiro centra-se em questões estratégicas como mentalidade digital, novas capacidades, inovação, responsabilidade, experiência do cliente, execuções, networking colaborativo, gestão da mudança.

► **TIM Talks:** Programa anual de Treinamento, Desenvolvimento e Comunicação da TIM Brasil. Assim como em 2020, o evento contou com a participação do público interno e externo. O TIM Talks começou em novembro com um evento de Abertura, e se estendeu até o final de dezembro por meio de um programa de workshops focado em questões estratégicas do setor como 5G, Cloud, IA, Privacidade e etc. O workshop contou com a participação de representantes do mercado, do mundo acadêmico e de instituições em geral, e pela primeira vez também envolveu convidados internacionais.

► **Plano de Apoio no contexto da Pandemia de COVID 19:** Ao longo dos anos de 2020 e 2021, em função da pandemia do novo coronavírus, a TIM realizou ações de treinamento voltadas à temas de saúde e segurança diversos, como saúde mental, autocuidado, ergonomia, bem-estar em suas mais variadas dimensões (Ex: nutrição, exercícios físicos, etc) incluindo aulas online (ex: meditação), prevenção ao COVID-19 e também disponibilizamos os conteúdos de integração em formato digital. Além disso, transformamos 100% das nossas ações de treinamento para a metodologia à distância, sendo que a própria SIPAT (Semanal Interna de Prevenção de Acidentes do Trabalho) também passou a ser online, integrada à Jornada de Saúde e Bem Estar e com alguns eventos abertos à sociedade.

► **Onboarding:** Levando em consideração os processos de transformação digital que a TIM iniciou há alguns anos, um novo programa *Onboarding* 100% digital foi projetado para engajar e preparar os novos funcionários para o dia a dia.

► **Jornadas Verticais:** A TIM Brasil criou Jornadas de aprendizagem personalizadas para as diversas áreas, com *ases nas diferentes necessidades* relacionadas ao escopo de atividades.

► **Journey: Cloud e Agile Journeys:** Alinhado ao seu plano de transformação digital e inovação, a TIM implementou um plano estruturado de *upskilling* para todos os profissionais envolvidos na migração da infraestrutura em um ambiente *multi-cloud* e para os usuários dos novos dados e tecnologias de análise. Desde 2020, mais de 500 pessoas estiveram envolvidas no programa.

Em 2021 foi implementado um programa de formação *Agile Journey*, com o objetivo de disseminar a cultura, bem como os métodos e as ferramentas das Metodologias Ágeis. A Jornada passou a envolver as equipes que atuam nos processos de criação de serviços, a fim de trazer ganhos incrementais para o negócio, reduzir riscos e aumentar a produtividade. Mais de 170 funcionários já iniciaram a jornada.

► **Iniciativas para a força de vendas (Programa Evolution Consumidor e Corporativo):** jornada de aprendizagem para as lojas TIM e Força de Vendas, pensado de forma inovadora, baseado no princípio de gamificação, que se traduziu em maior envolvimento, novos conhecimentos com uma "pegada" diferente, e maior valor para a empresa. Uma experiência única, personalizada e humanizada. O modelo de treinamento virtual foi mantido e aprimorado em 2021.

Por acreditar que a diversidade e a inclusão são essenciais para a valorização e engajamento das pessoas, e desempenham um papel fundamental no processo de inovação, reforçamos nosso posicionamento e compromisso com o tema através da construção de políticas, programas e iniciativas de diversidade e inclusão, alinhadas à estratégia do negócio, cultura organizacional e valorização da contribuição de cada colaborador(a) na TIM. Em 2021 o Programa de Diversidade e Inclusão seguiu em continuidade com o calendário anual de ações, baseado no calendário da ONU e demais datas reconhecidas nacionalmente; acatando o planejamento estratégico do tema pelo comitê de diversidade e inclusão, formado pela alta liderança; e atuação dos grupos de trabalho, formados por colaboradores de todos os níveis, áreas e regiões, que atuaram conjuntamente no desenho e implementação de ações inclusivas para os pilares de gênero, pessoas LGBTQI+, raça, gênero e pessoas com deficiência. Dentre as iniciativas lançadas temos o Programa de Estágios Inclusivos, que flexibilizou perfil e pré-requisitos do processo seletivo para ampliar o acesso de grupos sociais minorizados, além de não haver restrições para idade, curso e instituição de ensino no programa reservou 50% das vagas para pessoas negras. No pilar de gênero lançamos o Projeto Mulheres Positivas, voltado para ampliar a participação das mulheres no mercado de trabalho. O projeto conta com o aplicativo Mulheres Positivas como plataforma digital para apoiar o desenvolvimento pessoal e profissional das mulheres, o movimento liderado pela TIM começou em julho com 10 empresas e finalizou 2021 com 47 empresas parceiras que juntas oferecem acesso gratuito a vagas e cursos de capacitação, além de mentoria intercampa para mulheres.

Reforçando o compromisso e atuação concreta com foco no pilar Social do Plano ESG, a TIM estabeleceu a meta de ter até 2023 35% das posições de liderança ocupada por mulheres e 40% do quadro de colaboradores composto por pessoas negras. Também nos tornamos signatários dos principais ecossistemas de pactos e associações. Entre março e dezembro assinamos os Princípios de Empoderamento das Mulheres, da ONU Mulheres; Coalizido Empresarial para Equidade Racial e de Gênero; Rede Empresarial de Inclusão Social; Fórum de Empresas e Direitos LGBTQI+; Fórum de Gerações e Futuro do Trabalho e Coalizido Empresarial pelo Fim da Violência contra Mulheres e Meninas.

Como parte do compromisso de promover um ambiente cada vez mais inclusivo, seguro e livre de discriminação, a TIM lançou em novembro o Programa Respeito Geral Respeito, com novas diretrizes e política para prevenção, coibição e gerenciamento às práticas de assédio, além de ações educativas e iniciativas internas e externas no programa o plano integrado de comunicação e treinamento, com total de mais de 40 ações e mais de 3.900 colaboradores treinados. O TIM Convida, evento 100% digital e aberto à sociedade para gerar diálogo e reflexão sobre diversidade e inclusão, apresentou 7 edições ao longo do ano totalizando mais de 386 mil visualizações Youtube.

Com a consistência do Programa de Diversidade e Inclusão, a TIM vem se tornando uma das líderes na promoção da diversidade e inclusão. Em 2021 fomos a primeira tele a nível global a receber o prêmio *GSMA's Diversity in Digital* mais uma vez reconhecendo que promovemos a igualdade e a diversidade no setor de tecnologia, e a única empresa brasileira a integrar e liderar o *Refinitiv Diversity & Inclusion Index*, que mede a nível global o desempenho das empresas nas iniciativas de diversidade e inclusão.

4.3. Plano de Incentivo de Longo Prazo

O Plano de Incentivo de Longo Prazo visa conceder ações ou opções de compra de ações da TIM S.A. a colaboradores da Companhia e suas subsidiárias, buscando desse modo promover a expressão, conquista e sucesso dos objetivos corporativos, garantindo o alinhamento de interesses dos acionistas e da administração da TIM. Em 5 de agosto de 2011, 10 de abril de 2014, 19 de abril de 2018 e 30 de março de 2021, foram aprovados pela Assembleia Geral de Acionistas da TIM S.A. (TIM Participações S.A. antes da incorporação pela TIM S.A. em 31 de agosto de 2020) os planos de incentivo de longo prazo; "Plano 2011-2013", "Plano 2014-2016", "Plano 2018-2020" e "Plano 2021-2023", respectivamente, concedidos a todos administradores e áqueles que ocupam posições chave na Companhia.

Os Planos 2011-2013 e 2014-2016 tratam da outorga de opções de ações, enquanto os Planos 2018-2020 e 2021-2023 preveem a outorga de ações (*performance shares e /ou restricted shares*). O exercício das opções do Plano 2011-2013 esteve condicionado ao atingimento de metas específicas de desempenho que poderiam impedir o exercício das opções, enquanto no exercício das opções do Plano 2014-2016 o atingimento de metas pode afetar apenas o preço de aquisição das ações. O Preço de Exercício é calculado após o ajuste de ajuste, para mais ou para menos, no Preço Base da Ação, em consequência do desempenho acionário, considerando os critérios previstos em cada Plano.

Já os Planos 2018-2020 e 2021-2023 prevêem conceder ações aos participantes de emissão da Companhia, sujeitos à permanência do participante na Companhia e desempenho (atingimento de metas específicas). A quantidade de ações pode variar, para mais ou para menos, em consequência do desempenho e eventualmente da concessão de dividendos, considerando os critérios previstos em cada Outorga. De maneira geral, os objetivos de desempenho são vinculados a indicadores econômico/ financeiros, métricas de desempenho acionário (exemplo: Total Shareholder Return) e indicadores ESG (Environment, Social & Governance), sempre em linha com os objetivos apresentados aos acionistas para o Plano Trienal.

O prazo de vigência das opções dos Planos 2011-2013 e 2014-2016 é de 6 anos e a TIM S.A. não tem nenhuma obrigação legal ou não formalizada de recomprar ou liquidar as opções em dinheiro. Para os Planos 2018-2020 e 2021-2023 o prazo de vigência possui a mesma periodicidade de 3 anos relacionada à sua carência (Vesting). Por sua vez, os novos Planos, além de considerar a transferência de Ações, preveem também a possibilidade de realizar o pagamento aos participantes do valor equivalente em dinheiro.

Conforme aprovado pela Assembleia Geral da Companhia, a gestão dos Planos fica a cargo do Conselho de Administração, sujeito ao Estatuto Social da Companhia. Especificamente para o ano de 2017, em função da Companhia ter iniciado o processo de reestruturação do seu plano de incentivo de longo prazo, em caráter excepcional e devidamente aprovado pelo Conselho de Administração, o plano de incentivo de longo prazo ocorreu em forma de bônus, com o pagamento condicionado ao atingimento de determinados indicadores financeiros da TIM e dividido em três parcelas anuais.

4.3.1. Opção de Ações Ciclo 2011-2013

Plano	Opções Concedidas	Opções Exercidas	Opções Expiradas	Opções Não Exercidas
Plano 2011-2013	8.567.765	-3.399.832	-5.167.933	0
1º Concessão	2.833.595	-1.532.132		

TIM

TIM S.A.
 CNPJ nº 02.421.421/0001-11
TIMB
 LISTED IN
B3 LISTED NYSE
ISE B3

6. Desempenho Operacional

6.1. Panorama do Mercado Brasileiro

O mercado móvel registrou um crescimento de 1,2% A/A no final de 2021 reforçando o movimento de evolução positiva da base no último trimestre. Nos últimos 12 meses, o pós-pago registrou adições líquidas de 16,7 milhões de acessos, sendo 58% deste volume linhas humanas. O pré-pago apresentou 4,1 milhões de novos acessos.

6.2. Desempenho da TIM

O segmento pós-pago encerrou o ano de 2021 com 22,9 milhões de acessos (+4,7% A/A). O mix do segmento na base total foi de 44%, +1,5 p.p. A/A. As adições líquidas dos últimos 12 meses acumularam um saldo positivo de mais de 1,0 milhão de novos acessos. A taxa de desconexão mensal no pós-pago manteve nos patamares mais baixos (2,7% no 4T21), com registrado nos últimos trimestres. Ao final do trimestre, o Pós-pago Humano registrou uma base de 18,9 milhões acessos (+4,7% A/A), com adições líquidas de 847 mil acessos nos últimos 12 meses. O segmento é o mais impactado pela deterioração da economia, principalmente nos últimos 2 anos.

Detalhamento da base de clientes por tecnologia:

- A base 4G finalizou o período com 46,3 milhões de acessos, acelerando novamente o ritmo e mantendo o patamar de dois dígitos de crescimento (+10,2% A/A);
- A base de M2M fechou o ano com 4 milhões de linhas, um aumento de 5,0% comparado ao mesmo período do ano passado.

6.3. Segmento Fixo

A base TIM Live encerrou o ano de 2021 com 685 mil conexões, mantendo o ritmo de crescimento (+6,1% A/A). Nos últimos 12 meses, as adições líquidas do serviço atingiram aproximadamente 40 mil acessos, sendo a base FTTH o principal motor. Os planos de maior valor, com velocidades acima de 100 Mbps, seguem ganhando cada vez mais relevância, atingindo 62% de participação na base total no trimestre.

Mesmo limitando a entrada em novos mercados, a cobertura da rede FTTH continuou crescendo, priorizando a consolidação dos clusters já ativos. Dessa forma, o total de *homes passed* em fibra cresceu 29,0% A/A, com presença em 28 cidades e 7 regiões administrativas do DF.

7. Receita Operacional

Para representar melhor o desempenho financeiro e tendências comerciais, a TIM normaliza algumas linhas da sua Demonstração de Resultados, eliminando o impacto de elementos não-recorrentes. Estes movimentos são apontados quando requeridos.

RS milhões	DESCRIÇÃO	2021	2020	% A/A
18.058	Receita Líquida	17.268	17.268	4,6%
17.497	Receita de Serviços	16.665	16.665	5,0%
16.349	Serviço Móvel	15.610	15.610	4,7%
14.843	Gerada pelo Cliente	14.351	14.351	3,4%
533	Interconexão	528	528	0,9%
119	Plataforma de Clientes*	15	714,3%	
853	Outras Receitas	717	19,1%	
1.147	Serviço Fixo	1.054	8,8%	
611	Outras Receitas Operacionais	618	14,7%	
561	Receita de Produtos	603	-6,9%	

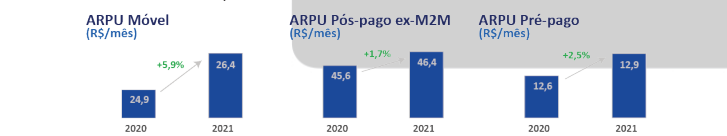
*A Plataforma de Clientes inclui receitas de novas iniciativas, como Serviços Financeiros e Educacionais, e Publicidade Móvel. Realocação de impostos entre as linhas de Receita Gerada pelo Cliente e Plataforma de Clientes, impactando estas aberturas desde o início de 2021.

No acumulado de 2021, a Receita Líquida Total atingiu R\$ 18.058, ante R\$ 17.268 em 2020, uma evolução de 4,6% A/A, impulsionada pela performance consistente da Receita de Serviços. Esse crescimento, também, foi impactado por uma base comparativa menor, uma vez que os principais impactos da pandemia de COVID-19 ocorreram em 2020. A despeito do contexto macroeconômico desafiador imposto pela pandemia, a Receita Líquida de Serviços fechou o ano com um crescimento de 5,0%, esse desempenho teve como principais alavancas: (i) a performance do pós-pago móvel; e (ii) a receita de Plataforma de Clientes.

Detalhamento do Segmento Móvel (líquido de impostos e deduções):

A Receita do Serviço Móvel (RSM) apresentou um crescimento de 4,7%, A/A atingindo R\$ 16.349 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021. No acumulado do ano mantêm evolução consistente, refletindo a estratégia da companhia de monetizar suas bases de clientes através de dois pilares: (i) diferenciação de oferta e (ii) migração da sua base de clientes para planos de mais alto valor. No ano, o ARPU de 2021 expandiu 5,9% para atingir R\$ 26,4.

Detalhando o desempenho de cada segmento móvel no quarto trimestre:
 (i) No Pré-pago, observamos uma desaceleração durante o segundo semestre, refletindo a piora nos indicadores macroeconômicos e o encerramento do auxílio emergencial do governo no mês de outubro, que pressionou mais o segmento, revertendo a retomada da trajetória de crescimento observada no primeiro semestre. Entretanto, a Companhia segue com foco na diferenciação de ofertas e em uma gestão da base mais eficiente, o que contribuiu para o crescimento do ARPU de Pré-pago¹¹ no ano de 2021 – alta de 2,5% vs. 2020;
 (ii) A Receita com Clientes Pós-Pagos teve uma alta de 5,4% A/A vs. ano de 2021 – alta de 2,5% vs. 2020 (ex-M2M) em 2021 teve alta de 1,7% contra 2020. Esse desempenho tem como motor o foco da Companhia na abordagem de valor, com ênfase na gestão eficiente da base de clientes, redução das desconexões e na evolução do portfólio de ofertas, com benefícios específicos para cada segmento. Adicionalmente, cabe destacar que, durante esse trimestre, tivemos aumento da vendas nos planos Controle e Pós-puro, impulsionados pelas campanhas de final do ano, Black Friday e Natal, apesar dos desafios impostos pela atividade comercial menos intensa no país.



A Receita de Interconexão (ITX) ficou praticamente estável em A/A, atingindo R\$ 135 milhões no 4T21. A incidência da VU-M na Receita Líquida de Serviços atingiu 2,3% no trimestre. No ano, essa linha apresentou aumento de 0,9% A/A, em virtude, principalmente, do impacto do aumento da tarifa VU-M (Tarifa de Terminação Móvel) no início do ano.

A Receita de Plataforma de Clientes, no acumulado do ano, somou R\$ 119 milhões, com R\$ 83 milhões vindos de Serviços Financeiros, R\$ 36 milhões de Publicidade Móvel e R\$ 342 mil de Serviços Educacionais. A linha de Outras Receitas registrou no ano um crescimento de 19,1% A/A, explicado majoritariamente pelo crescimento na receita gerada por contratos de compartilhamento e swap de rede. Cabe ressaltar que o compartilhamento e a troca de capacidade são elementos importantes da estratégia da Companhia de ampliação da infraestrutura de transporte em fibra (*backbone e backhaul*) com maior eficiência na alocação de recursos (Capex x Opex).

Detalhamento do Segmento Fixo (líquido de impostos e deduções):

Em 2021, a Receita do Serviço Fixo totalizou R\$ 1.147 milhões, alta de 8,8% A/A, com as receitas vindas da TIM Live sendo o grande motor dessa performance e registrando um crescimento de 14,7% A/A. A TIM Live continua sendo o principal elemento para essa performance, que avançou 9,8% A/A no 4T20, representando mais de 63% da receita de serviço fixo. Os demais segmentos do segmento fixo apresentaram recuperação e cresceram 2,6% A/A.

A desaceleração da performance da TIM Live no segundo semestre é explicada por uma combinação de: (i) maior foco na preparação da criação da I-Systems (antiga FiberCo), e consequente separação dos ativos, o que provocou uma desaceleração na entrada em novos mercados; (ii) um aumento localizado de competição em algumas áreas de atuação; e (iii) uma queda da performance nas áreas onde a TIM ainda atua com FTTC. A expectativa é que em 2022, a TIM Live volte a ingressar em novas localidades com FTTH, de forma a aumentar ainda mais a participação dessa tecnologia no resultado da Receita do Serviço Fixo.

7.2. Custos e Despesas Operacionais

RS milhões	DESCRIÇÃO	2021	2020	% A/A
(8.599)	Custos Reportados da Operação	(8.926)	(8.926)	-3,7%
(5.920)	Custos Normalizados* da Operação	(6.004)	(6.004)	-0,9%
(1.125)	Pessoal	(1.004)	(1.004)	12,0%
(3.135)	Comercialização	(3.010)	(3.010)	4,1%
(2.797)	Rede e Interconexão	(2.613)	(2.613)	7,0%
(701)	Gerais e Administrativos	(605)	(605)	15,8%
(731)	Custo de Mercadorias Vendidas (CMV)	(756)	(756)	-3,3%
(545)	Provisão para Devedores Dúvidosos	(553)	(553)	-3,2%
(284)	Outras despesas operacionais	(284)	(284)	-1,9%
(8.589)	Custos Normalizados* da Operação ex-CMV	(8.140)	(8.140)	5,5%

*Custos da Operação normalizados por: verificação de controle sobre o investimento na companhia I-Systems (R\$ 782,2 milhões no 4T21), serviços jurídicos e administrativos especializados (+R\$ 34,8 milhões no 4T21, +R\$ 7,7 milhões no 3T21 e +R\$ 13,7 milhões no 2T21), gastos para o projeto de aquisição dos ativos móveis da Oi (+R\$ 4,3 milhões no 4T21) e por ajustes ao contrato de *sale-leaseback* de torres (+R\$ 2,6 milhões no 1T20).

Os Custos e Despesas Operacionais Reportados no ano de 2021 totalizaram R\$ 8.599 milhões, uma melhoria de 3,7% em relação aos custos reportados em 2020. A performance refletiu a eficiência na execução do controle de custos, a despeito de um aumento nos índices de inflação no país e em meio a um processo adotado pela Companhia de aprimoramento de sua infraestrutura interna. Os Custos e Despesas Operacionais Normalizados subiram, porém de forma limitada (+4,8% A/A), perante a inflação registrada no país ao final do ano (IPCA 2021: 10,06%). Além disso, o comparativo anual é afetado pela retomada dos custos variáveis e fixos que registram queda nos meses de reduzida atividade econômica no país, principalmente no 2T20, devido a pandemia.

Detalhamento do Desempenho de Custos e Despesas Normalizados:

Pessoal alcançou R\$ 1.125 milhões em 2021, apresentando uma alta de 12,2% em relação a 2020. Tal performance foi influenciada por: (i) reajustes sobre salários, bonificações e incentivos no patamar entre um dígito médio e alto; (ii) maior nível de provisão relativo a participação nos resultados dos colaboradores; e (iii) base comparativa desfavorável devido a recuperação de encargos em processos de natureza previdenciária no 4T20 e, em parte, por um comparativo anual atípico no 2T20, em decorrência de menores despesas com pessoal comercial devidas ao fechamento dos canais físicos de venda durante a pandemia.

A linha de Comercialização e Publicidade apresentou aumento de 4,1% A/A, atingindo R\$ 3.135 milhões, impactada, principalmente, pelo retorno das campanhas publicitárias com mais frequência e maior despesa com comissões de vendas.

Rede e Interconexão, esta linha apresentou alta de 7,0% A/A, quando comparada com 2020. Este resultado foi influenciado pelo aumento da tarifa de terminação móvel (VU-M) e pelos maiores custos de Rede, em decorrência da elevação das despesas com aluguel, compartilhamento e manutenção de infraestrutura.

As Despesas Gerais e Administrativas Normalizadas (G&A) encerraram o ano de 2021 com um crescimento de 15,8% em relação a 2020. Esta alta é explicada, principalmente, por: (i) maiores despesas com serviços de manutenção, em decorrência da migração da infraestrutura de TI para a Cloud; e (ii) por contratação de serviços especializados junto a consultorias para projetos recorrentes.

O Custo da Mercadoria Vendida (CMV) foi de R\$ 731 milhões, queda de 3,3% quando comparado a 2020, acompanhando a queda da Receita de Produtos, ocasionada pelo menor volume de aparelhos vendidos, apesar do aumento no mix de produtos de maior valor.

As Provisões para Devedores Dúvidosos (PDD) atingiram R\$ 545 milhões, uma queda de 1,5% frente ao resultado de 2020, parcialmente afetada pelo reconhecimento de PDD com um cliente de *wholesale*, atingindo R\$ 58,9 por adição bruta em 2021, um crescimento de 28,9% A/A, devido a maiores despesas com comissões gerais por: (i) adição líquida positiva no segmento Pós-pago; (ii) pela migração dos clientes para segmentos de maior valor; e (iii) maiores gastos com publicidade no 1S21.

A relação SAC/ARPU, que indica o *payback* por cliente, atingiu 2,3 meses em 2021, frente a 1,7 meses no 4T21.

7.3. DO EBITDA ao Lucro Líquido

RS milhões	DESCRIÇÃO	2021	2020	% A/A
8.738	EBITDA Normalizado*	8.372	8.372	4,4%
48,4%	Margem EBITDA Normalizada*	48,5%	48,5%	-0,1p.p.
(3.922)	Depreciação e Amortização	(3.689)	(3.689)	2,1%
(1.740)	Amortização	(1.838)	(1.838)	-5,3%
(12)	Equivalência Patrimonial	-	-	n.a.
3.034	EBIT Normalizado*	2.845	2.845	6,7%
16,8%	Margem EBIT Normalizada*	16,5%	16,5%	0,3p.p.
(653)	Resultado Financeiro Líquido Normalizado*	(807)	(807)	-19,1%
(1.052)	Receitas Financeiras	(1.233)	(1.233)	15,2%
(7)	Variáveis cambiais, líquidas	-	-	n.a.
2.381	Lucro antes dos impostos Normalizado*	2.037	2.037	16,9%
(182)	Imposto de renda e cost. social Normalizado*	(166)	(166)	9,1%
2.200	Lucro Líquido Normalizado*	1.871	1.871	17,6%
757	Total de Itens Normalizados	(27)	(27)	n.a.
9.459	EBITDA Reportado	8.342	8.342	13,4%
52,4%	Margem EBITDA Reportada	48,3%	48,3%	4,1p.p.
3.756	EBIT	2.815	2.815	33,9%
20,8%	Margem EBIT	16,3%	16,3%	4,5p.p.
(807)	Resultado Financeiro Líquido	(807)	(807)	-19,1%
3.163	Lucro antes dos impostos	2.008	2.008	56,6%
(148)	Imposto de renda e cost. social	(164)	(164)	-10,9%
2.957	Lucro Líquido	1.844	1.844	60,4%

* O ARPU de Pré-pago inclui as linhas de Outras Receitas Móveis e de Plataforma de Clientes.
 * A linha de Pós-Pago Humano exclui as linhas de Outras Receitas Móveis e de Plataforma de Clientes.
 * A linha de Outras Despesas Operacionais (G&A) encerraram o ano de 2021 com um crescimento de 2,7%. Os Custos de Aquisição de Clientes (SAC + subsídio + comissionamento + despesas de publicidade) atingiram R\$ 58,9 por adição bruta em 2021, um crescimento de 28,9% A/A, devido a maiores despesas com comissões gerais por: (i) adição líquida positiva no segmento Pós-pago; (ii) pela migração dos clientes para segmentos de maior valor; e (iii) maiores gastos com publicidade no 1S21.
 * A relação SAC/ARPU, que indica o *payback* por cliente, atingiu 2,3 meses em 2021, frente a 1,7 meses no 4T21.
 * O EBITDA ao Lucro Líquido

*EBITDA normalizado conforme itens apontados na seção de Custos (-R\$ 743,1 milhões no 4T21, +R\$ 7,7 milhões no 3T21, +R\$ 13,7 milhões no 2T21 e +R\$ 2,6 milhões no 1T20). Lucro Líquido normalizado por: impacto dos impostos diferidos e correntes sobre a receita gerada pela transação da I-Systems (+R\$ 509,2 milhões no 4T21), crédito fiscal e outros efeitos (-R\$ 13,3 milhões no 4T21, -R\$ 526,8 milhões no 3T21 e -R\$ 4,6 milhões no 2T21).

EBITDA Normalizado (LAIJDA – Lucro antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização)

O EBITDA Normalizado totalizou R\$ 8.738 milhões em 2021, um crescimento de 4,4% A/A. A principal alavanca para este crescimento foi a performance da Receita de Serviços Móveis, com destaque para o bom desempenho do segmento Pós-pago e da geração de receitas oriundas das parcerias classificadas na linha de Plataforma de Clientes.

A Margem EBITDA Normalizada encerrou 2021 em 48,4%. Excluindo-se os efeitos relativos à operação da I-Systems, completada em novembro de 2021, a Margem EBITDA seria de 48,5%.

Depreciação e Amortização (D&A) / EBIT

A linha de D&A apresentou incremento de 3,0% A/A em 2021, totalizando R\$ 5.692 milhões explicado, principalmente, pelo aumento da Depreciação de Equipamentos de Transmissão 4G e aumento da Depreciação de infraestrutura de torres e dos direitos de uso, em função de uma maior base de contratos de leasing, parcialmente compensada por um menor montante de Amortização de softwares.

No ano, o EBIT Normalizado totalizou R\$ 3.034 milhões, o que representa um crescimento de 6,7% A/A.

Resultado Financeiro Líquido

No ano, o Resultado Financeiro Líquido foi negativo em R\$ 653 milhões, comparado a -R\$ 807 milhões em 2020, em decorrência de:

- (i) maior receita financeira advinda de: (1) aumento da receita com juros sobre aplicações financeiras, refletindo uma taxa básica de juros elevada e maior geração caixa (Selic encerrou o ano a 9,25%); e (2) de uma soma de bônus que dão direito à participação no capital social do Banco CG superior a 2020 (4,08% em 2021 vs. 1,4% em 2020).
- (ii) Maior despesa financeira devido a: (1) maior volume de juros e custos atrelados aos novos empréstimos e financiamentos adquiridos – em razão da adição de novas dívidas durante o ano, visando o financiamento das obrigações futuras com a aquisição dos ativos móveis da Oi e as obrigações com o leilão de frequências; e (2) maior volume de juros sobre leasings, em meio a um aumento nos índices de inflação.

Imposto de Renda e Contribuição Social

O Imposto de Renda e Contribuição Social Normalizado foi negativo em R\$ 182 milhões em 2021, comparado com -R\$ 166 milhões em 2020. Em 2021, a alíquota efetiva na visão normalizada foi de -7,6% vs. -8,2% em 2020, explicado, principalmente, pela maior utilização de benefícios fiscais em 2021.

Lucro Líquido

No ano, o Lucro Líquido Normalizado totalizou R\$ 2.200 milhões, uma expansão de 17,6% comparado a 2020, com LPA de R\$ 0,32.

DÍVIDA E CAIXA

Perfil da Dívida

EMISSÕES	MOEDA	TAXA DE JUROS	VENCIMENTO	CURTO PRAZO	LONGO PRAZO	TOTAL
RS milhões						
93	USD	Libor+0,75%	01/24 a 12/25	93	186	278
2	USD	1,4748% a.a.	04/24	2	558	560
444	USD	2,8220% a.a. a 7,0907% a.a.	01/22 a 01/24	444	500	944
51	BRL	IPCA+4,1782% a.a.	06/28	51	1.669	1.669
11	BRL	IPCA+4,2283% a.a.	11/31	11	395	396
3.307				3.307	3.307	3.845
48	BRL	Selic	12/40	48	796	843
575				575	4.104	4.688
1.240				1.240	7.581	8.820
1.825				1.825	11.684	13.509

Dívida Líquida

DESCRIÇÃO	4T21	3T21	2T21	4T20
RS milhões				
538	Divida de Curto Prazo	534	1.446	2.261
3.307	Divida de Longo Prazo	2.780	2.780	284
3.845	Divida Financeira Total	4.226	4.226	2.545
(9.739)	Caixa e Equivalentes de Caixa	(7.125)	(7.125)	(4.319)
5940	Dívida Líquida Total	(3.933)	(3.933)	(2.263)
843	Licença (4G e 5G)	-	-	-
(5.097)	Divida Financeira Líquida AL	(3.933)	(3.933)	(2.263)
8.820	Lease Total	8.271	8.186	8.180
3.723	Divida Líquida Total	4.338	5.183	5.917
0,4%	Divida Líquida AL/EBITDA AL*	-0,6%	-0,4%	-0,3%
0,4%	Divida Líquida Total/EBITDA	0,5%	0,6%	0,7%

*EBITDA 12M após o pagamento de *leases*, desconsiderando o pagamento de principal e juros relacionados a *leasing* financeira.

Dívida Por Vencimento

ANO	PRO-FORMA	INCLUINDO IFRS 9, 15 & 16
RS milhões		
135	2023	1.370
1.172	2024	2.276
127	2025	967
662	2026	1.294
2.007	Após 2026	5.777
4.104	Dívida Total	11.684

A Dívida Normalizada (pós-hedge) do 4T21 ficou em R\$ 13.520 milhões, representando um crescimento de 2,4% em relação ao 3T21. O total inclui: (i) o reconhecimento de *leasing* no valor total de R\$ 8.820 milhões (relacionado à venda de torres, projeto IT Amazonas e contratos de arrendamento com prazos superiores a 12 meses, conforme estabelecido pelo IFRS 16); (ii) dívida bancária no montante de R\$ 3.845 milhões; (iii) a posição de derivativos¹⁴ de *hedge* no valor de R\$ 11 milhões (excluindo os efeitos do Banco CG); e (iv) impacto relacionado às licenças no leilão de frequências 4G e 5G no valor de R\$ 843 milhões.

Em dezembro, o montante de financiamentos (pós-hedge) totalizou R\$ 3.845 milhões. O custo médio da dívida excluiu os *leasing*s e licenças foi de 9,5% a.a. no trimestre, uma elevação quando comparado ao custo de 7,5% a.a. do 4T20, impactado pelo aumento do CDI no período.

Segundo o programa de financiamento da companhia, aprovado pelo conselho de administração da TIM em março de 2021, para aquisição dos ativos móveis da Oi, ao longo de 2021 a companhia captou R\$ 3,0 bilhões em novas dívidas:
 (i) Em abril de 2021, foram celebrados dois contratos totalizando o montante de R\$ 1.072 milhões, ambos realizados com bancos estrangeiros;
 (ii) Em junho, a Companhia concluiu a liquidação da 2ª emissão de debêntures, no montante total de R\$ 1,6 bilhão, com vencimento em junho de 2028. Tendo sido esta a primeira oferta de debêntures da história da Companhia a considerar aspectos ESG em sua emissão, gerando benefícios para sociedade e para o meio ambiente, além de corroborar para atingimento dos objetivos do Plano Estratégico da Companhia;
 (iii) Em novembro de 2021, foi celebrado um contrato com o BNDES, no valor total de R\$ 390 milhões.

No final do trimestre, as posições de Caixa e Títulos de Valores Mobiliários totalizaram R\$ 9.737 milhões, registrando crescimento de R\$ 5,151 milhões A/A.
 O rendimento financeiro médio foi de 8,8% a.a. no 4T21, aumento de 6,4 p.p. em relação ao 4T20, em função dos últimos aumentos observados da taxa Selic e de uma melhor alocação dos recursos.

8. Environmental, Social & Governance

Jornada ESG

A TIM é pioneira nos temas ESG (Environmental, Social & Governance) no setor de Telecomunicações no Brasil. Há 14 anos a Companhia faz parte da Carteira do Índice de Sustentabilidade da B3 (ISE-B3), sendo a empresa do setor que há sustentavelmente no Índice. Em fevereiro de 2022, a TIM foi reconhecida como uma das empresas mais sustentáveis do mundo pelo S&P Global ESG, organização responsável pelo Dow Jones Sustainability Index (DJSI). A companhia foi incluída no Sustainability Yearbook 202



CNPJ nº 02.421.421/0001-11

TIMS
B3 LISTED NM

TIMB
LISTED

ISE B3
NYSE

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

1. Contexto operacional

Estrutura societária
A TIM S.A. (“TIM”, “Companhia” e/ou “Empresa”) é uma sociedade por ações, de capital aberto, com sede na cidade do Rio de Janeiro, RJ, controlada pela TIM Brasil Serviços e Participações S.A. (“TIM Brasil”). A TIM Brasil é uma empresa controlada do grupo Telecom Italia que detinha 66,59% do capital social da TIM S.A. em 31 de dezembro de 2021 (66,58% em 31 de dezembro de 2020).
A Companhia presta Serviço Telefônico Fixo Comutado (“STFC”) nas modalidades Local, Longa Distância Nacional A e Serviços de Comunicação Móvel, em parceria com a Telecomunicações de Jatoá (“TJ”) e o Serviço de Comunicação Multimídia (“SCM”), em todos os estados brasileiros e no Distrito Federal.
As ações da Companhia são negociadas na B3 (anteriormente BM&F/Bovespa). Adicionalmente, a TIM S.A. possui recibos de depósitos americanos (*American Depositary Receipts – ADRs*), nível II, negociados na Bolsa de Valores de Nova York (NYSE) – EUA. Em consequência, a Companhia está sujeita às normas da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) e à *Securities and Exchange Commission* (“SEC”). Visando atender às boas práticas de mercado, a Companhia adota como princípio a divulgação simultânea de suas informações financeiras nos dois mercados, em reais, em português e em inglês.

Em dezembro de 2020, o Conselho de Administração da TIM, após a análise dos estudos realizados e das propostas não-vinculantes recebidas, aprovou, em reunião realizada no dia 10 de dezembro de 2020, a constituição de uma sociedade denominada FiberCo Soluções de Infraestrutura Ltda., como preparação para futura segregação de ativos e prestação de serviços de infraestrutura de fibra ótica residencial.
No dia 5 de maio de 2021, a TIM S.A. informou aos seus acionistas e ao mercado em geral que, em reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada no mesmo dia, foi aprovado um acordo entre a TIM S.A. e a IHS Fiber Brasil – Cessão de Infraestrutura Ltda. (“IHS”), com vista a aquisição, pela IHS, da participação societária na FiberCo Soluções de Infraestrutura S.A. (“FiberCo”).
O processo de aquisição de participação societária da FiberCo, posteriormente denominada I-Systems, pela IHS foi concluído em 16 de novembro de 2021. Como resultado, a IHS passou a deter 51% do capital social da I-Systems, passando a TIM S.A. a ter participação minoritária (não controladora) de 49% sobre a I-Systems.
O detalhamento da venda da participação societária da FiberCo, está descrito abaixo.

Reorganização Societária

Venda de 51% da I-Systems (antiga FiberCo) para IHS
Em 5 de maio de 2021, a Companhia publicou a decisão de seu Conselho de Administração sobre a alienação por parte da TIM S.A. de 51% do capital social da FiberCo em favor da IHS, permanecendo os restantes 49% sob o controle da Companhia quando do fechamento da operação (*closing*).
A FiberCo foi constituída pela Companhia para segregação de ativos de rede e prestação de serviços de infraestrutura. A FiberCo nasce com a missão de implantar, operar e manter infraestrutura de última milha para acessos de banda larga a ser oferecida no mercado de atacado. Não obstante, os termos do acordo definem a TIM como principal cliente neste momento, tendo a prerrogativa de 6 meses de exclusividade após a entrada em nova reserção. Em novembro de 2021, como resultado da cisão de ativos líquidos do negócio de banda larga e com posterior alienação de 51% de sua participação societária em favor da IHS, a TIM S.A. registrou investimento em coligada no valor de R\$1.612.957, a valor justo, pela participação minoritária remanescente (não controladora) de 49%. Neste momento, em função do *closing* da transação, a TIM S.A. realizou a baixa de cerca de 90% do ágio total registrado na aquisição da TIM Fiber SP Ltda. e TIM Fiber RJ S.A. no montante de R\$1.051.477.
De acordo com laudo de avaliação do acervo líquido formado pelos ativos e passivos o valor apurado de R\$1.211.789 foi integralizado como capital social da I-Systems em 1º de novembro de 2021.
O processo de venda do percentual de 51% de participação societária da nova companhia I-Systems, para IHS foi concluído em 16 de novembro de 2021. Para a conclusão da venda, a IHS realizou uma integralização de capital R\$582.498 (primária) na nova companhia (I-Systems) e o pagamento de R\$1.096.294 (secundária) diretamente a TIM S.A., totalizando, desta forma R\$1.612.792 pela aquisição de 51% de participação societária. O valor justo apurado por 100% da nova companhia foi de R\$3.291.794.
No momento do *closing* a participação na investida foi registrada pelo valor justo conforme previsto pelo IFRS 10 (CP36), sendo, posteriormente, conforme definido na norma IAS 28 (CP18), avaliada pelo método da equivaência patrimonial.

Conforme previsto no IAS 28 (CP18), a venda de investimento com perda de controle deve ser reconhecida pela baixa total de investimento e reconhecimento de parte do investimento da coligada pelo valor justo. Os efeitos da transação estão detalhados abaixo:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Preço da transação	1.096.294	1.096.294
Registro investimento a fair value	1.612.957	1.612.957
Custo dos ativos	(1.211.472)	(1.211.472)
Baixa do ágio na aquisição Fiber RJ/Fiber SP	(1.051.477)	(1.051.477)
Baixa do imposto diferido sobre ágio amortizado fiscalmente	335.935	335.935
Gainho na transação	782.237	782.237
Imposto de renda e contribuição social	(509.245)	(509.245)
Gainho líquido na transação	272.992	272.992
Gainho antes de IR e CS na remensuração do investimento a valor justo	668.720	668.720
Gainho antes de IR e CS na alienação do ativo	113.517	113.517

Incorporação da TIM Participações pela TIM S.A.
Em 29 de julho de 2020, o Conselho de Administração da Companhia, aprovou a submissão à Assembleia Geral Extraordinária da proposta de incorporação da TIM Participações pela TIM S.A.
A Assembleia Geral Extraordinária foi realizada em 31 de agosto de 2020, e aprovou, por maioria dos votos, a incorporação da TIM Participações pela TIM S.A., nos termos do Protocolo e Justificação de Incorporação celebrado entre as administrações das companhias em 29 de julho de 2020.

Conseqüentemente, a administração da Companhia procedeu a incorporação em 31 de agosto de 2020 mediante acervo líquido contábil da entidade TIM Participações, no montante de R\$35.312 milhões.
Conforme previsto no Protocolo de Incorporação, as variações do patrimônio da TIM Participações entre a data do laudo (31 de março de 2020) e do ato societário de incorporação (31 de agosto de 2020), foram transferidas, absorvidas e incorporadas ao resultado operacional da incorporada. Como resultado da incorporação, todas as operações da TIM Participações foram transferidas para a TIM, que sucedeu em todos os seus bens, direitos e obrigações, a título universal e para todos os fins de direito. Esta transação não teve impacto econômico ou tributário e o ágio incorporado não será utilizado para fins de quaisquer compensações fiscais.
Esta reorganização societária não constitui a propoção de reorganização societária da estrutura organizacional do Grupo TIM, tornando a estrutura de controles internos mais eficiente. Além disso, a reorganização societária proporciona uma otimização de carga tributária nas futuras distribuições de juros sobre capital próprio, e também, a integração de unidades administrativas e financeiras, permitindo, a concentração e redução dos custos operacionais e outras despesas administrativas com serviços profissionais. Como resultado desta operação, não houve qualquer impacto para os acionistas controladores e não controladores.
Após a incorporação, a TIM S.A., passou a ser a ser gerenciada com os códigos TIMS3 na B3 e TIMB na NYSE.
Para fins de apresentação do saldo comparativo, as informações patrimoniais e financeiras da TIM S.A. permanecem inalteradas atendendo o conceito de entidade legal para a apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

O acervo líquido contábil na data de incorporação, em 01 de setembro de 2020, está sumarizado a seguir:

	01/09/20	01/09/20
Ativo		
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	21.959	368
Impostos, taxas e contribuições a recuperar	28.515	10.708
Outros ativos	166	11.076
Total do ativo circulante	50.640	12.152
Não circulante		
Depósitos judiciais	72.346	36.850
Outros ativos	1.254	29.252
Total do ativo não circulante	73.600	66.102
Patrimônio líquido		
Ágio ⁽ⁱ⁾	308.761	1.719
Total do ativo não circulante	382.351	353.604
Total do ativo	433.001	335.323
		433.001

⁽ⁱ⁾ O ágio incorporado possui a seguinte composição:

Ágio rentabilidade futura	367.571
Mais valor de passivos (provisão para processos judiciais) em combinação de negócios	(89.106)
Imposto de renda diferido sobre mais valor	30.296
	308.761

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as deliberações emitidas pela CVM e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatores financeiros (*International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB)), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OPC 07 - Evidenciação na Divulgação dos Relatórios Contábil-Financeiros de Propósito Geral, na preparação das suas demonstrações financeiras. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas, e correspondem às evidenciadas pela Administração na sua gestão.

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo e/ou apresentadas em suas respectivas notas explicativas. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados.

a. Critérios gerais de elaboração e divulgação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos financeiros derivativos) mensurados ao valor justo.
Ativos e passivos são classificados conforme seu grau de liquidez e exigibilidade. Os mesmos são classificados como circulantes quando for provável que sua realização ou liquidação ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes. Exceto a este procedimento está relacionado aos saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos (ativos e passivos) e provisão para processos judiciais e administrativos que estão classificados integralmente no longo prazo.
A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com as práticas definidas no Projeto de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e o Valor Adicionado. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.
Os juros pagos são classificados como fluxo de caixa de financiamentos na demonstração dos fluxos de caixa pois representam custos de obtenção de recursos financeiros.

b. Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda de apresentação das demonstrações financeiras é o Real (R\$), que também é a moeda funcional da Companhia.
Transações em moeda estrangeira são reconhecidas pela taxa de câmbio na data da transação. Itens monetários em moeda estrangeira são convertidos para o Real pela taxa de câmbio na data do balanço, informada pelo Banco Central do Brasil. Os ganhos e as perdas cambiais atrelados a estes itens são registrados na demonstração do resultado.
c. Informações por segmentos
Segmentos operacionais são componentes da entidade que desenvolvem atividades de negócio das quais pode obter-se receitas e incorrer em despesas. Seus resultados operacionais são regularmente avaliados e tem a capacidade de interferir nesses resultados devido ao poder que exerce sobre a entidade. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para o Grupo. A consolidação é interrompida a partir da data em que o Grupo deixa de ter o controle.
É utilizado o método de contabilização de compra (*purchase accounting*) para registrar a aquisição de controladas pelo Grupo. O custo de aquisição é mensurado como o valor justo dos ativos adquiridos, dos instrumentos patrimoniais (ex.: ações) emitidos e dos passivos incorridos ou assumidos pelo adquirente na data da troca de controle. Os ativos identificáveis adquiridos, as contingências e os passivos assumidos em uma combinação de negócios são inicialmente mensurados pelo seu valor justo na data de aquisição, independentemente da proporção de qual quer participação minoritária. O excedente do custo de aquisição, que ultrapassa o valor justo da participação do Grupo nos ativos líquidos identificáveis adquiridos, é registrado como ágio. Se o custo da aquisição for menor do que o valor justo dos ativos líquidos da controlada adquirida, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração do resultado, como receita após proceder-se a uma revisão dos conceitos e cálculos aplicados.
As operações entre as empresas do Grupo, bem como os saldos, os ganhos e as perdas não realizados nessas operações, são eliminados. A data-base das informações financeiras utilizadas para consolidação é a mesma em todas as empresas do Grupo.
Os saldos consolidados comparativos para dezembro de 2021 não foram apresentados, uma vez que a subsidiária I-Systems (antiga Fiber Co) foi constituída em dezembro de 2020 e conforme descrito na nota 1, teve 51% de participação acionária alienada à IHS, quanto a TIM S.A. passou a deter participação minoritária não controladora de 49%. Nesse momento a TIM S.A. passou a ter a I-Systems como coligada e a contabilizar o resultado desta empresa via equivalência patrimonial, deixando de a consolidar.

d. Aprovação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia em 23 de fevereiro de 2022.

f. Novas normas, alterações e interpretações de normas

As seguintes novas normas/alterações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), estão em vigor para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

• Alterações no CPC 06 (R2), CPC 11, CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48: Reforma da Taxa de Juros de Referência.

As alterações aos Pronunciamentos CPC 38 e 48 fornecem exceções temporárias que endereçam os efeitos das demonstrações financeiras quando uma taxa de certificado de depósito interbancário é substituída com uma alternativa por uma taxa quase que livre de risco. As alterações incluem os seguintes expedientes práticos:
• Um expediente prático que requer mudanças contratuais, ou mudanças nos fluxos de caixa que são diretamente requeridas pela reforma, a serem tratadas como mudanças na taxa de juros fluante, equivalente ao movimento-
• Permite mudanças requeridas pela reforma a serem feitas nas designações e documentações de hedge, sem que o relacionamento de hedge seja descontinuado;
• Fornece exceção temporária para entidades estarem de acordo com o requerimento de separadamente identificável quando um instrumento com taxa livre de risco é designado como hedge de um componente de risco. Essas alterações não impactaram as demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Grupo.
O grupo pretende usar os expedientes práticos nos períodos futuros se eles se tornarem aplicáveis.
• **Alterações no CPC 06 (R2): Benefícios Relacionados a Covid-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento que vão além de 30 de junho de 2021.**
As alterações preveem concessão aos arrendatários na aplicação das orientações do CPC 06 (R2) sobre a modificação do contrato de arrendamento, ao contabilizar os benefícios relacionados aos (conseqüência direta da pandemia Covid-19. Como um expediente prático, um arrendatário pode optar por não avaliar se um benefício relacionado a Covid-19 concedido pelo arrendador é uma modificação do contrato de arrendamento. O arrendatário que fizer essa opção deve contabilizar qualquer mudança no pagamento do arrendamento resultante do benefício concedido no contrato de arrendamento relacionada ao Covid-19 da mesma forma que contabilizaria a mudança anterior do CPC 06 (R2) se a mudança não fosse uma modificação do contrato de arrendamento.
A alteração pretenda a ser aplicada até 30 de junho de 2021, mas como o impacto da pandemia do Covid-19 pode continuar, em 31 de março de 2021, o CPC estendeu o período da aplicação deste expediente prático para de 30 de junho de 2021. Essa alteração entra em vigor para exercícios sociais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2021. No grupo ainda não recebeu benefícios concedidos para arrendatários relacionados a Covid-19, mas planeja aplicar o expediente prático quando disponível dentro do período da norma.
As seguintes novas normas foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), mas não estão em vigor para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

• CPC 11 - Contratos de seguro

Em maio de 2017, o IASB emitiu a IFRS 17 - Contratos de Seguro (norma ainda não emitida pelo CPC no Brasil, mas que será codificada como CPC 50 - Contratos de Seguro e substituirá o CPC 11 - Contratos de Seguro), uma nova norma contábil abrangente para contratos de seguro que inclui reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação. Assim que entrar em vigor, a IFRS 17 (CPC 50) substituirá a IFRS 4 - Contratos de Seguro (CPC 11) emitida em 2005. A IFRS 17 aplica-se a todos os tipos de contrato de seguro (como de vida, ramos elementares, seguro direto e resseguro), independentemente do tipo de entidade que os emitem, bem como determinadas garantias e instrumentos financeiros com características de participação discricionária. Aplicam-se algumas exceções de escopo. O objetivo geral da IFRS 17 é fornecer um modelo contábil para contratos de seguro que seja mais útil e consistente para as seguradoras. Em contraste com os requisitos da IFRS 4, os quais são amplamente baseados em políticas contábeis locais vigentes em períodos anteriores, a IFRS 17 fornece um modelo abrangente para contratos de seguro, contemplando todos os aspectos contábeis relevantes. O foco da IFRS 17 é o modelo geral, complementado por:
• Uma adaptação específica para contratos com características de participação direta (abordagem de taxa variável).
• Uma abordagem simplificada (abordagem de alocação de prêmio) principalmente para contratos de curta duração. A IFRS 17 vigora para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2021, sendo necessária a apresentação de valores comparativos para períodos anteriores, a IFRS 17 fornece um modelo abrangente para contratos de seguro, contemplando todos os aspectos contábeis relevantes. O foco da IFRS 17 é o modelo geral, complementado por:
• Uma adaptação específica para contratos com características de participação direta (abordagem de taxa variável).
• Uma abordagem simplificada (abordagem de alocação de prêmio) principalmente para contratos de curta duração. A IFRS 17 vigora para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2021, sendo necessária a apresentação de valores comparativos para períodos anteriores, a IFRS 17 fornece um modelo abrangente para contratos de seguro, contemplando todos os aspectos contábeis relevantes. O foco da IFRS 17 é o modelo geral, complementado por:
• Uma adaptação específica para contratos com características de participação direta (abordagem de taxa variável).
• Uma abordagem simplificada (abordagem de alocação de prêmio) principalmente para contratos de curta duração. A IFRS 17 vigora para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2021, sendo necessária a apresentação de valores comparativos para períodos anteriores, a IFRS 17 fornece um modelo abrangente para contratos de seguro, contemplando todos os aspectos contábeis relevantes. O foco da IFRS 17 é o modelo geral, complementado por:
• Uma adaptação específica para contratos com características de participação direta (abordagem de taxa variável).
• Uma abordagem simplificada (abordagem de alocação de prêmio) principalmente para contratos de curta duração. A IFRS 17 vigora para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2021, sendo necessária a apresentação de valores comparativos para períodos anteriores, a IFRS 17 fornece um modelo abrangente para contratos de seguro, contemplando todos os aspectos contábeis relevantes. O foco da IFRS 17 é o modelo geral, complementado por:
• Uma adaptação específica para contratos com características de participação direta (abordagem de taxa variável).
• Uma abordagem simplificada (abordagem de alocação de prêmio) principalmente para contratos de curta duração. A IFRS 17 vigora para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2021, sendo necessária a apresentação de valores comparativos para períodos anteriores, a IFRS 17 fornece um modelo abrangente para contratos de seguro, contemplando todos os aspectos contábeis relevantes. O foco da IFRS 17 é o modelo geral, complementado por:
• Uma adaptação específica para contratos com características de participação direta (abordagem de taxa variável).
• Uma abordagem simplificada (abordagem de alocação de prêmio) principalmente para contratos de curta duração. A IFRS 17 vigora para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2021, sendo necessária a apresentação de valores comparativos para períodos anteriores, a IFRS 17 fornece um modelo abrangente para contratos de seguro, contemplando todos os aspectos contábeis relevantes. O foco da IFRS 17 é o modelo geral, complementado por:
• Uma adaptação específica para contratos com características de participação direta (abordagem de taxa variável).
• Uma abordagem simplificada (abordagem de alocação de prêmio) principalmente para contratos de curta duração. A IFRS 17 vigora para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2021, sendo necessária a apresentação de valores comparativos para períodos anteriores, a IFRS 17 fornece um modelo abrangente para contratos de seguro, contemplando todos os aspectos contábeis relevantes. O foco da IFRS 17 é o modelo geral, complementado por:
• Uma adaptação específica para contratos com características de participação direta (abordagem de taxa variável).
• Uma abordagem simplificada (abordagem de alocação de prêmio) principalmente para contratos de curta duração. A IFRS 17 vigora para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2021, sendo necessária a apresentação de valores comparativos para períodos anteriores, a IFRS 17 fornece um modelo abrangente para contratos de seguro, contemplando todos os aspectos contábeis relevantes. O foco da IFRS 17 é o modelo geral, complementado por:
• Uma adaptação específica para contratos com características de participação direta (abordagem de taxa variável).
• Uma abordagem simplificada (abordagem de alocação de prêmio) principalmente para contratos de curta duração. A IFRS 17 vigora para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2021, sendo necessária a apresentação de valores comparativos para períodos anteriores, a IFRS 17 fornece um modelo abrangente para contratos de seguro, contemplando todos os aspectos contábeis relevantes. O foco da IFRS 17 é o modelo geral, complementado por:
• Uma adaptação específica para contratos com características de participação direta (abordagem de taxa variável).
• Uma abordagem simplificada (abordagem de alocação de prêmio) principalmente para contratos de curta duração. A IFRS 17 vigora para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2021, sendo necessária a apresentação de valores comparativos para períodos anteriores, a IFRS 17 fornece um modelo abrangente para contratos de seguro, contemplando todos os aspectos contábeis relevantes. O foco da IFRS 17 é o modelo geral, complementado por:
• Uma adaptação específica para contratos com características de participação direta (abordagem de taxa variável).
• Uma abordagem simplificada (abordagem de alocação de prêmio) principalmente para contratos de curta duração. A IFRS 17 vigora para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2021, sendo necessária a apresentação de valores comparativos para períodos anteriores, a IFRS 17 fornece um modelo abrangente para contratos de seguro, contemplando todos os aspectos contábeis relevantes. O foco da IFRS 17 é o modelo geral, complementado por:
• Uma adaptação específica para contratos com características de participação direta (abordagem de taxa variável).
• Uma abordagem simplificada (abordagem de alocação de prêmio) principalmente para contratos de curta duração. A IFRS 17 vigora para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2021, sendo necessária a apresentação de valores comparativos para períodos anteriores, a IFRS 17 fornece um modelo abrangente para contratos de seguro, contemplando todos os aspectos contábeis relevantes. O foco da IFRS 17 é o modelo geral, complementado por:
• Uma adaptação específica para contratos com características de participação direta (abordagem de taxa variável).
• Uma abordagem simplificada (abordagem de alocação de prêmio) principalmente para contratos de curta duração. A IFRS 17 vigora para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2021, sendo necessária a apresentação de valores comparativos para períodos anteriores, a IFRS 17 fornece um modelo abrangente para contratos de seguro, contemplando todos os aspectos contábeis relevantes. O foco da IFRS 17 é o modelo geral, complementado por:
• Uma adaptação específica para contratos com características de participação direta (abordagem de taxa variável).
• Uma abordagem simplificada (abordagem de alocação de prêmio) principalmente para contratos de curta duração. A IFRS 17 vigora para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2021, sendo necessária a apresentação de valores comparativos para períodos anteriores, a IFRS 17 fornece um modelo abrangente para contratos de seguro, contemplando todos os aspectos contábeis relevantes. O foco da IFRS 17 é o modelo geral, complementado por:
• Uma adaptação específica para contratos com características de participação direta (abordagem de taxa variável).
• Uma abordagem simplificada (abordagem de alocação de prêmio) principalmente para contratos de curta duração. A IFRS 17 vigora para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2021, sendo necessária a apresentação de valores comparativos para períodos anteriores, a IFRS 17 fornece um modelo abrangente para contratos de seguro, contemplando todos os aspectos contábeis relevantes. O foco da IFRS 17 é o modelo geral, complementado por:
• Uma adaptação específica para contratos com características de participação direta (abordagem de taxa variável).
• Uma abordagem simplificada (abordagem de alocação de prêmio) principalmente para contratos de curta duração. A IFRS 17 vigora para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2021, sendo necessária a apresentação de valores comparativos para períodos anteriores, a IFRS 17 fornece um modelo abrangente para contratos de seguro, contemplando todos os aspectos contábeis relevantes. O foco da IFRS 17 é o modelo geral, complementado por:
• Uma adaptação específica para contratos com características de participação direta (abordagem de taxa variável).
• Uma abordagem simplificada (abordagem de alocação de prêmio) principalmente para contratos de curta duração. A IFRS 17 vigora para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2021, sendo necessária a apresentação de valores comparativos para períodos anteriores, a IFRS 17 fornece um modelo abrangente para contratos de seguro, contemplando todos os aspectos contábeis relevantes. O foco da IFRS 17 é o modelo geral, complementado por:
• Uma adaptação específica para contratos com características de participação direta (abordagem de taxa variável).
• Uma abordagem simplificada (abordagem de alocação de prêmio) principalmente para contratos de curta duração. A IFRS 17 vigora para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2021, sendo necessária a apresentação de valores comparativos para períodos anteriores, a IFRS 17 fornece um modelo abrangente para contratos de seguro, contemplando todos os aspectos contábeis relevantes. O foco da IFRS 17 é o modelo geral, complementado por:
• Uma adaptação específica para contratos com características de participação direta (abordagem de taxa variável).
• Uma abordagem simplificada (abordagem de alocação de prêmio) principalmente para contratos de curta duração. A IFRS 17 vigora para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2021, sendo necessária a apresentação de valores comparativos para períodos anteriores, a IFRS 17 fornece um modelo abrangente para contratos de seguro, contemplando todos os aspectos contábeis relevantes. O foco da IFRS 17 é o modelo geral, complementado por:
• Uma adaptação específica para contratos com características de participação direta (abordagem de taxa variável).
• Uma abordagem simplificada (abordagem de alocação de prêmio) principalmente para contratos de curta duração. A IFRS 17 vigora para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2021, sendo necessária a apresentação de valores comparativos para períodos anteriores, a IFRS 17 fornece um modelo abrangente para contratos de seguro, contemplando todos os aspectos contábeis relevantes. O foco da IFRS 17 é o modelo geral, complementado por:
• Uma adaptação específica para contratos com características de participação direta (abordagem de taxa variável).
• Uma abordagem simplificada (abordagem de alocação de prêmio) principalmente para contratos de curta duração. A IFRS 17 vigora para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2021, sendo necessária a apresentação de valores comparativos para períodos anteriores, a IFRS 17 fornece um modelo abrangente para contratos de seguro, contemplando todos os aspectos contábeis relevantes. O foco da IFRS 17 é o modelo geral, complementado por:
• Uma adaptação específica para contratos com características de participação direta (abordagem de taxa variável).
• Uma abordagem simplificada (abordagem de alocação de prêmio) principalmente para contratos de curta duração. A IFRS 17 vigora para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2021, sendo necessária a apresentação de valores comparativos para períodos anteriores, a IFRS 17 fornece um modelo abrangente para contratos de seguro, contemplando todos os aspectos contábeis relevantes. O foco da IFRS 17 é o modelo geral, complementado por:
• Uma adaptação específica para contratos com características de participação direta (abordagem de taxa variável).
• Uma abordagem simplificada (abordagem de alocação de prêmio) principalmente para contratos de curta duração. A IFRS 17 vigora para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2021, sendo necessária a apresentação de valores comparativos para períodos anteriores, a IFRS 17 fornece um modelo abrangente para contratos de seguro, contemplando todos os aspectos contábeis relevantes. O foco da IFRS 17 é o modelo geral, complementado por:
• Uma adaptação específica para contratos com características de participação direta (abordagem de taxa variável).
• Uma abordagem simplificada (abordagem de alocação de prêmio) principalmente para contratos de curta duração. A IFRS 17 vigora para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2021, sendo necessária a apresentação de valores comparativos para períodos anteriores, a IFRS 17 fornece um modelo abrangente para contratos de seguro, contemplando todos os aspectos contábeis relevantes. O foco da IFRS 17 é o modelo geral, complementado por:
• Uma adaptação específica para contratos com características de participação direta (abordagem de taxa variável).
• Uma abordagem simplificada (abordagem de alocação de prêmio) principalmente para contratos de curta duração. A IFRS 17 vigora para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2021, sendo necessária a apresentação de valores comparativos para períodos anteriores, a IFRS 17 fornece um modelo abrangente para contratos de seguro, contemplando todos os aspectos contábeis relevantes. O foco da IFRS 17 é o modelo geral, complementado por:
• Uma adaptação específica para contratos com características de participação direta (abordagem de taxa variável).
• Uma abordagem simplificada (abordagem de alocação de prêmio) principalmente para contratos de curta duração. A IFRS 17 vigora para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2021, sendo necessária a apresentação de valores comparativos para períodos anteriores, a IFRS 17 fornece um modelo abrangente para contratos de seguro, contemplando todos os aspectos contábeis relevantes. O foco da IFRS 17 é o modelo geral, complementado por:
• Uma adaptação específica para contratos com características de participação direta (abordagem de taxa variável).
• Uma abordagem simplificada (abordagem de alocação de prêmio) principalmente para contratos de curta duração. A IFRS 17 vigora para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2021, sendo necessária a apresentação de valores comparativos para períodos anteriores, a IFRS 17 fornece um modelo abrangente para contratos de seguro, contemplando todos os aspectos contábeis relevantes. O foco da IFRS 17 é o modelo geral, complementado por:
• Uma adaptação específica para contratos com características de participação direta (abordagem de taxa variável).
• Uma abordagem simplificada (abordagem de alocação de prêmio) principalmente para contratos de curta duração. A IFRS 17 vigora para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2021, sendo necessária a apresentação de valores comparativos para períodos anteriores, a IFRS 17 fornece um modelo abrangente para contratos de seguro, contemplando todos os aspectos contábeis relevantes. O foco da IFRS 17 é o modelo geral, complementado por:
• Uma adaptação específica para contratos com características de participação direta (abordagem de taxa variável).
• Uma abordagem simplificada (abordagem de alocação de prêmio) principalmente para contratos de curta duração. A IFRS 17 vigora para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2021, sendo necessária a apresentação de valores comparativos para períodos anteriores, a IFRS 17 fornece um modelo abrangente para contratos de seguro, contemplando todos os aspectos contábeis relevantes. O foco da IFRS 17 é o modelo geral, complementado por:
• Uma adaptação específica para contratos com características de participação direta (abordagem de taxa variável).
• Uma abordagem simplificada (abordagem de alocação de prêmio) principalmente para contratos de curta duração. A IFRS 17 vigora para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2021, sendo necessária a apresentação de valores comparativos para períodos anteriores, a IFRS 17 fornece um modelo abrangente para contratos de seguro, contemplando todos os aspectos contábeis relevantes. O foco da IFRS 17 é o modelo geral, complementado por:
• Uma adaptação específica para contratos com características de participação direta (abordagem de taxa variável).
• Uma abordagem simplificada (abordagem de alocação de prêmio) principalmente para contratos de curta duração. A IFRS 17 vigora para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2021, sendo necessária a apresentação de valores comparativos para períodos anteriores, a IFRS 17 fornece um modelo abrangente para contratos de seguro, contemplando todos os aspectos contábeis relevantes. O foco da IFRS 17 é o modelo geral, complementado por:
• Uma adaptação específica para contratos com características de participação direta (abordagem de taxa variável).
• Uma abordagem simplificada (abordagem de alocação de prêmio) principalmente para contratos de curta duração. A IFRS 17 vigora para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2021, sendo necessária a apresentação de valores comparativos para períodos anteriores, a IFRS 17 fornece um modelo abrangente para contratos de seguro, contemplando todos os aspectos contábeis relevantes. O foco da IFRS 17 é o modelo geral, complementado por:
• Uma adaptação específica para contratos com características de participação direta (abordagem de taxa variável).
• Uma abordagem simplificada (abordagem de alocação de prêmio) principalmente para contratos de curta duração. A IFRS 17 vigora para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2021, sendo necessária a apresentação de valores comparativos para períodos anteriores, a IFRS 17 fornece um modelo abrangente para contratos de seguro, contemplando todos os aspectos contábeis relevantes. O foco da IFRS 17 é o modelo geral, complementado por:
• Uma adaptação específica para contratos com características de participação direta (abordagem de taxa variável).
• Uma abordagem simplificada (abordagem de alocação de prêmio) principalmente para contratos de curta duração. A IFRS 17 vigora para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2021, sendo necessária a apresentação de valores comparativos para períodos anteriores, a IFRS 17 fornece um modelo abrangente para contratos de seguro, contemplando todos os aspectos contábeis relevantes. O foco da IFRS 17 é o modelo geral, complementado por:
• Uma adaptação específica para contratos com características de participação direta (abordagem de taxa variável).
• Uma abordagem simplificada (abordagem de alocação de prêmio) principalmente para contratos de curta duração. A IFRS 17 vigora para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2021, sendo necessária a apresentação de valores comparativos para períodos anteriores, a IFRS 17 fornece um modelo abrangente para contratos de seguro, contemplando todos os aspectos contábeis relevantes. O foco da IFRS 17 é o modelo geral, complementado por:
• Uma adaptação específica para contratos com características de participação direta (abordagem de taxa variável).
• Uma abordagem simplificada (abordagem de alocação de prêmio) principalmente para contratos de curta duração. A IFRS 17 vigora para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2021, sendo necessária a apresentação de valores comparativos para períodos anteriores, a IFRS 17 fornece um modelo abrangente para contratos de seguro, contemplando todos os aspectos contábeis relevantes. O foco da IFRS 17 é o modelo geral, complementado por:
• Uma adaptação específica para contratos com características de participação direta (abordagem de taxa variável).
• Uma abordagem simplificada (abordagem de alocação de prêmio) principalmente para contratos de curta duração. A IFRS 17 vigora para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2021, sendo necessária a apresentação de valores comparativos para períodos anteriores, a IFRS 17 fornece um modelo abrangente para contratos de seguro, contemplando todos os aspectos contábeis relevantes. O foco da IFRS 17 é o modelo geral, complementado por:
• Uma adaptação específica para contratos com características de participação direta (abordagem de taxa variável).
• Uma abordagem simplificada (abordagem de alocação de prêmio) principalmente para contratos de curta duração. A IFRS 17 vigora para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2021, sendo necessária a apresentação de valores comparativos para períodos anteriores, a IFRS 17 fornece um modelo abrangente para contratos de seguro, contemplando todos os aspectos contábeis relevantes. O foco da IFRS 17 é o modelo geral, complementado por:
• Uma adaptação específica para contratos com características de participação direta (abordagem de taxa variável).
• Uma abordagem simplificada (abordagem de alocação de prêmio) principalmente para contratos de curta duração. A IFRS 17 vigora para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2021, sendo necessária a apresentação de valores comparativos para períodos anteriores, a IFRS 17 fornece um modelo abrangente para contratos de seguro, contemplando todos os aspectos contábeis relevantes. O foco da IFRS 17 é o modelo geral, complementado por:
• Uma adaptação específica para contratos com características de participação direta (abordagem de taxa variável).
• Uma abordagem simplificada (abordagem de alocação de prêmio) principalmente para contratos de curta duração. A IFRS 17 vigora para períodos iniciados a partir de

Com base nestas projeções, a Companhia possui a seguinte expectativa de recuperação dos créditos:
Imposto de renda e contribuição social diferidos

	2021	2020
2022	103.847	
2023	79.581	
2024	36.448	
2025 em diante	-	-
Total	219.876	

A Companhia com base em histórico de lucratividade e fundamentada em projeções de resultados tributáveis futuros, constitui créditos de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre a totalidade de seus prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias.
 A Companhia utilizou créditos oriundos de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social no montante de R\$255.252 ao longo deste ano até 31 de dezembro de 2021 e R\$326.583 em 31 de dezembro de 2020, incluindo prejuízos fiscais.

► 11. Despesas antecipadas

Os saldos em 31 de dezembro de 2020, apresentados abaixo, representam os montantes individuais e consolidados. Para 31 de dezembro de 2021 não há empresas controladas, portanto os saldos apresentados são individuais.

	2021	2020
Propagandas não veiculadas (I)	358.287	223.394
Aluguéis e seguros	86.154	1.679
Custos incrementais para obtenção de contratos de clientes (II)	67.034	69.208
Serviços de TI (III)	153.988	125.114
Outros	28.626	10.335
Parcela circulante	22.485	16.838
Parcela não circulante	(275.148)	(149.796)
(I) Representam pagamentos antecipados de despesas de propaganda de produtos e serviços da marca TIM que não são reconhecidas no resultado de acordo com o período de veiculação da propaganda.	83.139	23.598
(II) Esta substancialmente representado pelos custos incrementais relacionados com comissões de vendas pagas a clientes, envolvendo questões de direito do consumidor, dentre outros.		
(III) Representam os pagamentos antecipados de despesas de serviços de TI para rede migração das informações para nuvem "cloud".		

► 12. Depósitos Judiciais

Os saldos em 31 de dezembro de 2020, apresentados abaixo, representam os montantes individuais e consolidados. Para 31 de dezembro de 2021 não há empresas controladas, portanto os saldos apresentados são individuais. São registrados ao custo histórico e atualizados conforme a legislação vigente.

	2021	2020
Cível	718.772	794.751
Trabalhista	285.583	315.312
Tributário	128.607	149.390
Regulatório	178.914	181.670
Penhora Online (I)	111	111
(I) Referem-se a bloqueios judiciais diretamente nas contas correntes e aplicações financeiras da Companhia vitu- culadas a determinados processos judiciais. Esse montante é analisado periodicamente e quando identificado é feita a reclassificação para uma das demais contas específicas da rubrica de depósitos judiciais.	125.558	148.272

Trata-se de valores depositados em juízo para garantia de execuções em processos fiscais cujos valores estão sendo discutidos judicialmente pela Companhia. Tais processos, em sua maioria, referem-se a ações judiciais movidas por clientes, envolvendo questões de direito do consumidor, dentre outros.
 Existem alguns processos com matérias diferenciadas, como por exemplo caso em que se discute o valor fixado pela ANATEL para desocupação de determinadas subfaixas de transmissão, viabilizando a implementação da tecnologia 4G. Neste caso, o valor depositado atualizado em Juízo em discussão é de R\$72.533 (R\$ 70.560 em 31 de dezembro de 2020).

Trabalhista
 Trata-se de valores depositados em juízo referentes a garantias e execuções efetuadas e depósitos para interposição dos recursos cabíveis, nos quais ainda há a discussão nos autos sobre a matéria ou valores devidos. O montante está distribuído entre diversos processos movidos por empregados próprios e terceiros prestadores de serviços.
 Tributário
 A Companhia possui depósitos judiciais, relativos a matéria tributária, realizados para suportar diversas discussões judiciais em curso. Tais depósitos referem-se, principalmente, às seguintes discussões:
 (a) Aproveitamento de crédito de aquisição de energia elétrica durante a empreitada no processo produtivo das companhias, matéria com véio positivo no judiciário. O valor atualizado dos depósitos referentes a essa discussão é de R\$ 34.289 (R\$ 34.544 em 31 de dezembro de 2020).
 (b) Incidência da CPRE sobre operações de conversão de empréstimos em capital próprio da Companhia; reconhecimento do direito ao recolhimento da contribuição supostamente incidente sobre a simples mudança de titularidade de contas correntes em razão de incorporação. O valor atualizado dos depósitos referentes a essa discussão é de R\$ 9.073 (R\$ 8.862 em 31 de dezembro de 2020).
 (c) Constitucionalidade da cobrança da Taxa de Fiscalização do Funcionamento (TFF) por autoridades municipais de localidades diversas. O valor atualizado dos depósitos referentes a essa discussão é de R\$20.022 (R\$ 18.883 em 31 de dezembro de 2020).
 (d) Não homologação de compensação de débitos federais com créditos de Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) pela suposta insuficiência de créditos, bem como o depósito realizado para fins de liberação de Certidão Negativa de Débitos. O valor atualizado dos depósitos referentes a essa discussão é de R\$11.254 (R\$ 11.317 em 31 de dezembro de 2020).
 (e) Incidência de ISS sobre serviços de importação e de terceiros; suposta falta de recolhimento relativamente à limpeza de terreno e serviço de manutenção de ERB (Estação Rádio Base), ao ISS próprio, ao ISS incidente sobre serviços de *Co-billing* e no licenciamento de software (*blackberry*). Garantia do direito de aproveitamento do benefício da denúncia espontânea e busca pelo afastamento das multas confiscatórias no caso de pagamento em atraso. O valor atualizado dos depósitos referentes a essa discussão é de R\$8.048 (R\$ 7.843 em 31 de dezembro de 2020).
 (f) Serviços acessórios previstos no Convênio 69/98 ICMS incidente sobre prestações de serviços de comunicação dos valores cobrados a título de acesso, adesão, ativação, habilitação, disponibilidade, assinatura e utilização dos serviços, dentre outros. O valor atualizado dos depósitos referentes a essa discussão é de R\$3.478 (R\$ 3.329 em 31 de dezembro de 2020).
 (g) Exigência pela ANATEL do Preço Público Relativo à Administração dos Recursos de Numeração. O valor atualizado dos depósitos referentes a essa discussão é de R\$3.582 (R\$ 3.514 em 31 de dezembro de 2020).
 (h) Depósito realizado pela TIM S.A. – Inconstitucionalidade e ilegalidade da cobrança do FUST (Fundo de Universalização de Serviços de Telecomunicações). Pleito pelo reconhecimento do direito de não recolher FUST, deixando de incluir em sua base de cálculo as receitas transferidas a título de interconexão e EILD (Exploração Industrial de Linha Dedicada), bem como pelo direito de não sofrer a cobrança retroativa das diferenças apuradas em função de não observância da Súmula 7/2005 da ANATEL. O valor atualizado dos depósitos referentes a essa discussão é de R\$1.752 (R\$ 58.864 em 31 de dezembro de 2020).
 (i) ICMS – Diversos. Depósitos realizados em diversos processos que discutem cobranças de ICMS, principalmente relacionadas a discussões sobre comodatado, DIFAL, serviços isentos e não tributados, CIAP e Convênio 9. O valor atualizado dos depósitos referentes a essa discussão é de R\$ 9.960 (R\$ 14.505 em 31 de dezembro de 2020).
 (j) CSLL – Cobranças referentes a casos do Jornal do Brasil que foram direcionadas à empresa, assim como cobrança referente a compensação BC Negativa / Prejuízo Fiscal sucedida. O valor atualizado dos depósitos referentes a essa discussão é de R\$ 9.730 (R\$ 9.739 em 31 de dezembro de 2020).

► 13. Investimento

A participação societária em coligada ou controlada é avaliada pelo método de equivalência patrimonial. O Conselho de Administração da TIM, após a análise dos resultados e das propostas não-vinculantes recebidas, aprovou, em reunião realizada em 10 de dezembro de 2020, a constituição da FiberCo Soluções de Infraestrutura Ltda. ("FiberCo"), uma sociedade limitada, como preparação para uma possível (ou eventual) segregação de ativos e prestação de serviços de infraestrutura de fibra ótica residencial. A empresa foi constituída em 16 de dezembro de 2020 e transformada em S.A. em maio de 2021.
 Tal processo foi uma das etapas intermediárias da transformação da TIM na prestação dos serviços de banda larga, e objetiva a criação de um veículo aberto de infraestrutura de fibra ótica ("FiberCo") com a captação de um parecer estratégico que se tornará sócio da FiberCo. A FiberCo atua no mercado de atacado podendo prover serviços de conectividade em fibra, de última milha e de transporte, para as operadoras do mercado, contando com a TIM como cliente (vide nota 1).
 Conforme mencionado na nota 1, em novembro de 2021, como resultado da cisão de ativos líquidos do negócio da banda larga e criação da I-Systems (antes denominada FiberCo) com posterior alienação de 51% de sua participação societária em favor da IHS, a TIM S.A. avaliou a transação como perda de controle e parou de consolidar, registrando o investimento em coligada no valor de R\$1.612.957, a valor justo, pela participação minoritária remanescente (não controladora) de 49% (R\$ 1.601.703 em 31 de dezembro de 2021).
 A TIM S.A. tem 49% (100% em 31 de dezembro de 2020) de participação no capital social da I-Systems (antiga FiberCo).
 Em 31 de dezembro de 2021 a Companhia não apresenta indicativos de *impairment* no investimento líquido referido.

a) Participação em empresa controlada

Em 31 de dezembro de 2020, a TIM S.A. detinha 100% de controle sobre a Fiber Co (atual I-Systems).

	2021	2020
Quantidade de quotas/ações detidas	Fiber Co (atual I-Systems)	Fiber Co (atual I-Systems)
Participação no capital total	100%	100%
Patrimônio líquido em 31/10/2021	(318)	1
Prejuízo líquido de janeiro a outubro/21	(318)	-
Resultado de equivalência patrimonial até 31 de outubro de 2021	(318)	-
Valor do investimento em 31 de dezembro	-	1

Mutação do investimento em empresas controladas:

	FiberCo (atual I-Systems) (controlada)
Saldo do investimento em 31 dezembro 2020	1
Resultado de equivalência patrimonial até out/21	(318)
Aumento de capital	1.211.789
Baixa do investimento	(1.211.472)
Saldo do investimento em 16 novembro 2021	-

b) Participação em empresa coligada

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia não tem em sua estrutura societária empresas controladas. Em novembro de 2021, a TIM S.A. passou a ter a I-Systems como coligada e a contabilizar o resultado desta empresa via equivalência patrimonial, deixando de a consolidar.

	2021 I-Systems	2020
Quantidade de ações detidas	1.794.287.995	
Participação no capital total	49%	
Patrimônio líquido	1.794.288	
Prejuízo líquido do exercício	(22.568)	
Resultado de equivalência patrimonial	(11.254)	
Valor do investimento	1.601.703	

Mutação do investimento em empresas coligadas:

	I-Systems (coligada)
Saldo do investimento em 31 dezembro 2020	-
Reavaliação da participação minoritária a valor justo	1.612.957
Resultado de equivalência patrimonial nov/21 e dez/21	(11.254)
Saldo do investimento em 31 dezembro 2021	1.601.703

► 14. Imobilizado

Os saldos em 31 de dezembro de 2020, apresentados abaixo, representam os montantes individuais e consolidados. Para 31 de dezembro de 2021 não há empresas controladas, portanto os saldos apresentados são individuais. O imobilizado é demonstrado pelo custo de aquisição e/ou construção, deduzido da depreciação acumulada e de provisão para *impairment* (esta última, se aplicável). A depreciação é calculada pelo método linear, por prazos que levam em consideração a expectativa de vida útil dos bens e seu valor residual. Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 a Companhia não apresenta indicativos de *impairment* em seu ativo imobilizado.

Os custos estimados na desmontagem de torres e equipamentos em imóveis alugados são capitalizados e depreciados pelo prazo estimado de utilização. A Companhia reconhece no imobilizado, em contrapartida ao passivo "provisão para futura desmobilização de ativos", o valor presente destes custos. Os juros incorridos pela atualização da provisão são classificados como despesas financeiras.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação entre os valores destas alienações e o valor contábil no momento da transação e são reconhecidos em "outras despesas (receitas) operacionais, líquidas", na demonstração do resultado.

*** Movimentação do imobilizado**

	Saldo em dez/20	Adições	Baixas (I)	Transferências	Saldo em dez/21
Total do Custo do Imobilizado Bruto	47.420.167	5.572.262	(3.841.851)	-	49.159.678
Equipamentos de comutação / transmissão	25.875.916	26.905	(2.920.511)	2.872.144	25.854.454
Cabos de fibra ótica	878.100	-	(125.360)	75.778	778.512
Aparelhos em comodato	2.643.336	805	(13.495)	175.808	2.606.454
Infraestrutura	6.436.572	-	(511.635)	518.348	6.443.285
Bens de informática	1.770.386	-	(46.584)	32.538	1.756.340
Bens de uso geral	902.287	-	(43.401)	57.959	916.845
Direito de uso em arrendamentos	8.367.895	1.591.307	-	(179.875)	9.779.327
Terrenos	40.794	-	-	-	40.794
Obras em andamento	513.881	3.953.345	(984)	(3.682.575)	783.667
Total Depreciação Acumulada	(29.328.469)	(3.951.760)	2.428.951	-	(30.851.278)
Equipamentos de comutação / transmissão	(18.130.526)	(1.983.589)	1.926.121	-	(18.187.994)
Cabos de fibra ótica	(482.613)	(65.669)	26.077	-	(522.205)
Aparelhos em comodato	(2.398.217)	(145.661)	9.187	-	(2.534.691)
Infraestrutura	(4.018.854)	(408.540)	384.239	-	(4.043.155)
Bens de informática	(1.617.970)	(58.209)	46.449	-	(1.629.730)
Bens de uso geral	(637.903)	(48.204)	36.878	-	(649.229)
Direito de uso em arrendamentos	(2.042.386)	(1.241.888)	-	-	(3.284.274)
Total Imobilizado líquido	18.109.698	1.620.602	(1.412.900)	-	19.308.400
Equipamentos de comutação / transmissão	7.745.390	1.956.694	(994.390)	2.872.144	11.509.838
Cabos de fibra ótica	395.487	(65.669)	(99.289)	25.778	256.307
Aparelhos em comodato	245.119	(144.856)	(4.308)	175.808	271.763
Infraestrutura	2.417.718	(408.540)	(127.396)	518.348	2.400.130
Bens de informática	152.416	(58.209)	(135)	32.538	126.610
Bens de uso geral	264.384	(48.204)	(6.523)	57.959	267.616
Direito de uso em arrendamentos	6.325.509	349.419	(179.875)	-	6.495.053
Terrenos	40.794	-	-	-	40.794
Obras em andamento	513.881	3.953.345	(984)	(3.682.575)	783.667

(I) As Baixas líquidas são representadas principalmente por: R\$1.218.340 de baixa de ativo imobilizado, o qual compõe parte do saldo de R\$1.211.789 de ativos líquidos que foi integralizado como capital social da I-Systems (antiga FiberCo) em 01 de novembro de 2021, conforme descrito na nota 1.
 R\$179.875 em direitos de uso em arrendamentos em função de remensuração de contratos, incluindo alterações de vigência e escopo de aluguéis.

	Saldo em dez/19	Adições	Baixas (I)	Transferências	Saldo em dez/20
Total do Custo do Imobilizado Bruto	43.358.751	4.687.207	(616.791)	-	47.420.167
Equipamentos de comutação / transmissão	22.817.681	10.464	(174.249)	3.222.020	25.875.916
Cabos de fibra ótica	813.589	-	-	64.511	878.100
Aparelhos em comodato	2.489.995	912	(7.140)	159.569	2.643.336
Infraestrutura	6.096.847	92.234	(8.063)	255.554	6.436.572
Bens de informática	1.721.251	1	(9.996)	59.130	1.770.386
Bens de uso geral	859.505	1	(1.544)	44.325	902.287
Direito de uso em arrendamentos	6.933.416	1.849.539	(415.060)	-	8.367.895
Terrenos	40.794	-	-	-	40.794
Obras em andamento	1.585.673	2.734.056	(739)	(3.805.109)	513.881
Total Depreciação Acumulada	(25.746.587)	(3.767.678)	185.796	-	(29.328.469)
Equipamentos de comutação / transmissão	(16.389.213)	(1.906.480)	165.167	-	(18.130.526)
Cabos de fibra ótica	(403.022)	(72.046)	64.511	-	(482.613)
Aparelhos em comodato	(2.256.863)	(143.309)	1.955	-	(2.398.217)
Infraestrutura	(3.593.833)	(432.549)	7.528	-	(4.018.854)
Bens de informática	(1.565.309)	(62.649)	9.988	-	(1.617.970)
Bens de uso geral	(590.658)	(48.403)	1.158	-	(637.903)
Direito de uso em arrendamentos	(940.144)	(1.102.242)	-	-	(2.042.386)
Total Imobilizado líquido	17.612.164	919.529	(430.995)	-	18.109.698
Equipamentos de comutação / transmissão	6.428.468	(1.896.016)	(9.082)	3.222.020	7.745.390
Cabos de fibra ótica	403.022	(72.046)	64.511	-	395.487
Aparelhos em comodato	233.132	(142.397)	(5.185)	159.569	245.119
Infraestrutura	2.503.014	(340.315)	(535)	255.554	2.417.718
Bens de informática	155.942	(62.648)	(8)	59.130	152.416
Bens de uso geral	268.847	(48.402)	(386)	44.325	264.384
Direito de uso em arrendamentos	5.993.272	747.297	(415.060)	-	6.325.509
Terrenos	40.794	-	-	-	40.794
Obras em andamento	1.585.673	2.734.056	(739)	(3.805.109)	513.881

(I) O valor de R\$415.060 é representado por remensuração de contratos e inclui alterações de vigência e escopo de aluguel e também revisão de estimativa em relação a contratos de baixo valor veicular.
 As obras em andamentos representam o custo dos projetos em andamento relacionados com construções de rede e/ou outros ativos tangíveis no período de sua construção e instalação, até o momento em que entram em operação, quando serão transferidas para as contas correspondentes destes bens.
 Os direitos de uso em arrendamento, são representados pelos contratos de aluguel de ativos identificáveis, enquadrados na nova regra do IFRS16 / CPC 06 (R2). Tais direitos referem-se a arrendamentos de infraestrutura de rede, lojas e quiosques, imóveis, terrenos (Rede) e fibra, conforme abaixo:

(a) Movimentação do intangível

	Saldo em dez/20	Adições / Amortização	Baixas	Transferências	Saldo em dez/21
Total Custo do Intangível Bruto	31.444.050	4.352.331	(1.165.840)	-	34.630.541
Direito de uso de softwares	19.117.515	-	(112.626)	906.115	19.911.004
Autorizações	9.931.248	50.408	(11.737)	1.171.578	11.151.497
Ágio	1.527.220	-	(1.051.477)	-	475.743
Direito de uso de infraestrutura - LT Amazonas	177.866	-	-	8.355	186.221
Outros ativos	329.626	-	-	3.490	333.116
Ativos intangíveis em desenvolvimento	360.575	4.301.923	-	(2.089.538)	2.572.960
Total Amortização Acumulada	(22.416.975)	(1.739.937)	111.450	-	(24.045.462)
Direito de uso de softwares	(16.378.487)	(1.164.210)	-	-	(17.432.018)
Autorizações	(542.196)	(542.196)	771	-	(6.357.566)
Ágio (d)	(67.966)	(8.731)	-	-	(76.697)
Outros ativos	(154.281)	(24.800)	-	-	(179.081)
Total Intangível Líquido	9.027.075	2.612.394	(1.054.390)	-	10.585.079
Direito de uso de softwares (c)	2.739.028	(1.164.210)	(1.947)	906.115	2.478.966
Autorizações (f)	4.115.007	(491.788)	(966)	1.171.578	4.793.831
Ágio (d)	1				



II) LT Amazonas
A Companhia assinou contratos de direito de uso de infraestrutura com empresas que exploram linhas de transmissão de energia elétrica na Região Norte do Brasil ("LT Amazonas"). A vigência dos acordos é de 20 anos, contados a partir da data em entrada de operação dos ativos. Os contratos preveem pagamentos mensais à detentoras dos direitos de transmissão de energia elétrica, atualizados anualmente pelo IPCA.
A taxa de desconto utilizada na apuração do valor presente das parcelas devidas é de 14,44% ao ano, considerando a data de assinatura dos contratos com as transmissoras.

III) Venda e leaseback das Torres
A Companhia celebrou com a American Tower do Brasil Cessão de Infraestruturas Ltda. ("ATC") em novembro de 2014 e em janeiro de 2015 dois Contratos de Venda de 6.481 torres de telecomunicações de sua propriedade por cerca de R\$ 3 bilhões e um Contrato Master de Locação (*Master Lease Agreement* – "MLA") de parte do espaço nas referidas torres pelo prazo de 20 anos a contar da data da transferência de cada torre, na modalidade "sole and leaseback" que preveem valores mensais de aluguel por tipo de torre (*greenfield ou rooftop*). A transação de venda previa um processo de transferência das torres em tranches à ATC, tendo em vista a necessidade de atendimento de determinadas condições precedentes.
No total foram realizadas 5.873 transferências de torres, sendo 54, 336 e 5.483 nos exercícios de 2017, 2016 e 2015, respectivamente. A referida transação resultou em um valor de venda total no montante de R\$ 2.651.247, sendo o montante de R\$ 1.088.390 contabilizado como receita diferida e amortizado ao longo do período contrato (nota 23). Os valores de desconto utilizadas na data das transações, que variaram de 11,01% a 17,08% ao ano, as quais foram determinadas com base em transações observáveis de mercado que a Companhia (o arrendatário) teria que pagar em um leasing similar e/ou empréstimo.

(iii) Outros arrendamentos:
Além dos contratos de arrendamentos citados acima, a Companhia também possui contratos de arrendamentos que se enquadram no escopo do IFRS 16 / CPC 06 (R2). O valor presente, principal e ím em 31 de dezembro de 2021 para os contratos acima, foi estimado mês a mês, com base na taxa média e incremental dos empréstimos da Companhia de 8,94% (9,06% em 2020).

(iv) Está representado substancialmente pelas transações de arrendamentos em torres de transmissão.
Os valores de arrendamentos considerados de baixo valor ou menores de 12 meses reconhecidos como despesa de aluguel em 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 36.310 (R\$ 28.523 em 31 de dezembro de 2020).

▶ 17. Outros valores a compensar
Os saldos em 31 de dezembro de 2020, apresentados abaixo, representam os montantes individuais e consolidados. Para 31 de dezembro de 2021 não há empresas controladas, portanto os saldos apresentados são individuais. Referem-se aos valores de crédito Físel oriundos da redução da base de clientes que poderá ser compensado com futuro aumento de base ou para reduzir uma obrigação futura, sendo esperada sua utilização no abatimento da contribuição TFF (Taxa de Fiscalização de Funcionamento) devida à Físel.
Em 31 de dezembro de 2021, esse crédito é de R\$28.661 (R\$43.906 em 31 de dezembro de 2020).

▶ 18. Fornecedores
Os saldos em 31 de dezembro de 2020, apresentados abaixo, representam os montantes individuais e consolidados. Para 31 de dezembro de 2021 não há empresas controladas, portanto os saldos apresentados são individuais. As contas a pagar a fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso usual dos negócios. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. Dado o curto prazo de vencimento destas obrigações, em termos práticos, normalmente as mesmas são reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

	2021	2020
Moeda nacional	3.267.404	3.128.732
Fornecedores de materiais e serviços (i)	3.063.458	2.932.486
Interconexão (ii)	2.966.897	2.839.547
Roaming (iii)	65.464	64.066
Co-billing (iv)	212	212
Moeda estrangeira	30.885	28.661
Fornecedores de materiais e serviços (i)	203.246	136.246
Roaming (iii)	153.082	148.888
Parcela Circulante	50.864	47.358
	3.267.404	3.128.732

Termos de Autorização	800 MHz, 900 MHz e 1.800 MHz		Frequências adicionais 1800 MHz		1900 MHz e 2100 MHz (3G)	Data de Expiração		2500 MHz Banda V1 (4G)	2500 MHz Banda P+ (4G)	700 MHz (4G)	2.3GHz (5G)	3.5GHz (5G)	26GHz (5G)
	450 MHz	450 MHz	450 MHz	450 MHz	450 MHz	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020
Amapa, Roraima, Pará, Amazonas e Maranhão	Outubro, 2027	Março, 2031*	Abril, 2023	Abril, 2023	Abril, 2023	Outubro, 2027	Outubro, 2027	Parte da AR32 (PA) – fevereiro, 2024*	Outubro, 2027	Outubro, 2027	Outubro, 2027	Outubro, 2027	Outubro, 2027
Rio de Janeiro e Espírito Santo	Outubro, 2027	Março, 2031*	ES - Abril, 2023	Abril, 2023	Abril, 2023	Outubro, 2027	Outubro, 2027	Parte da AR61 (DF) – fevereiro, 2024*	Outubro, 2027	Outubro, 2027	Outubro, 2027	Outubro, 2027	Outubro, 2027
Acre, Rondônia, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Tocantins, Distrito Federal, Goiás, Rio Grande do Sul (exceto município de Pelotas e região) e municípios de Londrina e Tamarana no Paraná	PR - outubro, 2027	Março, 2031*	Abril, 2023	Abril, 2023	Abril, 2023	Outubro, 2027	Outubro, 2027	Parte da AR61 (DF) – fevereiro, 2024*	Outubro, 2027	Outubro, 2027	Outubro, 2027	Outubro, 2027	Outubro, 2027
São Paulo	-	Março, 2031*	Interior - Abril, 2023	Abril, 2023	Abril, 2023	Outubro, 2027	Outubro, 2027	AR41, exceto Curitiba e Região Metropolitana - Fevereiro, 2024* AR1, Curitiba e Região Metropolitana – julho, 2031	Outubro, 2027	Outubro, 2027	Outubro, 2027	Outubro, 2027	Outubro, 2027
Paraná (exceto municípios de Londrina e Tamarana)	Outubro, 2027	Setembro, 2022*	Abril, 2023	Abril, 2023	Abril, 2023	Outubro, 2027	Outubro, 2027	Outubro, 2027	Outubro, 2027	Outubro, 2027	Outubro, 2027	Outubro, 2027	Outubro, 2027
Santa Catarina	Outubro, 2027	Setembro, 2023*	Abril, 2023	Abril, 2023	Abril, 2023	Outubro, 2027	Outubro, 2027	Outubro, 2027	Outubro, 2027	Outubro, 2027	Outubro, 2027	Outubro, 2027	Outubro, 2027
Município e região de Pelotas, no estado do Rio Grande do Sul	-	Abril, 2024*	-	Abril, 2023	Abril, 2023	Outubro, 2027	Outubro, 2027	Parte da AR81 – julho, 2031	Outubro, 2027	Outubro, 2027	Outubro, 2027	Outubro, 2027	Outubro, 2027
Pernambuco	-	Maiço, 2024*	-	Abril, 2023	Abril, 2023	Outubro, 2027	Outubro, 2027	Outubro, 2027	Outubro, 2027	Outubro, 2027	Outubro, 2027	Outubro, 2027	Outubro, 2027
Ceará	-	Novembro, 2023*	-	Abril, 2023	Abril, 2023	Outubro, 2027	Outubro, 2027	Outubro, 2027	Outubro, 2027	Outubro, 2027	Outubro, 2027	Outubro, 2027	Outubro, 2027
Paraíba	-	Dezembro, 2023*	-	Abril, 2023	Abril, 2023	Outubro, 2027	Outubro, 2027	Outubro, 2027	Outubro, 2027	Outubro, 2027	Outubro, 2027	Outubro, 2027	Outubro, 2027
Rio Grande do Norte	-	Dezembro, 2023*	-	Abril, 2023	Abril, 2023	Outubro, 2027	Outubro, 2027	Outubro, 2027	Outubro, 2027	Outubro, 2027	Outubro, 2027	Outubro, 2027	Outubro, 2027
Alagoas	-	Dezembro, 2023*	-	Abril, 2023	Abril, 2023	Outubro, 2027	Outubro, 2027	Outubro, 2027	Outubro, 2027	Outubro, 2027	Outubro, 2027	Outubro, 2027	Outubro, 2027
Piauí	-	Março, 2024*	-	Abril, 2023	Abril, 2023	Outubro, 2027	Outubro, 2027	Outubro, 2027	Outubro, 2027	Outubro, 2027	Outubro, 2027	Outubro, 2027	Outubro, 2027
Minas Gerais (exceto os municípios do setor 3 do PGO para radiofrequências 3G e sobras e 5G)	-	Abril, 2028*	-	Abril, 2023	Abril, 2023	Outubro, 2027	Outubro, 2027	Parte da AR31 - fevereiro, 2030*	Outubro, 2027	Outubro, 2027	Outubro, 2027	Outubro, 2027	Outubro, 2027
Bahia e Sergipe	-	Agosto, 2027*	-	Abril, 2023	Abril, 2023	Outubro, 2027	Outubro, 2027	Outubro, 2027	Outubro, 2027	Outubro, 2027	Outubro, 2027	Outubro, 2027	Outubro, 2027

* Termos já renovados por 15 anos.
** Somente áreas complementares nos Estados específicos.

As autorizações a pagar em 31 de dezembro de 2021 vencíveis em longo prazo obedecem ao seguinte escalonamento:
▶ 20. Empréstimos e financiamentos
Os saldos em 31 de dezembro de 2020, apresentados abaixo, representam os montantes individuais e consolidados. Para 31 de dezembro de 2021 não há empresas controladas, portanto os saldos apresentados são individuais. São classificados como passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado, sendo representados por passivos financeiros não derivativos que não são usualmente negociados antes do vencimento.
No reconhecimento inicial são registrados por seu valor justo e após reconhecimento inicial, são mensurados pelo método da taxa efetiva de juros. As apropriações de despesas financeiras de acordo com o método da taxa efetiva de juros são reconhecidas no resultado, na linha de despesas financeiras.

Descrição	Moeda	Encargos	Vencimento	dez/21	dez/20
KFV Fininvest (ii)	USD	Libor 6M+ 0,75% a.a.	Jan/24 a Dez/25	278.176	344.125
BAML (ii)	EUR	0,2790% a.a.	Agô/21	-	570.844
Scotiabank (ii)	USD	1,2410% a 1,7340% a.a.	Abr/24	559.650	1.030.761
BNP Paribas (ii)	USD	2,8220% a.a.	Jan/22	428.793	399.302
BNP Paribas (ii)	BRL	7,0907% a.a.	Jan/24	515.166	-
Debêntures ⁽ⁱ⁾ (ii)	BRL	IPCA + 4,1682% a.a. (i)	Jun/28	1.667.399	-
Debêntures ⁽ⁱ⁾ (ii)	BRL	IPCA + 4,2283% a.a.	Nov/31	396.281	-
Total				3.845.465	2.345.032
Circulante				(538.450)	(1.689.385)
Não circulante				3.307.015	655.647

1 A taxa da dívida ativa em 31/12/21 com o banco Scotiabank é de 1,4748% a.a. e 2 É prevista uma redução automática de até 0,25bps em juros remuneratórios observável o cumprimento de metas sustentáveis estabelecidas na escritura de emissão.

Garantias
(i) Determinados recebíveis da TIM S.A.;
(ii) Não possuem garantia.
Os financiamentos da Companhia, contratados junto ao BNDES, foram obtidos para a expansão da rede de telefonia móvel e possuem cláusulas contratuais restritivas que preveem o cumprimento de determinados índices financeiros e não financeiros calculados semestralmente. Em fevereiro de 2020 a Companhia realizou o pré-pagamento total dos financiamentos obtidos junto ao BNDES através àquela época, contudo ainda existem contratos em vigor com o banco regulando as linhas de crédito disponíveis para saque que estão demonstradas no quadro abaixo. Os índices financeiros são: (i) Patrimônio Líquido sobre Ativo total; (ii) EBITDA sobre despesas financeiras líquidas; (iii) Dívida financeira sobre EBITDA e (iv) Dívida financeira líquida de curto prazo sobre EBITDA. A Companhia vem cumprindo todos os índices estabelecidos.
Em abril de 2021, a Companhia contratou uma nova operação de empréstimo junto ao The Bank of Nova Scotia, no valor de R\$ 572 milhões, custo de CDI + 1,05% a.a. e prazo de 3 anos. A operação teve como objetivo fortalecer o caixa da Companhia para capital de giro.
Em abril de 2021, a Companhia contratou uma nova operação de empréstimo junto ao banco BNP Paribas, no valor de R\$ 500 milhões, custo de CDI + 1,07% a.a. e prazo de 2,9 anos. A operação teve como objetivo fortalecer o caixa da Companhia para capital de giro.
Em junho de 2021, a Companhia, realizou a segunda emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, de espécie quirográfrica, realizada nos termos da Instrução CVM nº 476, no valor de R\$1.600 milhão. As debêntures contam com uma componente sustentável que permite sua qualificação como *sustainability-linked* e, em caso de cumprimento das metas sustentáveis estabelecidas na escritura de emissão, os juros remuneratórios de IPCA + 4,1682% a.a. poderão ser reduzidos automaticamente em até 0,25bps. As debêntures terão juros semestrais e as amortizações acontecerão, respectivamente, no 5º, 6º e 7º ano. A emissão objetivou o financiamento de projetos de implantação, ampliação e modernização de redes fixa e móvel em diferentes tecnologias, incluindo 5G, e se enquadra no disposto da Lei 12.431, de 24 de junho de 2011. No âmbito desta operação, a Companhia optou por celebrar um contrato de swap de taxas de juros com objetivo de hedge, ao custo de taxa CDI + 0,95% ao ano. Durante o prazo de vigência da operação, também deverá ser observado o cumprimento do índice financeiro Divida líquida sobre EBITDA, indicador este cumprido até a presente data.

Em novembro de 2021, a Companhia captou junto ao BNDES a linha de crédito FINAME, no valor total disponível de R\$ 390 milhões, ao custo de IPCA + 4,2283% a.a. e prazo total de 10 anos com carência de 3 anos para início da amortização. A Companhia optou por celebrar um contrato de swap de taxas de juros com o objetivo de hedge, ao custo final de 96,95% do CDI.
Segue abaixo quadro com a posição de financiamentos e linhas de crédito disponíveis:

Tipo	Moeda	Data da abertura	Prazo	Valor total	Remanescente	Montante utilizado até 31 de dezembro 2021
BNDES (i)	TLP	Mai/18	Mar/22	1.090.000	1.090.000	-
BNDES (ii)	TLP	Mai/18	Mar/22	20.000	20.000	-
FINAME (iii)	IPCA	Mar/19	Mar/22	390.000	-	390.000
BNB (iv)	IPCA	Jan/20	Jun/23	752.479	752.479	-
Total R\$:				2.252.479	1.862.479	390.000

Objetivo:
(i) Apoio ao plano de investimentos da TIM para os anos de 2017 a 2019 incluindo, mas não se limitando, a aquisição de equipamentos nacionais
(ii) Investimentos em projetos sociais, no âmbito da comunidade
(iii) Aplicação exclusiva na aquisição de máquinas e equipamentos, sistemas industriais e/ou outros componentes de fabricação nacional
(iv) Apoio ao plano de investimentos da TIM para os anos de 2020 a 2022 na região de atuação do Banco Nordeste do Brasil
Os empréstimos e financiamentos em 31 de dezembro de 2021 vencíveis em longo prazo obedecem ao seguinte escalonamento:

	2021	2020
2022	538.450	88.818
2023	1.125.526	1.125.526
2024	80.712	80.712
2025	615.727	615.727
2026	618.006	618.006
2027	55.714	55.714
2028	51.071	51.071
2029	3.307.015	3.307.015
2030	-	-
2031	-	-
2032	-	-
2033	-	-
2034	-	-
2035	-	-
2036	-	-
2037	-	-
2038	-	-
2039	-	-
2040	-	-
2041	-	-
2042	-	-
2043	-	-
2044	-	-
2045	-	-
2046	-	-
2047	-	-
2048	-	-
2049	-	-
2050	-	-
2051	-	-
2052	-	-
2053	-	-
2054	-	-
2055	-	-
2056	-	-
2057	-	-
2058	-	-
2059	-	-
2060	-	-
2061	-	-
2062	-	-
2063	-	-
2064	-	-
2065	-	-
2066	-	-
2067	-	-
2068	-	-
2069	-	-
2070	-	-
2071	-	-
2072	-	-
2073	-	-
2074	-	-
2075	-	-
2076	-	-
2077	-	-
2078	-	-
2079	-	-
2080	-	-
2081	-	-
2082	-	-
2083	-	-
2084	-	-
2085	-	-
2086	-	-
2087	-	-
2088	-	-
2089	-	-
2090	-	-
2091	-	-
2092	-	-
2093	-	-
2094	-	-
2095	-	-
2096	-	-
2097	-	-
2098	-	-
2099	-	-
2100	-	-

(i) Representa o valor a ser pago a fornecedores na aquisição de materiais e na prestação de serviços aplicados no ativo tangível e intangível ou para consumo na operação, manutenção e administração, conforme os termos do contrato entre as partes.
(ii) Refere-se à utilização da rede de outras operadoras de telefonia fixa e móvel, nos casos em que as chamadas são iniciadas na rede TIM e finalizadas nas outras operadoras.
(iii) Refere-se às chamadas efetuadas quando o cliente está fora de sua área de registro, sendo considerado visitante na outra rede.
(iv) Refere-se às chamadas efetuadas pelo cliente ao escolher outra operadora de longa distância.

▶ 19. Autorizações a pagar
Os saldos em 31 de dezembro de 2020, apresentados abaixo, representam os montantes individuais e consolidados. Para 31 de dezembro de 2021 não há empresas controladas, portanto os saldos apresentados são individuais.

	2021	2020
Renovação de autorizações (i)	191.329	188.498
Dívida ANATEL atualizada (ii)	164.269	146.949
Autorizações a pagar (iii)	3.525.489	-
	3.881.087	335.447
Parcela circulante	(2.300.169)	(102.507)
Parcela não circulante	1.250.918	232.940

(i) Para prestação do SMP, a Companhia obteve Autorizações do direito de uso de radiofrequências por prazo determinado, renováveis por mais 15 (quinze) anos. Na opção pela prorrogação do direito desse uso, é devido o pagamento do valor de 2% sobre a receita líquida da região coberta pela Autorização que encerra cada biênio. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possui saldos vencimentos relativos à renovação de Autorizações no montante de R\$ 191.329 (R\$ 188.498 em 31 de dezembro de 2020).

(ii) Em 5 de dezembro de 2014, a Companhia assinou o Termo de Autorização da faixa de 700 MHz e pagou o equivalente a R\$1.678 milhões, registrando o saldo remanescente no valor de R\$ 61 milhões como passivo comercial, conforme método de pagamento previsto no Edital.
Em 30 de junho de 2015, a Companhia distribuiu ação judicial questionando a cobrança do valor nominal excedente de R\$ 61 milhões (R\$ 164 milhões em 31 de dezembro de 2021) o qual ainda está pendente de julgamento.

(iii) Conforme descrito na nota 15.f, em novembro de 2021, a TIM participou do Leilão 5G das faixas de radiofrequência 2,3GHz, 3,5GHz e 26GHz para implantação da telefonia móvel de 5ª Geração, sagrando-se vencedora de diversos lotes nestas radiofrequências. Em dezembro de 2021, ocorreu a assinatura dos Termos de Autorização, o que caracteriza a efetiva aquisição do direito sobre os lotes destas radiofrequências.
Para os valores relativos às radiofrequências (R\$884 milhões no registro inicial), há incidência de juros SELIC, e a Companhia realizará pagamentos anuais pelo período de 20 anos. Já para os valores relacionados as obrigações de desembolsos com as entidades EAF e EACE (R\$2.737 milhões no registro inicial, sendo R\$2.654 milhões de liquidez de AVP) há correção monetária por IGP-DI, e os desembolsos ocorrerão entre 2022 e 2024. Em 31 de dezembro de 2021 o saldo em aberto é de 3.525 milhões.

As autorizações a pagar em 31 de dezembro de 2021 vencíveis em longo prazo obedecem ao seguinte escalonamento:

	2021	2020
2023	406.371	406.371
2024	141.151	141.151
2025	46.535	46.535
2026	46.535	46.535
2027	46.535	46.535
2028	46.535	46.535
2029	46.535	46.535
2030	46.535	46.535
2031	46.535	46.535
	1.250.918	



e.2.2. Trabalhistas
Há 3.067 reclamações trabalhistas em 31 de dezembro de 2021 (3.038 em 31 de dezembro de 2020) movidas contra a Companhia e com risco possível, referentes a demandas que envolvem ex-empregados e empregados de prestadores de serviços no montante de R\$ 306.315 atualizado (R\$317.971 em 31 de dezembro de 2020). Os demais valores são relativos a processos trabalhistas de pedidos diversos movidos por ex-empregados próprios e de empresas terceiras.

e.3. Tributárias

	2021	2020
Tributos Federais (e.3.1)	16.309.439	16.586.353
Tributos Estaduais (e.3.2)	3.026.326	4.268.212
Tributos Municipais (e.3.3)	8.782.114	8.562.352
FUST, FUNTTEL e EBC (e.3.4)	1.234.618	740.813
FUST, FUNTTEL e EBC (e.3.4)	3.266.381	3.014.976

Os valores apresentados estão corrigidos, de forma estimada, com base no índice SELIC. O valor histórico envolvido equivale a R\$ 12.133.168 (R\$ 11.976.959 em 31 de dezembro de 2020).

e.3.1. Tributos Federais
O valor total atuado contra o Grupo TIM relativamente a tributos federais é de R\$ 3.026.326 em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 4.268.212 em 31 de dezembro de 2020). Deste valor, destacam-se principalmente as seguintes discussões:

- a. Alegação do suposto incorreção do aproveitamento de créditos tributários por realização de incorporação reversa, amortização do ágio pago na aquisição das empresas de telefonia celular, dedução de despesas de amortização de ágio, exclusão da reversão de ágio, demais reflexos e glosas de compensações e deduções pagas por estimativa, utilização supostamente indevida do benefício da SUDENE por falta de formalização do benefício na Secretaria da Receita Federal (RFB), e falta de recolhimento de IRPJ e CSLL devidos por estimativa. O valor envolvido é de R\$ 1.467.409 (R\$ 2.715.670 em 31 de dezembro de 2020). A Companhia foi intimada do acórdão em 28 de abril de 2021, com isso, reassociação confirmada o débito parcial de R\$1,4 bilhão.
- b. Metodologia de compensação de prejuízos fiscais e bases negativas. O valor envolvido é de R\$ 231.810 (R\$ 193.181 em 31 de dezembro de 2020).
- c. Cobrança de CSLL sobre as variações monetárias decorrentes das operações de swap contabilizadas pelo regime de caixa. O valor envolvido é de R\$ 69.124 (R\$ 67.572 em 31 de dezembro de 2020).
- d. Cobrança de IRRF sobre rendimentos de residentes no exterior, inclusive aqueles remetidos a título de roaming internacional e pagamento a beneficiários não identificados, bem como a cobrança de CIDE sobre pagamento de royalties em remessas para o exterior, inclusive as remessas a título de roaming internacional. O valor envolvido é de R\$ 28.170 (R\$ 259.088 em 31 de dezembro de 2020).

e.3.2. Tributos Estaduais
O valor total atuado contra o Grupo TIM relativamente a tributos estaduais em 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 8.782.114 (R\$ 8.562.352 em 31 de dezembro de 2020). Deste valor, destacam-se principalmente as seguintes discussões:

- a. Não inclusão na base de cálculo do ICMS de descontos incondicionais oferecidos a clientes, além de multa pelo suposto descumprimento de obrigação acessória correlata, inclusive pela falta de apresentação do registro F01 do arquivo SINTEGRA. O valor envolvido é de R\$ 1.140.553 (R\$ 1.128.741 em 31 de dezembro de 2020).
- b. Utilização de benefício fiscal (Programa de Promoção do Desenvolvimento Econômico Integrado e Sustentável do Distrito Federal - PRÓ-DF) concedido pelo próprio ente tributante, porém declarado institucional posteriormente, bem como suposto crédito indevido de ICMS decorrente da compra interestadual de mercadorias com benefício fiscal concedido no Estado de origem. O valor envolvido é de R\$ 356.251 (R\$ 492.935 em 31 de dezembro de 2020).
- c. Estorno de crédito e credimento extemporâneo relativos a aquisições de ativo permanente. O valor envolvido para a TIM S.A. é de R\$ 654.011 (R\$ 608.316 em 31 de dezembro de 2020).
- d. Lançamentos de créditos e estorno de débitos do ICMS, bem como a identificação e sustentação documental de valores e informações lançados em contas de clientes, tais como as aliquotas do imposto e os créditos concedidos como antecipação de futuras recargas (crédito especial), bem como créditos relacionados com operações de substituição tributária e operações isentas e não tributadas. Em 31 de dezembro de 2021, o montante envolvido é de R\$ 3.449.439 (R\$ 3.395.501 em 31 de dezembro de 2020).
- e. Aproveitamento de crédito na aquisição de energia elétrica diretamente empregada no processo produtivo das companhias. O valor envolvido é de R\$ 136.286 em 31 de dezembro de 2020.
- f. Suposto conflito entre as informações constantes de obrigações acessórias e o recolhimento do tributo, bem como questionamento específico de multa pelo descumprimento de obrigações acessórias. O valor envolvido é de R\$727.057 (R\$ 698.673 em 31 de dezembro de 2020).
- g. Suposta falta de recolhimento de ICMS decorrente da glosa de débitos estornados relacionados ao serviço pré-pago, crédito indevido de ICMS nas vendas de mercadorias supostamente beneficiadas com redução da base de cálculo, bem como alegação de indevida não inclusão de Serviços de Valor Agregado (SVA) da base de cálculo do ICMS. O valor envolvido é de R\$ 249.271 em 31 de dezembro de 2020.
- h. Lançamento de créditos relativos ao retorno de aparelhos celulares cedidos em comodato. O valor envolvido é de R\$ 116.700 (R\$ 197.521 em 31 de dezembro de 2020).
- i. Cobrança de ICMS relativo aos serviços de assinatura e sua alegada indevida não inclusão na base de cálculo do ICMS devido a sua natureza. O valor envolvido é de R\$ 286.519 (R\$ 260.447 em 31 de dezembro de 2020).

e.3.3. Tributos Municipais
O valor total atuado contra o Grupo TIM relativamente a tributos municipais com classificação de risco possível é de R\$ 1.234.618 em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 740.813 em 31 de dezembro de 2020). Deste valor, destacam-se principalmente as seguintes discussões:

- a. Cobrança de ISS, bem como da multa punitiva pela ausência do suposto imposto devido, sobre diversas contas de receita da Companhia. O valor envolvido é de R\$ 618.343 (R\$ 150.023 em 31 de dezembro de 2020).
- b. Cobrança de ISS sobre importação de serviços ou serviços realizados em outros Municípios. O valor envolvido é de R\$ 399.141 (R\$ 385.536 em 31 de dezembro de 2020).
- c. Constitucionalidade da cobrança da Taxa de Fiscalização do Funcionamento (TFF) por autoridades municipais de localidades diversas. O valor envolvido é de R\$ 137.944 (R\$ 126.159 em 31 de dezembro de 2020).

e.3.4. FUST e FUNTTEL
O valor total atuado contra o Grupo TIM relativamente às contribuições para o FUST e FUNTTEL com classificação de risco possível é de R\$ 266.381 (R\$ 3.014.976 em 31 de dezembro de 2020). A principal discussão envolve a cobrança da contribuição ao FUST e ao FUNTTEL (Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações) a partir da emissão pela ANATEL da Súmula nº. 07/2005, visando entre outros, e principalmente, a cobrança da contribuição para o FUST e para o FUNTTEL sobre as receitas de interconexão auferidas por prestadoras de serviços de telecomunicações móvel, a partir da vigência da Lei nº. 9.998/2000.

e.4. Regulatórias
A ANATEL instaurou processos administrativos contra a Companhia pelo: (i) não cumprimento de certos indicadores de qualidade; (ii) inadimplemento de outras obrigações derivadas dos Termos de Autorização e; (iii) não atendimento à regulamentação do SMP e do STFC, dentre outras.

Em 31 de dezembro de 2021, o valor indicado relativo aos PADOS (Procedimento para Apuração de Descumprimento de Obrigações), considerando a atualização monetária, classificados com risco possível era de R\$ 120.218 (R\$ 119.076 em 31 de dezembro de 2020). A variação decorreu principalmente de atualização monetária no exercício.

Em 22 de agosto de 2019, o Conselho Diretor da ANATEL aprovou, por unanimidade, o Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) da TIM, que vinha sendo negociado desde junho de 2018 com o regulador. O acordo abrange um valor de redução das sanções de R\$ 627 milhões. O compromisso prevê ações de melhorias em três pilares de atuação - experiência do cliente, qualidade e infraestrutura - por meio de iniciativas associadas a aprimoramentos no processo de licenciamento das estações, uso eficiente de recursos de numeração, evolução dos canais digitais de atendimento, redução dos índices de reclamação, reparação de usuários e reforço de redes de transporte e de acesso. Além disso, contempla o compromisso adicional de levar banda larga móvel, por meio da rede 4G, a 366 municípios com menos de 30 mil habitantes assim alcançando mais de 3,4 milhões de pessoas. A nova infraestrutura será implementada em três anos - sendo mais de 80% nos primeiros dois anos - estando garantido pela Companhia o regime de compartilhamento com as demais prestadoras.

Em 19 de junho de 2020 o Conselho de Administração da Companhia aprovou o referido TAC após deliberação final do Regulador e a assinatura do termo ocorrido em 25 de junho. O acordo abrange sanções que totalizam um valor de aproximadamente R\$ 639 milhões, atualizados, que serão arquivadas em função de compromissos representados em ações de melhoria de qualidade e experiência do cliente bem como incremento de infraestrutura de rede em mais de 2.000 localidades.

Após o quarto trimestre de 2021, a Companhia executou todas as atividades planejadas para o estrito cumprimento do Termo de Ajustamento de Conduta n.º 001/2020 (TAC) celebrado junto à Anatel, visando o atingimento das metas estabelecidas no 2º ano TAC. Com o fechamento do 1º Ano TAC, as atividades de fiscalização por parte da Agência estão ocorrendo em relação aos compromissos vencidos, já havendo sido reconhecidos como cumpridos por parte da Anatel: Compromissos Adicionais; Controles Internos; Índice de Reclamações; Índice Geral de Qualidade; Numeração; Interconexão e; Óbice. A Companhia seguirá na plena implementação dos mecanismos de acompanhamento interno por meio do reporte trimestral da evolução dos cronogramas pelo Escritório de Governança em Reunião de Diretoria e Conselho de Administração. A Companhia vem cumprindo, até o momento, o cronograma de implementação do TAC sem necessidade de nenhuma obrigação adicional.

Após a prorrogação de prazo das autorizações de uso das radiofrequências associadas ao SMP a TIM S.A. torna-se devedora do contrato de prestação de serviços de telecomunicações de longo prazo comercializados no âmbito de cada autorização. No entanto, desde 2011 a ANATEL passou a incluir na base de cálculo do referido ônus também as receitas obtidas com interconexão, e a partir de 2012, as receitas obtidas com Serviços de Valor Adicionado. No entender da Companhia, a inclusão de tais receitas é indevida em razão de não ser expressamente prevista nos Termos de Autorizações originais, pelo que as cobranças recebidas são discutidas na esfera administrativa e/ou judicial.

► 25. Patrimônio líquido

Os saldos em 31 de dezembro de 2020, apresentados abaixo, representam os montantes individuais e consolidados. Para 31 de dezembro de 2021 não há empresas controladas, portanto os saldos apresentados são individuais.

a. Capital social
O capital social é registrado pelo valor efetivamente captado junto aos acionistas, líquido dos custos diretamente atribuídos ao processo de captação.

O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2021, está representado por 2.420.804.398 ações ordinárias (2.420.804.398 ações ordinárias em 31 de dezembro de 2020).

A Companhia está autorizada a aumentar seu capital social, mediante deliberação do Conselho de Administração, independentemente de reforma estatutária, até o limite de 4.450.000.000 ações ordinárias.

Em 2 de julho de 2020, o Conselho de Administração da Companhia, aprovou o grupamento da totalidade das 42.296.789.606 ações ordinárias e sem valor nominal de emissão da Companhia, nos termos do Art. 12 da Lei nº 6.404/76, sem modificação do capital social, no proporcio de 100 ações para formar 1 ação ordinária, passando o capital social subscrito e integralizado para 242.080.439 ações ordinárias e sem valor nominal, preservando todos os direitos e vantagens das referidas ações ordinárias. O grupamento proposto não resultou em frações de ações. A incorporação resultou no cancelamento de todas as ações de emissão da Companhia, as quais eram de titularidade da TIM Participações.

Após a incorporação, mencionada na nota 1, e verificada a condição suspensiva, os acionistas da TIM Participações receberam 1 ação ordinária de emissão da TIM S.A. para cada 1 ação ordinária de emissão da TIM Participações de sua titularidade, o que, assumindo a manutenção do número de ações de emissão da TIM Participações ex-tesouraria, resultou na emissão de 2.420.447.019 ações ordinárias pela TIM S.A., todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

Em 31 de agosto de 2020, foi aprovado em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, o aumento do capital social da Companhia no montante de R\$ 1.719 definido no protocolo de incorporação, o qual passou a ser representado por R\$137.477.891.

Em 28 de setembro de 2020, em reunião do Conselho de administração, os conselheiros da Companhia tomaram conhecimento dos pagamentos relacionados às outorgas de 2018 e 2019, realizados por meio da transferência das ações mantidas em tesouraria aos beneficiários, conforme previsto nos Planos e nos termos do Programa de Recompria aprovado pelo Conselho de Administração da TIM Participações S.A. (Incorporada pela TIM S.A.), em reunião realizada em 29 de julho de 2020, no montante de 357.379 ações (nota 1).

b. Reservas de capital
A utilização das reservas de capital obedece aos preceitos do art. 200 da Lei nº 6.404/76, que dispõe sobre as disposições por ações. Esta reserva é composta da seguinte forma:

	2021	2020
Reserva especial de ágio	353.604	353.604
Plano de incentivo a longo prazo	48.202	43.579

b.1. Reserva especial de ágio
A reserva especial de ágio foi constituída a partir da incorporação do acervo líquido da antiga controladora TIM Participações S.A. (nota 1).

b.2. Plano de incentivo a longo prazo
Os saldos registrados nestas rubricas representam as despesas da Companhia relacionadas ao programa de incentivo a longo prazo, concedido aos empregados (nota 26).

c. Reservas de lucros
c.1. Reserva legal
Refere-se à destinação de 5% do lucro líquido relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de cada ano, até que a reserva iguale 20% do capital social, excluindo a parte de 2018 o plano destinado à reserva de incentivos fiscais. Adicionalmente, a Companhia poderá deixar de constituir a reserva legal quando esta, somada às reservas de capital, exceder 30% do capital social.

c.2. Reserva estatutária para expansão
A formação desta reserva tem previsão no parágrafo 2º do art. 46 des estatutos e que não social da Companhia e tem como finalidade a expansão dos negócios sociais.

O saldo do lucro que não tenha destinação compulsória é de R\$ 4.468 e refere-se a parte não seja destinada ao pagamento de dividendos é destinado a esta reserva, que não poderá ultrapassar 80% do capital social. Atendendo este limite, caberá à Assembleia Geral deliberar sobre o saldo, procedendo à sua distribuição aos acionistas ou ao aumento de capital.

c.3. Reserva de benefício fiscal
A Companhia usufrui de benefícios fiscais que prevêm restrições na distribuição dos lucros da mesma. Segundo a legislação que estabelece estes benefícios fiscais, o valor do imposto que deixar de ser pago em virtude de isenções e reduções da carga tributária não poderá ser distribuído aos sócios e constituirá reserva de incentivo fiscal da pessoa jurídica. Tal reserva somente pode ser utilizada para absorção de prejuízos ou aumento do capital social. Em 31 de dezembro de 2021, o valor acumulado dos benefícios usufruídos pela Companhia equivale a R\$ 1.958.301 (R\$1.781.560 em 31 de dezembro de 2020).

O referido benefício fiscal, corresponde basicamente pela redução do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) incidente sobre o lucro da exploração apurado nas unidades incentivadas. A Companhia atua na área da extinta Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDENE/SUDAM), sendo os laudos de incentivo fiscal concedidos por estado da Federação, por período de 10 anos, passíveis de renovação.

d. Dividendos
Os dividendos são calculados de acordo com o estatuto social e com a Lei das Sociedades por Ações. Segundo seu último estatuto social, aprovado em 31 de agosto de 2020, a Companhia deve distribuir como dividendo obrigatório a cada exercício social findo em 31 de dezembro, desde que haja valores disponíveis para distribuição, quantia equivalente a 25% sobre o lucro líquido ajustado.

Conforme previsto no estatuto social da Companhia, os dividendos não reclamados no prazo de 3 anos reverterão em favor da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 os dividendos e JCP foram calculados como segue:

	2021	2020
Lucro líquido do exercício	2.957.174	1.843.690
(-) Incentivos fiscais não distribuíveis	(176.741)	(169.541)
(-) Constituição da reserva legal	(139.021)	(83.708)
Lucro líquido ajustado	2.641.412	1.590.441
Dividendos mínimos calculados com base em 25% do lucro ajustado	660.353	397.611

Composição dos dividendos a pagar e JCP:
Juros sobre capital próprio: 1.047.500 / 1.083.000
Total de dividendos e JCP distribuídos e propostos: 1.047.500 / 1.083.000
Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) sobre JCP: (142.977) / (162.450)
Total de dividendos e JCP líquidos: 904.523 / 920.550

Os juros sobre capital próprio pagos/ou a pagar são contabilizados em contrapartida às despesas financeiras as quais, para fins de apresentação das demonstrações financeiras são reclassificadas e divulgadas como destinação do lucro líquido do exercício, nas mutações do patrimônio.

Durante o ano de 2021, foi distribuído o montante de R\$1.047.500, conforme apresentado abaixo:

	Aprovação	Pagamento
IRPJ 350.000	09/06/2021	20/07/2021
IRPJ 137.500	24/09/2021	27/10/2021
IRPJ 560.000	15/12/2021	25/01/2022

O saldo em 31 de dezembro de 2021 da rubrica de "dividendos e juros sobre capital próprio a pagar", totalizando R\$ 533.580 é composto pelos valores não liquidados de anos anteriores no montante de R\$49.955 (R\$43.026 em 31 de dezembro de 2020) além do valor liquidado em 25 de janeiro de 2022, no montante de R\$ 483.625 líquidos

Tabela Programa Opções de Ações (Stock Options)

	Opções outorgadas	Data de vencimento	Preço Base	Saldo no início do exercício	Concedidas durante o exercício	Exercidas durante o exercício	Caducadas durante o exercício	Vencidas durante o exercício	Saldo no final do exercício
Data de outorga	3.922.204	nov/22	R\$ 8,10	295.063	-	(182.511)	-	-	112.552
Plano 2014-2016 – 3ª Outorga	3.355.229	out/21	R\$ 8,45	21.771	-	(21.771)	-	-	-
Plano 2014-2016 – 1ª Outorga	1.687.686	set/20	R\$ 13,42	-	-	-	-	-	-
Plano 2011-2013 – 3ª Outorga	3.072.418	jul/19	R\$ 8,13	-	-	-	-	-	-
Plano 2011-2013 – 2ª Outorga	2.661.752	set/18	R\$ 8,96	-	-	-	-	-	-
Plano 2011-2013 – 1ª Outorga	2.833.595	ago/17	R\$ 8,84	-	-	-	-	-	-
Total	17.532.884			316.834		(204.282)			112.552

Preço médio ponderado do saldo de outorgas: R\$ 8,10

Tabela Programa de Ações (Performance Shares e Restricted Shares)

	Ações outorgadas	Data de vencimento	Preço Base	Saldo no início do exercício	Outorgadas durante o exercício	Transferidas durante o exercício*	Pagas em Dinheiro*	Canceladas durante o exercício	Saldo no final do exercício
Identificação Outorga	3.431.610	mai/24	R\$ 8,96	3.431.610	-	-	-	-	11.94%
Plano 2011-2023 Outorga(s) 2021	796.054	abr/23	R\$ 14,40	-	(206.578)	(51.634)	(8.933)	-	(311.876)
Plano 2018-2020 Outorga(s) 2020	930.662	jul/22	R\$ 11,28	687.895	-	(207.859)	(78.111)	(23.252)	(170.378)
Plano 2018-2020 Outorga(s) 2019	8.009.258	abr/21	R\$ 14,41	199.594	-	(187.039)	(42.854)	(22.250)	(53.006)
Plano 2018-2020 Outorga(s) 2018*				1.683.453	3.431.610	(601.476)	(172.599)	(54.435)	(9.101)
Total				3.431.610					(1.094)

Preço médio ponderado do saldo de outorgas: R\$ 12,96

Os dados significativos incluídos no modelo, para as Outorgas de opções de ações foram:

Data de outorga	Preço Base – média ponderada da ação no período de medição da Outorga	Volatilidade	Vida esperada da opção	Taxa de juros anual sem risco
Outorga 2012	R\$ 8,96	51,73% a.a.	6 anos	11,94% a.a.
Outorga 2013	R\$ 8,13	50,46% a.a.	6 anos	8,89% a.a.
Outorga 2014	R\$ 13,42	48,45% a.a.	6 anos	10,66% a.a.
Outorga 2015	R\$ 8,45	44,60% a.a.	6 anos	10,66% a.a.
Outorga 2016	R\$ 8,10	35,50% a.a.	6 anos	16,10% a.a.
		36,70% a.a.	6 anos	11,73% a.a.

Nota: Os dados significativos são característicos do plano baseado em opções, considerando utilização do valor justo (fair value) como o método adequado para calcular as despesas com a remuneração por opções.

O Preço Base da Ação de cada Outorga foi calculado através das médias ponderadas do preço das ações da TIM S.A. (TIM Participações S.A. antes da incorporação pela TIM S.A. em 31 de agosto de 2020), considerando os seguintes períodos:

- **Plano 2011-2013 – 1ª Outorga** - volume negociado e preço de negociação das ações da TIM Participações. no período dos 30 dias anteriores à data de 20/07/2011 (data em que o Conselho de Administração da TIM Participações aprovou o benefício).
- **Plano 2011-2013 – 2ª Outorga** - volume negociado e preço de negociação das ações da TIM Participações. no período dos 30 dias anteriores à data de 20/07/2011.
- **Plano 2011-2013 – 3ª Outorga** - volume negociado e preço de negociação das ações da TIM Participações. no período dos 30 dias anteriores à data de 20/07/2013.
- **Plano 2014-2016 – 1ª Outorga** - volume negociado e preço de negociação das ações da TIM Participações. nos 30 dias anteriores à data definida pelo Conselho de Administração da TIM Participações. (29 de setembro de 2014).
- **Plano 2014-2016 – 2ª Outorga** - volume negociado e preço de negociação das ações da TIM Participações. nos 30 dias anteriores à data definida pelo Conselho de Administração da TIM Participações. (29 de setembro de 2015).
- **Plano 2014-2016 – 3ª Outorga** - volume negociado e preço de negociação das ações da TIM Participações. nos 30 dias anteriores à data definida pelo Conselho de Administração da TIM Participações (29 de setembro de 2016).
- **Plano 2018-2020 – 1ª outorga** - volume negociado e preço de negociação das ações da TIM Participações. no período de 01 de março de 2018 à 31 de março de 2018.
- **Plano 2018-2020 – 2ª outorga** - volume negociado e preço de negociação das ações da TIM Participações. no período de 01 de junho de 2019 à 30 de junho de 2019.
- **Plano 2018-2020 – 3ª outorga** - volume negociado e preço de negociação das ações da TIM Participações. no período de 01 de março de 2020 à 31 de março de 2020.
- **Plano 2021-2023 – 1ª outorga** - volume negociado e preço de negociação das ações da TIM S.A. no período de 01 de março de 2021 à 31 de março de 2021.

Em 31 de dezembro de 2021, as despesas atreladas aos referidos planos de benefícios de longo prazo totalizaram R\$22.212 (R\$ 9.999 em 31 de dezembro de 2020).

► 27. Receita líquida
Os saldos em 31 de dezembro de 2020, apresentados abaixo, representam os montantes individuais e consolidados. Para 31 de dezembro de 2021 não há empresas controladas, portanto os saldos apresentados são individuais.

Recargas de serviços prestados
As principais receitas de serviços advêm de assinaturas mensais, prestação de serviços separados de voz, SMSS, SMS, pacotes de utilização combinada destes serviços, encargos de roaming e recargas de interconexão. As receitas são reconhecidas conforme sua utilização, líquidas de impostos sobre vendas e descontos concedidos sobre os serviços. Estas receitas somente são contabilizadas quando o montante do serviço prestado pode ser estimado de forma confiável.

As receitas são reconhecidas mensalmente, através do faturamento, e as receitas a faturar entre a data de faturamento e o final do mês (unbilled) são identificadas, processadas e reconhecidas no mês em que o serviço foi prestado. Estas receitas não faturadas são registradas com base em estimativa, que leva em consideração dados de consumo, número de dias transcorridos desde a última data de faturamento.

As receitas de tráfego de interconexão e roaming são registradas de forma isolada, sem que sejam compensados os valores devidos a outras operadoras de telecomunicações (estes últimos são registrados como custo das operações). Os minutos não utilizados pelos clientes e/ou os créditos de recarga em poder dos parceiros comerciais, relativos aos serviços do sistema pré-pago são registrados como receita diferida e apropriados ao resultado quando da efetiva utilização destes serviços pelos clientes.

A rubrica de receitas de serviços líquidos, também inclui as receitas originadas por contratos de novas parcerias (financeira, educação e publicidade), o valor de receitas reconhecidas no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 119.457.

	2021	2020
Despesas com serviços prestados e mercadorias vendidas	(8.443.023)	(4.621.788)
Despesas gerais e administrativas	(1.723.384)	(14.788.195)
Recursos de terceiros	(387.214)	(676.479)
Interconexão e meios de conexão	(560.039)	(1.763.360)
Depreciação e amortização	(4.847.995)	(265.565)
Impostos, taxas e contribuições	(34.732)	(777.819)
Aluguéis e seguros	(362.171)	(109.781)
Custo das mercadorias vendidas	(731.007)	-
Publicidade e propaganda	-	(459.811)
Pedidos por créditos de liquidação duvidosa	-	(544.642)
Outros	(4.726)	(24.331)

A Companhia faz contribuições para planos de seguro de pensão públicos ou privados de forma obrigatória, contratual ou voluntária enquanto o empregado integra o quadro de funcionários da Companhia. Tais planos não trazem nenhuma obrigação adicional para a Companhia. Se o funcionário deixar de fazer parte do quadro de empregados da Companhia no período necessário para ter o direito de retirada das contribuições feitas pelas parcerias, os valores aos quais o funcionário não tem mais direito e que podem representar reduções de contribuições futuras da Companhia aos funcionários ativos, ou um reembolso em dinheiro destes valores, são lançados como ativo.

► 29. Outras receitas (des



TIMB LISTED NYSE
TIMS B3 LISTED NM

(iii) Conforme mencionado na nota 9, em setembro de 2021, o STF, em sede de repercussão geral, fixou entendimento pela não incidência de IRPJ e CSLL sobre a correção da SELIC nos processos de repetição de indébito. Apesar de o acórdão da decisão citada ainda estar pendente de publicação, assim como o processo específico da TIM ainda pendente de julgamento, a TIM registrou a sua melhor estimativa até a presente data, no valor de R\$ 534 milhões, visto que a realização do ganho pela Companhia passa a ser provável.

(iv) No 2º trimestre de 2021, houve impacto positivo de R\$ 87 milhões decorrente da baixa de ativo e reversão do provisão de IR/CSLL, constituída em 2009, em virtude de êxito parcial em processo administrativo relacionado à incorporação da empresa TIM Nordeste pela TIM Celular.

► **34. Lucro por ação**

Os saldos em 31 de dezembro de 2020, apresentados abaixo, representam os montantes individuais e consolidados. Para 31 de dezembro de 2021 não há empresas controladas, portanto os saldos apresentados são individuais. O número de ações da TIM S.A. antes da reorganização societária era 2.420.447.019, um número equivalente ao número de ações ordinárias da TIM Participações na data de incorporação. Consequentemente o lucro por ação básico e diluído foram calculados considerando o impacto retrospectivo da alteração na quantidade de ações conforme IAS 33/IFRS 10.

(a) **Básico**

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações emitidas durante o exercício.

	2021	2020
Lucro atribuível aos acionistas da sociedade	2.957.174	1.843.690
Quantidade média ponderada de ações emitidas (milhares)	2.420.314	2.420.874
Lucro básico por ação (expresso em R\$)	1,22	0,76

(b) **Diluído**

O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações em circulação, para presumir a conversão de todas as ações potenciais dilutivas.

	2021	2020
Lucro atribuível aos acionistas da sociedade	2.957.174	1.843.690
Quantidade média ponderada de ações emitidas (milhares)	2.420.638	2.421.065
Lucro diluído por ação (expresso em R\$)	1,22	0,76

O cálculo do lucro diluído por ação, considerou 324 milhões (261 milhões em 31 de dezembro de 2020) de ações relacionadas ao plano de incentivo a longo prazo, conforme mencionado na nota 26.

► **35. Saldos e transações com partes relacionadas**

Os saldos em 31 de dezembro de 2020, apresentados abaixo, representam os montantes individuais e consolidados. Para 31 de dezembro de 2021 não há empresas controladas, portanto os saldos apresentados são individuais. Os saldos das transações com empresas do Grupo Telecom Itália são os seguintes:

	Ativo	
	2021	2020
Telecom Italia Sparkle (I)	1.414	1.630
Grupo Havas (vi)	83.613	-
TI Sparkle (iii)	5.084	1.915
TIM Brasil (vii)	23.069	6.129
Telecom Italia S.p.A. (ii)	1.502	370
I Systems (ix)	5.879	-
Outros	674	674
Total	121.235	10.724

	Passivo	
	2021	2020
Telecom Italia S.p.A. (ii)	71.288	75.317
Telecom Italia Sparkle (I)	3.689	10.576
TI Sparkle (iii)	10.205	7.333
TIM Brasil (iv)	6.558	6.145
Grupo Vivendi (v)	1.238	1.150
Grupo Havas (vi)	19.794	24.068
I Systems (viii)	31.596	-
Outros	4.585	2.797
Total	148.563	127.386

	Receita	
	2021	2020
Telecom Italia S.p.A. (ii)	1.112	1.197
Telecom Italia Sparkle (I)	353	2.994
TI Sparkle (iii)	3.347	4.059
I Systems (ix)	10.881	-
Outros	10.499	8.259
Total	26.992	16.519

	Custo/Despesa	
	2021	2020
Telecom Italia S.p.A. (ii)	105.137	110.407
Telecom Italia Sparkle (I)	19.219	27.485
TI Sparkle (iii)	20.533	19.923
Grupo Vivendi (v)	1.271	1.207
Grupo Havas (vi)	206.349	207.682
I Systems (viii)	31.596	-
Outros	22.597	22.308
Total	406.702	389.012

(i) Os valores referem-se a *roaming*, serviços de valor adicionado – VAS, cessão de meios e voz internacional-wholesale.

(ii) Os valores referem-se a *roaming* internacional, assistência técnica e serviços de valor adicionado – VAS e licenciamento de uso de marca registrada, concedendo a TIM S.A. o direito de utilização da marca "TIM" mediante o pagamento de royalties no valor de 0,5% da receita líquida da companhia, sendo o pagamento efetuado de forma trimestral.

(iii) Os valores referem-se a aluguel de *links*, aluguel de EILD, aluguel de meios (cabo submarino) e serviço de sinalização.

(iv) Referem-se principalmente a depósitos judiciais feitos em razão de causas trabalhistas e transferências de funcionários.

(v) Os valores referem-se aos serviços de valor adicionado – VAS.

(vi) Os valores descritos acima, no resultado, referem-se aos serviços de publicidade, dos quais, R\$143.439 (R\$ 195.117 em 31 de dezembro de 2020), estão relacionados aos repasses de mídia.

(vii) Referem-se a depósitos judiciais feitos em razão de causas trabalhistas.

(viii) Os valores referem-se a serviços de infraestrutura de fibra.

(ix) Os valores referem-se a serviços prestados pela TIM S.A., principalmente relativos à operação e manutenção de rede, no escopo do Contrato de Serviços de Transição, firmado no momento do *closing* da transação. A Companhia possui ações de investimento social que contemplam doações, projetos desenvolvidos pelo Instituto TIM e patrocinários. Em 31 de dezembro de 2021 a Companhia investiu R\$ 9.147 (R\$ 4.829 em 31 de dezembro de 2020).

Os saldos das contas patrimoniais estão registrados nos grupos: contas a receber de clientes, despesas antecipadas, fornecedores e outros ativos e passivos circulantes.

► **36. Remuneração da Administração**

Os saldos em 31 de dezembro de 2020, apresentados abaixo, representam os montantes individuais e consolidados. Para 31 de dezembro de 2021 não há empresas controladas, portanto os saldos apresentados são individuais. O pessoal-chave da Administração inclui: diretores estatutários e o Conselho de Administração. O pagamento do pessoal-chave da Administração pela prestação dos seus serviços está apresentado a seguir:

	2021	2020
Benefícios de curto prazo	31.494	23.949
Outros benefícios de longo prazo	1.052	4.544
Remuneração baseada em ações	15.176	6.343
	47.722	34.836

► **37. Instrumentos financeiros e gestão de riscos**

Os saldos em 31 de dezembro de 2020, apresentados abaixo, representam os montantes individuais e consolidados. Para 31 de dezembro de 2021 não há empresas controladas, portanto os saldos apresentados são individuais. Dentre os instrumentos financeiros registrados na Companhia destacam-se os derivativos que são ativos ou passivos financeiros mensurados no valor justo por meio do resultado. A cada data de balanço tais ativos/passivos são mensurados pelo seu valor justo. Os juros, a correção monetária, a variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo, quando aplicável, são reconhecidos no resultado quando incorridos, na linha de receitas ou despesas financeiras.

Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativo é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo. A Companhia não aplica a "hedge accounting".

A Companhia, realiza transações com instrumentos financeiros derivativos, sem fins especulativos, apenas com o objetivo de: i) reduzir riscos relacionados à variação cambial e ii) gerenciar exposição de taxas de juros. Os instrumentos financeiros derivativos da Companhia estão representados especificamente por contratos de *swap*. Os instrumentos financeiros da Companhia estão sendo apresentados em atendimento ao IFRS 9 / CPC 48.

Os principais fatores de risco que a Companhia está exposta são os seguintes:

(i) Riscos de variações cambiais

Os riscos de variações cambiais relacionam-se com a possibilidade de a Companhia computar i) prejuízos derivados de flutuações nas taxas de câmbio aumentando os saldos de dívida com empréstimos e financiamentos obtidos no mercado e as despesas financeiras correspondentes ou ii) aumento de custo em contratos comerciais que possuam algum tipo de vinculação a variação cambial. Para que esses tipos de riscos sejam mitigados, a Companhia realiza: contratos de *swap* com instituições financeiras com o objetivo de anular os impactos decorrentes da flutuação das taxas de câmbio no balanço e resultado financeiro e contratos comerciais com cláusulas de bandas cambiais com o objetivo de mitigar parcialmente os riscos cambiais ou ainda utilizar instrumentos derivativos para reduzir os riscos remanescentes de exposição cambial em contratos comerciais.

Em 31 de dezembro de 2021, os empréstimos e financiamentos da Companhia indexados à variação de moedas estrangeiras encontram-se integralmente protegidos, tanto em prazo quanto em valor, por contratos de *swap*. Os ganhos ou perdas com esses contratos de *swap* são registrados no resultado da Companhia.

Além dos riscos mencionados acima não existem outros ativos e passivos financeiros em montantes significativos que estejam indexados a moedas estrangeiras.

(ii) Riscos de taxa de juros

Os riscos da taxa de juros relacionam-se com:

A possibilidade de variações no valor justo dos financiamentos obtidos pela Companhia indexados à TJLP, IPCA, taxa pré e/ou TLP, quando tais taxas tiverem um risco na visão da companhia de não acompanhar proporcionalmente as taxas referentes aos Certificados de Depósito Interbancários (CDI). A Companhia optou por proteger a exposição atrelada ao IPCA decorrente da emissão de debêntures e financiamento junto ao BNDES, e a exposição à taxa pré atrelada à dívida com o BNP Paribas, todos até o vencimento.

A possibilidade de um movimento desfavorável nas taxas de juros causaria um aumento nas despesas financeiras da Companhia, em decorrência da parcela da dívida e das posições passivas que a Companhia possui nos contratos de *swap* atrelados a taxas de juros flutuantes (percentual do CDI). Todavia, em 31 de dezembro de 2021, a Companhia mantém seus recursos financeiros aplicados em Certificados de Depósitos Interbancários (CDI), o que reduz substancialmente esse risco.

(iii) Risco de crédito inerente à prestação de serviços

O risco está relacionado à possibilidade de a Companhia computar prejuízos derivados da incapacidade dos assinantes honrarem os pagamentos dos valores faturados. Para minimizar este risco, a Companhia realiza preventivamente análises de crédito de todos os pedidos imputados pelas áreas de vendas e monitora as contas a receber de assinantes, bloqueando a capacidade de utilização de serviços, entre outras ações, caso os clientes não paguem suas dívidas. Não há clientes que tenham contribuído com mais de 10% das contas a receber líquidas em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 ou receitas de serviços prestados durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

(iv) Risco de crédito inerente à venda de aparelhos telefônicos e de cartões de telefones pré-pagos

A política do Grupo para venda de aparelhos telefônicos e distribuição de cartões de telefones pré-pagos está diretamente relacionada aos níveis de risco de créditos aceitos durante o curso normal do negócio. A seleção de parceiros, a diversificação da carteira de contas a receber, o monitoramento das condições de empréstimos, as posições e limites de pedidos estabelecidos para os negociantes, a constituição de garantias reais são procedimentos adotados pela Companhia para minimizar possíveis problemas de cobrança com seus parceiros comerciais. Não há clientes que tenham contribuído com mais de 10% das receitas de venda de mercadorias durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020. Não há clientes que tenham contribuído com mais de 10% das contas a receber líquidas de venda de mercadorias em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020.

(v) Risco de liquidez

- O risco de liquidez surge a partir da necessidade de caixa perante as obrigações assumidas. A Companhia estrutura os vencimentos de seus instrumentos financeiros não derivativos e de seus respectivos instrumentos financeiros derivativos, de modo a não afetar a liquidez.

- O gerenciamento da liquidez e do fluxo de caixa da Companhia são efetuados diariamente para a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos operacionais e financeiros.

- Todas as aplicações financeiras da Companhia possuem liquidez diária e a Administração poderá, ainda que em casos específicos: i) reaver a política de pagamento de dividendos; ii) emitir novas ações; e/ou, iii) vender ativos para aumentar a liquidez.

(vi) Risco de crédito financeiro

A previsão de fluxo de caixa é realizada pela diretoria de Finanças, que monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez para assegurar que a Companhia tenha caixa suficiente para atender às suas necessidades operacionais. Essa previsão leva em consideração os planos de investimento, financiamento da dívida, cumprimento de cláusulas contratuais, cumprimento das metas internas e, se aplicável, exigências regulatórias externas ou legais. O risco está relacionado à possibilidade de a Companhia computar perdas derivadas da dificuldade de resgate das aplicações financeiras de curto prazo e dos contratos de *swap*, em razão de eventual insolvência das contrapartes. A Companhia minimiza o risco associado a esses instrumentos financeiros mantendo operações apenas com instituições financeiras de reconhecida solidez no mercado, além de seguir o política que estabelece níveis mínimos de concentração de risco por instituição financeira.

Valor justo dos instrumentos financeiros derivativos:

Os instrumentos financeiros derivativos consolidados estão apresentados a seguir:

	2021	Passivo	Ativo	Passivo
Operações com derivativos	198.027	208.787	340.660	36.166
Outros derivativos (i)	457.892	-	161.429	-
	655.919	208.787	502.089	36.166
Parcela circulante	(134.292)	(194.837)	(262.666)	(7.273)
Parcela não circulante	521.627	13.950	239.423	28.893

(i) Os outros derivativos, são instrumentos de opções de subscrição de ações, representam a opção da Companhia de subscrever 4,08% das ações do capital do CS, onde o Grupo/Companhia pagou um prêmio de subscrição de ações no valor de R\$17,7 milhões. Conforme requerimentos do IFRS9, o instrumento financeiro deve ser avaliado pelo seu valor justo, que, em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, corresponde a R\$458 milhões e R\$ 161 milhões, respectivamente. O impacto da marcação a mercado da opção de conversão de ações calculado de R\$440,3 milhões representa a diferença do valor justo da opção menos o montante pago pelo prêmio de subscrição de ações. Esse instrumento financeiro foi mensurado ao valor justo e será verificado subsequentemente no resultado do exercício da companhia, tendo também em consideração os riscos relacionados com a arbitragem divulgada em nota 27.

Os instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2021 vencíveis a longo prazo obedecem ao seguinte escalonamento:

	Ativo	
	2021	2020
2023	39.335	-
2024	16.843	-
2025 em diante	465.449	-
	521.627	-

Os passivos financeiros não derivativos são substancialmente compostos pelas contas a pagar com fornecedores, dividendos a pagar e outras obrigações, cujo vencimento ocorrerá nos próximos 12 meses, exceto pelos empréstimos e financiamentos e arrendamentos, cujo fluxo nominal de pagamentos estão divulgados nas notas 20 e 16.

Instrumentos financeiros consolidados mensurados pelo valor justo:

	2021	
	Nível 1	Nível 2
Total do ativo	4.579.528	655.919
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	4.579.528	655.919
Instrumentos financeiros derivativos	-	198.027
Outros derivativos	-	457.892
Títulos e valores mobiliários	4.579.528	-
Total do passivo	-	208.787
Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado	-	208.787
Instrumentos financeiros derivativos	-	208.787

	2020	
	Nível 1	Nível 2
Total do ativo	2.077.499	502.089
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	2.077.499	502.089
Instrumentos financeiros derivativos	-	340.660
Outros derivativos	-	161.429
Títulos e valores mobiliários	2.077.499	-
Total do passivo	-	36.166
Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado	-	36.166
Instrumentos financeiros derivativos	-	36.166

O valor justo dos instrumentos financeiros negociados em mercados ativos é baseado nos preços de mercado, cotados na data do balanço. Um mercado é visto como ativo se os preços cotados estiverem prontos e regularmente disponíveis a partir de uma Bolsa, distribuidor, corretor, grupo de indústrias, serviço de precificação ou agência reguladora, e aqueles preços representam transações de mercado reais e que ocorrem regularmente em base puramente comercial. Esses instrumentos estão incluídos no nível 1. Os instrumentos incluídos no nível 2, se uma ou mais informações relevantes não estiverem baseadas em dados adotados pelo mercado, o instrumento está incluído no nível 3.

Técnicas de avaliação específicas utilizadas para valorizar os instrumentos financeiros incluem:

- Preços de mercado cotados ou cotados de instituições financeiras ou corretoras para instrumentos similares.
- O valor justo de *swaps* de taxa de juros é calculado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados com base na curva de rendimento adotadas pelo mercado.
- Outras técnicas, como a análise de fluxos de caixa descontados, dados disponíveis da última transação relevante e análise de resultados com base em múltiplos de *clias* similares, são utilizadas para determinar o valor justo para os instrumentos financeiros remanescentes.

Os valores justos dos instrumentos financeiros derivativos de moeda e taxas de juros da Companhia foram determinados por meio de fluxos de caixa futuros (posição ativa e passiva) utilizando as condições contratadas e trazendo esses fluxos a valor presente por meio de descontos pelo uso de taxa futura de juros divulgada por fontes de mercado. Os valores justos foram estimados em um momento específico, com base em informações disponíveis e metodologias de avaliação próprias.

	2021	
	Nível 1	Nível 2
Total do ativo	2.077.499	502.089
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	2.077.499	502.089
Instrumentos financeiros derivativos	-	340.660
Outros derivativos	-	161.429
Títulos e valores mobiliários	2.077.499	-
Total do passivo	-	36.166
Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado	-	36.166
Instrumentos financeiros derivativos	-	36.166

O valor justo dos instrumentos financeiros negociados em mercados ativos é baseado nos preços de mercado, cotados na data do balanço. Um mercado é visto como ativo se os preços cotados estiverem prontos e regularmente disponíveis a partir de uma Bolsa, distribuidor, corretor, grupo de indústrias, serviço de precificação ou agência reguladora, e aqueles preços representam transações de mercado reais e que ocorrem regularmente em base puramente comercial. Esses instrumentos estão incluídos no nível 1. Os instrumentos incluídos no nível 2, se uma ou mais informações relevantes não estiverem baseadas em dados adotados pelo mercado, o instrumento está incluído no nível 3.

Técnicas de avaliação específicas utilizadas para valorizar os instrumentos financeiros incluem:

- Preços de mercado cotados ou cotados de instituições financeiras ou corretoras para instrumentos similares.
- O valor justo de *swaps* de taxa de juros é calculado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados com base na curva de rendimento adotadas pelo mercado.
- Outras técnicas, como a análise de fluxos de caixa descontados, dados disponíveis da última transação relevante e análise de resultados com base em múltiplos de *clias* similares, são utilizadas para determinar o valor justo para os instrumentos financeiros remanescentes.

Os valores justos dos instrumentos financeiros derivativos de moeda e taxas de juros da Companhia foram determinados por meio de fluxos de caixa futuros (posição ativa e passiva) utilizando as condições contratadas e trazendo esses fluxos a valor presente por meio de descontos pelo uso de taxa futura de juros divulgada por fontes de mercado. Os valores justos foram estimados em um momento específico, com base em informações disponíveis e metodologias de avaliação próprias.

	2020	
	Nível 1	Nível 2
Total do ativo	2.077.499	502.089
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	2.077.499	502.089
Instrumentos financeiros derivativos	-	340.660
Outros derivativos	-	161.429
Títulos e valores mobiliários	2.077.499	-
Total do passivo	-	36.166
Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado	-	36.166
Instrumentos financeiros derivativos	-	36.166

O valor justo dos instrumentos financeiros negociados em mercados ativos é baseado nos preços de mercado, cotados na data do balanço. Um mercado é visto como ativo se os preços cotados estiverem prontos e regularmente disponíveis a partir de uma Bolsa, distribuidor, corretor, grupo de indústrias, serviço de precificação ou agência reguladora, e aqueles preços representam transações de mercado reais e que ocorrem regularmente em base puramente comercial. Esses instrumentos estão incluídos no nível 1. Os instrumentos incluídos no nível 2, se uma ou mais informações relevantes não estiverem baseadas em dados adotados pelo mercado, o instrumento está incluído no nível 3.

Técnicas de avaliação específicas utilizadas para valorizar os instrumentos financeiros incluem:

- Preços de mercado cotados ou cotados de instituições financeiras ou corretoras para instrumentos similares.
- O valor justo de *swaps* de taxa de juros é calculado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados com base na curva de rendimento adotadas pelo mercado.
- Outras técnicas, como a análise de fluxos de caixa descontados, dados disponíveis da última transação relevante e análise de resultados com base em múltiplos de *clias* similares, são utilizadas para determinar o valor justo para os instrumentos financeiros remanescentes.

Os valores justos dos instrumentos financeiros derivativos de moeda e taxas de juros da Companhia foram determinados por meio de fluxos de caixa futuros (posição ativa e passiva) utilizando as condições contratadas e trazendo esses fluxos a valor presente por meio de descontos pelo uso de taxa futura de juros divulgada por fontes de mercado. Os valores justos foram estimados em um momento específico, com base em informações disponíveis e metodologias de avaliação próprias.

	2021	
	Nível 1	Nível 2
Total do ativo	2.077.499	502.089
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	2.077.499	502.089
Instrumentos financeiros derivativos	-	340.660
Outros derivativos	-	161.429
Títulos e valores mobiliários	2.077.499	-
Total do passivo	-	36.166
Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado	-	36.166
Instrumentos financeiros derivativos	-	36.166

O valor justo dos instrumentos financeiros negociados em mercados ativos é baseado nos preços de mercado, cotados na data do balanço. Um mercado é visto como ativo se os preços cotados estiverem prontos e regularmente disponíveis a partir de uma Bolsa, distribuidor, corretor, grupo de indústrias, serviço de precificação ou agência reguladora, e aqueles preços representam transações de mercado reais e que ocorrem regularmente em base puramente comercial. Esses instrumentos estão incluídos no nível 1. Os instrumentos incluídos no nível 2, se uma ou mais informações relevantes não estiverem baseadas em dados adotados pelo mercado, o instrumento está incluído no nível 3.

Técnicas de avaliação específicas utilizadas para valorizar os instrumentos financeiros incluem:

- Preços de mercado cotados ou cotados de instituições financeiras ou corretoras para instrumentos similares.
- O valor justo de *swaps* de taxa de juros é calculado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados com base na curva de rendimento adotadas pelo mercado.
- Outras técnicas, como a análise de fluxos de caixa descontados, dados disponíveis da última transação relevante e análise de resultados com base em múltiplos de *clias* similares, são utilizadas para determinar o valor justo para os instrumentos financeiros remanescentes.

Os valores justos dos instrumentos financeiros derivativos de moeda e taxas de juros da Companhia foram determinados por meio de fluxos de caixa futuros (posição ativa e passiva) utilizando as condições contratadas e trazendo esses fluxos a valor presente por meio de descontos pelo uso de taxa futura de juros divulgada por fontes de mercado. Os valores justos foram estimados em um momento específico, com base em informações disponíveis e metodologias de avaliação próprias.

	2020	
	Nível 1	Nível 2
Total do ativo	2.077.499	502.089
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	2.077.499	502.089
Instrumentos financeiros derivativos	-	340.660
Outros derivativos	-	161.429
Títulos e valores mobiliários	2.077.499	-
Total do passivo	-	36.166
Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado	-	36.166
Instrumentos financeiros derivativos	-	36.166

O valor justo dos instrumentos financeiros negociados em mercados ativos é baseado nos preços de mercado, cotados na data do balanço. Um mercado é visto como ativo se os preços cotados estiverem prontos e regularmente disponíveis a partir de uma Bolsa, distribuidor, corretor, grupo de indústrias, serviço de precificação ou agência reguladora, e aqueles preços representam transações de mercado reais e que ocorrem regularmente em base puramente comercial. Esses instrumentos estão incluídos no nível 1. Os instrumentos incluídos no nível 2, se uma ou mais informações relevantes não estiverem baseadas em dados adotados pelo mercado, o instrumento está incluído no nível 3.

Técnicas de avaliação específicas utilizadas para valorizar os instrumentos financeiros incluem:

- Preços de mercado cotados ou cotados de instituições financeiras ou corretoras para instrumentos similares.
- O valor justo de *swaps* de taxa de juros é calculado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados com base na curva de rendimento adotadas pelo mercado.
- Outras técnicas, como a análise de fluxos de caixa descontados, dados disponíveis da última transação relevante e análise de resultados com base em múltiplos de *clias* similares, são utilizadas para determinar o valor justo para os instrumentos financeiros remanescentes.

Os valores justos dos instrumentos financeiros derivativos de moeda e taxas de juros da Companhia foram determinados por meio de fluxos de caixa futuros (posição ativa e passiva) utilizando as condições contratadas e trazendo esses fluxos a valor presente por meio de descontos pelo uso de taxa futura de juros divulgada por fontes de mercado. Os valores justos foram estimados em um momento específico, com base em informações disponíveis e metodologias de avaliação próprias.

	2021	
	Nível 1	Nível 2
Total do ativo	2.077.499	502.089
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	2.077.499	502.089
Instrumentos financeiros derivativos	-	340.660
Outros derivativos	-	161.429
Títulos e valores mobiliários	2.077.499	-
Total do passivo	-	36.166



d) Reconciliação do valor justo dos ativos

	PBS	PBS Assistidos	Convênio de Administração	PAMEC/ Apólice de Ativos	AES Telecom	Plano Médico
Valor justo dos ativos em 31/12/20	57.479	12.998	434	-	9.945	-
Benefícios pagos no ano	(2.898)	(768)	(9)	-	(605)	-
Rendimento efetivo dos ativos no ano	3.799	834	29	-	708	-
Ganho (perda) atuariais com ativos do plano	(1.902)	1.675	(49)	-	1.463	-
Contribuições pagas pelos participantes	-	-	-	-	-	-
Contribuições da patrocinadora vertidas no plano	-	-	-	-	-	-
Valor justo dos ativos em 31/12/21	56.478	14.739	405	-	11.511	-
e) Despesas previstas para 2022	-	-	-	-	-	-

	PBS	PBS Assistidos	Convênio de Administração	PAMEC/ Apólice de Ativos	AES Telecom	Plano Médico
Custo do serviço corrente (com juros)	4	-	-	-	-	121
Juros sobre as obrigações atuariais	3.289	769	10	57	1.242	290
Rendimento esperado dos ativos	(4.841)	(1.257)	(35)	-	(1.008)	-
Juros sobre o efeito do limite do (ativo)/passivo	1.552	284	10	-	-	-
Total da despesa (receita) líquida a ser reconhecida	4	(204)	(15)	57	234	411

Premissas atuariais adotadas nos cálculos

As principais premissas atuariais adotadas nos cálculos foram as seguintes:

- Taxa de desconto nominal da obrigação atuarial: PBS Sul: 8,81% / 5,13%; PBS Nordeste: 8,84% / 5,16%; CA: 8,81% / 5,13%; PBS-A: 8,78% / 5,10%; AES: 9,02% / 5,33%; PAMEC: 8,81% / 5,13%; FIBER: 9,02% / 5,33%
- Taxa de crescimento salarial nominal: PBS: 3,50%/ 0,00% CA, PBS-A, AES, PAMEC e FIBER: Não Aplicável
- Tábua biométrica de mortalidade geral: PBS, CA, PAMEC e FIBER: AT-2000 segregada por sexo, suavizada em 10%;
- Tábua biométrica de entrada em invalidez: PBS e FIBER: Alvaro Vindas; CA, PBS-A, AES e PAMEC: Não Aplicável
- Taxa de rotatividade esperada: PBS: Nula; CA, PBS-A, AES e PAMEC: Não Aplicável; FIBER: 0,15/ (tempo de serviço + 1), sendo nula a partir dos 50 anos
- Probabilidade de ingresso em aposentadoria: PBS e FIBER: 100% na 1ª elegibilidade; CA, PBS-A, AES e PAMEC: Não Aplicável
- Taxa estimada de inflação no longo prazo: PAMEC e FIBER: 6,60% / 3,00%
- Método de apuração: Método do Crédito Unitário Projetado

► 39. Seguros

Os saldos em 31 de dezembro de 2020, apresentados abaixo, representam os montantes individuais e consolidados. Para 31 de dezembro de 2021 não há empresas controladas, portanto os saldos apresentados são individuais. A Companhia mantém política de monitoramento dos riscos inerentes às suas operações. Por conta disso, em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possuía contratos de seguros em vigor para cobertura de riscos operacionais, responsabilidade civil, riscos cibernéticos (cyber), saúde, entre outros. A Administração da Companhia entende que as apólices representam valores suficientes para cobrir eventuais perdas. Os principais ativos, responsabilidades ou interesses cobertos por seguros e os respectivos limites máximos de indenização são demonstrados a seguir:

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

- Nicandro Durante**
Presidente
- Alberto Mario Griselli
Membro
- Agostino Nuzzolo
Membro
- Claudio Giovanni Ezio Ongaro
Membro
- Elisabetta Paola Romano
Membro
- Flavia Maria Bittencourt**
Membro
- Gesner José de Oliveira Filho**
Membro
- Herculano Aníbal Alves**
Membro
- Michele Valensise
Membro
- Sabrina Di Bartolomeo
Membro

**Membros independentes

DIRETORIA

- Alberto Mario Griselli
Diretor Presidente e Chief Revenue Officer
- Camille Loyo Faria
Diretora Financeira e Diretora de Relações com Investidores
- Bruno Mutzenbecher Gentil
Business Support Officer
- Jaques Horn
Diretor Jurídico
- Leonardo de Carvalho Capdeville
Chief Technology Information Officer
- Maria Antonietta Russo
Human Resources & Organization Officer
- Mario Girasole
Regulatory and Institutional Affairs Officer

CONTADORA RESPONSÁVEL

Manoela de Paiva Suassuna
CRC RJ - 102467/O-5
CPF 806.902.117-91

CONSELHO FISCAL

- Membro Efetivo
Walmir Kesseli
Presidente
- Jarbas Tadeu Barsanti Ribeiro
Josino de Almeida Fonseca
- Membro Suplente
Heinz Egon Lowen
Anna Maria Cerentini Gouvêa Guimarães
João Verner Juenemann

COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO

- Gesner José de Oliveira Filho**
Coordenador
- Flavia Maria Bittencourt**
Membro
- Herculano Aníbal Alves**
Membro

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal, em cumprimento às disposições legais e estatutárias, examinou o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas da TIM S.A. ("Companhia"), referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021.

Nossos exames foram conduzidos de acordo com as disposições legais e compreendemam: (i) a análise de dois relatórios financeiros elaborados periodicamente pela Companhia; (ii) a Proposta da Administração de destinação do resultado do exercício de 2021 e de distribuição de dividendos da Companhia; (iii) o acompanhamento dos trabalhos realizados pelos auditores independentes e internos; e (iv) as indagações sobre atos e transações relevantes efetuadas pelos Administradores. Com base nos nossos exames, nas informações prestadas e nos esclarecimentos recebidos e, também, considerando o Relatório dos Auditores Independentes da Companhia, Ernst & Young Auditores Independentes S/S ("EY"), sem ressalvas, emitido no dia 23 de fevereiro de 2022, o Conselho Fiscal, por unanimidade, é de parecer favorável de que: (i) o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras acima mencionadas refletem adequadamente as informações nelas contidas; e (ii) a Proposta da Administração de destinação do resultado do exercício de 2021 e de distribuição de dividendos da Companhia estão todas em condições de serem submetidas à apreciação pela Assembleia Geral Ordinária dos Acionistas.

RELATÓRIO ANUAL DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO

1. Sobre o Comitê

O Comitê de Auditoria Estatutário ("CAE") foi criado pela Assembleia Geral Extraordinária da TIM Participações S.A. ("TPART"), em 12 de dezembro de 2013. Em 31 de agosto de 2020, com o objetivo de simplificar a estrutura societária do grupo no País, a TPART foi incorporada por sua subsidiária integral, TIM S.A. ("Companhia" ou "TIM"), que a sucedeu em todos os seus direitos e obrigações, mantendo a mesma estrutura de governança corporativa, de controles internos, de sistemas, e o mesmo arcabouço jurídico. Como consequência deste movimento de reorganização societária, o CAE da TIM manteve a mesma estrutura do CAE da TPART, e deu continuidade às atividades, aos planos de trabalho e às análises que vinham sendo conduzidas por este último.

O CAE da TIM é um órgão estatutário, de funcionamento permanente, que busca as melhores práticas de Governança Corporativa, conforme recomendado, e regido pela Instrução Normativa da Comissão de Valores Mobiliários nº 308 da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), de 14 de maio de 1999, alterada pela Instrução Normativa CVM nº 509, de 16 de novembro de 2011, e demais regulações aplicáveis.

O CAE é formado por, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros independentes, eleitos pelo Conselho de Administração, para o mandato de 2 (dois) anos, que coincidirá com o mandato dos membros do Conselho de Administração, sendo permitida a reeleição por um período máximo de 10 (dez) anos. Cumpre esclarecer que a função de membro do CAE é indelegável, devendo ser exercida exclusivamente pelos membros eleitos.

A eleição dos novos conselheiros de administração ocorreu na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 30 de março de 2021. Para o mandato 2021/2023, o Conselho de Administração elegeu os seguintes membros para compor o CAE: Sr. Gesner José de Oliveira Filho (Coordenador), Flavia Maria Bittencourt e Herculano Aníbal Alves (especialista em contabilidade societária), todos caracterizados como independentes segundo o critério definido pelo regulamento do Novo Mercado da B3.

O CAE tem como atribuições ordinárias supervisionar a qualidade e a integridade dos relatórios financeiros, sua aderência às normas legais, regulatórias e estatutárias, a adequação dos processos relativos à gestão de riscos e às atividades dos auditores, tanto os internos quanto os independentes, bem como supervisionar e avaliar a celebração de contratos de qualquer natureza entre a Companhia ou sua controlada, de um lado, e, de outro lado, o acionista controlador ou suas sociedades controladas, coligadas, sujeitas a controle comum ou controladoras deste último, ou que de outra forma constituam partes relacionadas à Companhia.

Além de suas atribuições ordinárias, o CAE também desempenha a função de *Audit Committee* da Companhia, em conformidade com o disposto na *Sarbanes-Oxley Act* ("SOx"), ao qual a Companhia está sujeita por ser uma sociedade registrada na *US Securities and Exchange Commission* ("SEC"), por possuir *American Depository Receipts* (ADRs) na *The New York Stock Exchange* ("NYSE") desde 16 de novembro de 1998.

O CAE possui dotação orçamentária anual, dentro dos limites aprovados pelo Conselho de Administração da Companhia, para conduzir ou determinar a realização de consultas, avaliações e investigações dentro do escopo de suas atividades, inclusive com a contratação e utilização de especialistas externos independentes.

O presente Relatório é emitido em observância ao previsto pelo inciso IX, do Artigo 14, do Regimento Interno do CAE, e conforme regra estabelecida pela CVM.

2. Atividades do Comitê de Auditoria Estatutário da TIM em 2021

O CAE reunir-se sempre que necessário, mas no mínimo bimestralmente, de forma que as informações contábeis sejam sempre apreciadas antes de sua divulgação. Após estabelecer uma programação anual para o cumprimento de suas atribuições, foram realizadas, no período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2021, 20 (vinte) reuniões do CAE que contemplaram 107 (cento e sete) itens de Ordem do Dia (sessões). As reuniões tiveram duração média de 1 (uma) hora e 52 (cinquenta e dois) minutos cada e, durante as discussões, foram envolvidos diretamente o Presidente do Conselho de Administração, o Diretor Presidente, o Diretor Financeiro e Diretor de Relação com Investidores, além dos demais membros da Diretoria Executiva, os Diretores das áreas de Auditoria Interna e de Compliance, e os Auditores Independentes. A cada reunião do Conselho de Administração da Companhia são relacionadas as atividades desenvolvidas pelo Comitê no respectivo mês.

Dentre as atividades realizadas durante o exercício, cabe destacar as seguintes:

I. Análise o plano anual de trabalho dos auditores independentes e discutiu os resultados das atividades desempenhadas por estes em 12 (doze) sessões durante o ano de 2021. A Ernst & Young Auditores Independentes S/S ("EY") foi a empresa responsável pela auditoria das demonstrações financeiras relativas ao exercício financeiro encerrado em 31 de dezembro de 2021, e pelo planejamento e execução das auditorias referentes às informações trimestrais ("ITRs"), conforme as normas reconhecidas, bem como pela revisão especial das ITRs, enviadas à CVM. Seu parecer assegura que as referidas demonstrações financeiras representam, adequadamente, a posição patrimonial e financeira da Companhia, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, na legislação societária brasileira, nas normas da CVM e nas normas internacionais de relatórios financeiros (IFRS - *International Financial Reporting Standards*) emitidas pelo *International Accounting Standard Board* (IASB). A EY foi, ainda, responsável pela revisão do Formulário 20-F (SEC) da Companhia.

II. Supervisionou as atividades desempenhadas pela Auditoria Interna da Companhia, em 10 (dez) sessões durante o ano de 2021, analisando o plano anual de trabalho e discutindo o resultado das atividades desempenhadas e das revisões efetuadas, e avaliou, mediante a aplicação de questionário de avaliação previamente aprovado pelo CAE, o desempenho da Auditoria Interna da Companhia.

III. Supervisionou e analisou a eficácia, qualidade e integridade dos mecanismos de controles internos, em 8 (oito) sessões durante o ano de 2021, a fim de, entre outros objetivos, monitorar o cumprimento das disposições relacionadas: (a) à apresentação das demonstrações financeiras, incluindo as informações financeiras trimestrais e outras demonstrações intermediárias; e (b) às informações e medições divulgadas com base em dados contábeis ajustados e em dados não contábeis que acrescentem elementos não previstos na estrutura dos relatórios usuais das demonstrações financeiras, sobretudo em relação aos controles internos que sustentam a certificação *Sarbanes-Oxley* ("SOx").

Em relação aos controles internos, foram objeto de acompanhamento e recomendações pelo CAE os seguintes principais temas: (i) monitoramento do sistema de controles internos quanto à sua efetividade e processos de melhorias; (ii) análise do processo de certificação dos controles internos – SOx junto aos administradores e aos Auditores Independentes; (iii) procedimentos da Companhia para cumprimento integral dos requisitos da SOx e monitoramento intensivo dos planos de remediação relativos às deficiências apontadas pela auditoria independente em relação ao processo de Certificação SOx na Companhia.

O CAE constatou que os controles internos são implementados em consonância com a natureza, complexidade e necessidade das operações e, diante das informações prestadas pela Diretoria Executiva, pela Auditoria Interna e pelos auditores independentes, verificou não existir qualquer fato relevante ou de natureza grave que possa colocar em risco o cumprimento das normas legais e regulamentares aplicáveis.

IV. O CAE informou-se sobre os principais processos dentro da Companhia, avaliando a sua qualidade e o comprometimento dos integrantes da alta administração com o seu aperfeiçoamento contínuo. Como resultado das reuniões com as áreas internas da Companhia, o CAE teve a oportunidade de oferecer ao Conselho de Administração sugestões de melhoria nos processos, bem como de acompanhar suas implementações, e a execução das recomendações de melhoria identificadas no decorrer dos trabalhos das auditorias e nas discussões com as áreas de negócios e de controles. Com base nas informações às quais teve acesso, o CAE julga que o sistema de controles internos da Companhia é adequado ao porte e complexidade de seus negócios, bem como estruturado de modo a garantir a eficiência das suas operações, dos sistemas que geram os relatórios financeiros e, ainda, está de acordo com as normas internas e externas a que se submetem as transações. O CAE tem assinalado a importância de melhoria contínua no sistema de controles internos.

V. Acompanhou e supervisionou os trabalhos desenvolvidos pela área de Compliance da Companhia, em 9 (nove) sessões, com destaque aos assuntos relacionados a: (i) SOx Compliance, por meio de monitoramento de deficiências apontadas pelo Auditor Independente e pela administração da Companhia; (ii) Compliance de Tecnologia da Informação e Segurança Corporativa, ressaltando os riscos de *Cyber Security* e debatendo sobre a implementação na Companhia das adaptações requeridas pela Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais ("LGPD"); (iii) Compliance de Processos Comerciais e gerais da Companhia; fraude e corrupção, garantindo a aderência às leis, normas, padrões e regulamentos internos e externos. No âmbito do Programa de Integridade e Anticorrupção da Companhia, o CAE também acompanhou o processo visando a manutenção da Certificação ISO 37001 concedida em 2020.

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES

Alberto Mario Griselli (Diretor Presidente e Chief Revenue Officer), Camille Loyo Faria (Diretora Financeira e Diretora de Relações com Investidores), Bruno Mutzenbecher Gentil (Business Support Officer), Maria Antonietta Russo (Human Resources & Organization Officer), Mario Girasole (Regulatory and Institutional Affairs Officer), Leonardo de Carvalho Capdeville (Chief Technology Information Officer) e Jaques Horn (Diretor Jurídico), na qualidade de Diretores Estatutários da TIM S.A., declaram, nos termos do inciso VI do parágrafo 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480 de 07 de dezembro de 2009, que reviram, discutiram e concordaram com as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021.

Rio de Janeiro, 23 de fevereiro de 2022.

ALBERTO MARIO GRISELLI
Diretor Presidente e Chief Revenue Officer
MARIO GIRASOLE
Regulatory and Institutional Affairs Officer
BRUNO MUTZENBECHER GENTIL
Business Support Officer

CAMILLE LOYO FARIA
Diretora Financeira e Diretora de Relações com Investidores
LEONARDO DE CARVALHO CAPDEVILLE
Chief Technology Information Officer
MARIA ANTONIETTA RUSSO
Human Resources & Organization Officer

JAQUES HORN
Diretor Jurídico

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES

Alberto Mario Griselli (Diretor Presidente e Chief Revenue Officer), Camille Loyo Faria (Diretora Financeira e Diretora de Relações com Investidores), Bruno Mutzenbecher Gentil (Business Support Officer), Maria Antonietta Russo (Human Resources & Organization Officer), Mario Girasole (Regulatory and Institutional Affairs Officer), Leonardo de Carvalho Capdeville (Chief Technology Information Officer) e Jaques Horn (Diretor Jurídico), na qualidade de Diretores Estatutários da TIM S.A., declaram, nos termos do inciso VI do parágrafo 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480 de 07 de dezembro de 2009, que reviram, discutiram e concordaram com as demonstrações financeiras do Relatório dos Auditores Independentes da Companhia referente às demonstrações financeiras da Companhia, relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021.

Rio de Janeiro, 23 de fevereiro de 2022.

ALBERTO MARIO GRISELLI
Diretor Presidente e Chief Revenue Officer
MARIO GIRASOLE
Regulatory and Institutional Affairs Officer
BRUNO MUTZENBECHER GENTIL
Business Support Officer

CAMILLE LOYO FARIA
Diretora Financeira e Diretora de Relações com Investidores
LEONARDO DE CARVALHO CAPDEVILLE
Chief Technology Information Officer
MARIA ANTONIETTA RUSSO
Human Resources & Organization Officer

JAQUES HORN
Diretor Jurídico





TIM

TIM S.A.

CNPJ nº 02.421.421/0001-11

TIMS
B3 LISTED NM

TIMB
LISTED
NYSE **ISE B3**

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da TIM S/A Rio de Janeiro – RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Tim S/A (“Companhia”) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Provisão para contingências tributárias

Conforme divulgado na nota explicativa 24 das demonstrações financeiras, a Companhia possui assuntos de natureza tributária em discussão em várias esferas processuais, no montante de R\$16.739 milhões, em 31 de dezembro de 2021, para os quais foi constituída provisão no montante de R\$430 milhões. Enquanto o valor de R\$16.309 milhões foi divulgado pela Companhia como perdas possíveis de ocorrer, em linha com os requerimentos do “CPC 25 (IAS37) - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes”. A determinação do valor da provisão relacionada a contingências tributárias e dos valores divulgados depende de julgamentos significativos da diretoria, incluindo a análise dos assuntos que estão sendo discutidos, a opinião de seus consultores jurídicos internos e externos e a incerteza nas estimativas relacionadas ao resultado das decisões judiciais.

Além disso, considerando a magnitude dos valores envolvidos, quaisquer mudanças nas estimativas ou premissas, que impactam a determinação do prognóstico de perda, pode trazer impactos relevantes às demonstrações financeiras da Companhia. Por essas razões consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu este assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (a) entendimento e avaliação do desenho e eficácia dos controles internos da Companhia para identificação e avaliação das contingências tributárias, incluindo o processo da Companhia na determinação dos prognósticos de perda das contingências tributárias e sobre a informação produzida pelo sistema de tecnologia que apoia este processo; (b) para teste da avaliação da Companhia sobre o prognóstico de perdas dos processos tributários, envolvemos nossos especialistas em assuntos tributários para auxiliar-nos na avaliação dos prognósticos realizados por advogados externos para as contingências tributárias mais significativas da Companhia, obtivemos e analisamos opiniões legais junto a todos os consultores jurídicos internos e externos, realizamos reuniões e obtivemos representações por parte da diretoria da Companhia com relação à avaliação dos principais processos tributários; e (c) revisão da adequação das divulgações incluídas pela Companhia na nota explicativa nº 24 às demonstrações.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a provisão e a divulgação das contingências tributárias, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas de reconhecimento e mensuração da referida provisão adotados pela diretoria, assim como as respectivas divulgações na Nota Explicativa nº 24, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Alienação de 51% mantido na investida I-System (anteriormente conhecida como FiberCo Soluções Infraestrutura S/A)

Conforme descrito na nota explicativa 1 das demonstrações financeiras, em 16 de novembro de 2021, a Companhia vendeu 51% da participação que mantinha na I-System. A venda gerou um ganho de R\$782 milhões, que foi mensurado pela diferença entre o valor justo da consideração recebida e o valor contábil dos ativos e passivos líquidos da I-System. A determinação do valor contábil dos ativos e passivos líquidos da I-System envolveram identificação e mensuração dos ativos, passivos e ágio pago por expectativa de rentabilidade futura alocados a I-System na data da venda.

Auditar a contabilização da Companhia relativa à venda de 51% do investimento mantido na I-System foi complexo devido o julgamento significativo aplicado pela diretoria para determinação do montante do ágio pago por expectativa de rentabilidade futura alocado a I-System, a natureza da transação e significativo julgamento exercido pela diretoria na avaliação dos impactos contábeis relativos a perda de controle e do contrato de prestação de serviço entre as partes.

Como nossa auditoria conduziu este assunto

Obtivemos o entendimento, avaliamos o desenho e testamos a eficácia dos controles internos mantidos pela Companhia para avaliar a transação de venda de 51% de participação na I-System. Por exemplo, testamos controles de revisão da diretoria sobre a contabilização dos efeitos da venda e cálculo do ganho líquido de impostos e controles da diretoria sobre a revisão de assuntos chave, dados e premissas utilizadas pela diretoria na determinação da alocação do ágio pago por expectativa de rentabilidade futura à I-System.

Para testar a avaliação efetuada pela diretoria sobre a venda, nossos procedimentos incluíram, entre outros: inspeção dos contratos relacionados a transação, avaliação da razoabilidade dos julgamentos aplicados pela diretoria e teste da acuracidade matemática sobre o cálculo do ganho na venda (líquido de impostos), avaliamos os assuntos chave e dados utilizados pela diretoria na determinação da alocação do ágio pago por expectativa de rentabilidade futura alocado à I-System através de inspeção documental e avaliação da razoabilidade das premissas utilizadas pela Companhia; avaliamos o julgamento da diretoria sobre os critérios para contabilização dos impactos relativos à perda de controle através da avaliação de possíveis evidências contrárias nos documentos atrelados a transação bem como a avaliação da diretoria sobre o contrato de prestação de serviço à luz do CPC 06 (R2) (IFRS 16) - Arrendamentos; nós também envolvemos profissionais de impostos para avaliar os impactos fiscais associados a venda e também avaliamos a adequação das divulgações efetuadas pela Companhia relativas a venda de 51% do investimento mantido na I-System.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre os impactos contábeis relacionados a alienação de 51% de participação societária na FiberCo, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas de reconhecimento e mensuração dos impactos adotados pela diretoria, assim como as respectivas divulgações na Nota Explicativa nº 1, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaborada sob a responsabilidade da diretoria da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo está de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações Financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório por que as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 23 de fevereiro de 2022.

ERNST & YOUNG

Auditores Independentes S.S.

CRC-2SP015199/O-6

Fernando Alberto S. Magalhães

Contador CRC-1SP133169/O-0

www.tim.com.br

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.



Certificado por Editora Globo SA
04067191000160 em 25/02/2022 11:48

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link
<http://valor.globo.com/valor-ri/>

Hash: 164571408166d07693719d4b4bd94e6ca0271756bb6